



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**EDSON BENEDITO SANTANA**

**MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO:** a apropriação dos espaços e da subjetividade dos/as trabalhadores/as da montadora *Mitsubishi Motors Company* do Brasil na cidade de Catalão (GO)

CATALÃO (GO)  
2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Edson Benedito Santana

Título do trabalho: **MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO**: a apropriação dos espaços e da subjetividade dos/as trabalhadores/as da montadora *Mitsubishi Motors Company* do Brasil na cidade de Catalão (GO)

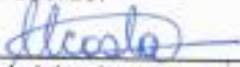
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 06/01/2020

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

|

**EDSON BENEDITO SANTANA**

**MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO:** a apropriação dos espaços e da subjetividade dos/as trabalhadores/as da montadora *Mitsubishi Motors Company* do Brasil na cidade de Catalão (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia e Ordenamento do Território.

**Linha de Pesquisa:** Trabalho e Movimentos Sociais.

**Orientadora:** Prof. Dra. Carmem Lúcia Costa.

CATALÃO (GO)  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Benedito Santana, Edson

MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO [manuscrito] : a apropriação dos espaços e da subjetividade dos/as trabalhadores/as da montadora Mitsubishi Motors Company do Brasil na cidade de Catalão (GO) / Edson Benedito Santana. - 2017.

f.: il.

Orientador: Prof. Carmem Lúcia Costa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Catalão, Programa de Pós Graduação em Geografia, Catalão, 2017.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de figuras.

1. Trabalho. 2. Precarização. 3. Apropriação. 4. Subjetividade. I. Lúcia Costa, Carmem, orient. II. Título.

CDU 911.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP - 75704 020  
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com



02

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE  
**EDSON BENEDITO SANTANA**

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete (05/07/2017), às 13h30min (treze horas e trinta minutos), no Laboratório de Cartografia – Bloco A, sala 01, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 131ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado **Edson Benedito Santana**, CPF nº 015.658.951-69, matrícula nº 20150482, “**MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO: a apropriação dos espaços e da subjetividade dos/as trabalhadores/es da montadora Mitsubishi Motors Company do Brasil na cidade de Catalão (GO)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 020/2017 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores Dra. Carmem Lúcia Costa (UFG - Orientadora) CPF nº 607.267.841-68, Dr. José De Lima Soares (UFG - Membro Externo) CPF nº 636.812.268-49, Dra. Magda Valéria da Silva (UFG – Membro Interno) CPF nº 618.587.301-04. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 15 horas e 30 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo o mestrando obtido os seguintes resultados:

**Profa. Dra. Carmem Lúcia Costa** – Ass. *C. Costa*

Aprovado (  ) Reprovado ( )

**Prof. Dr. José De Lima Soares** – Ass. *J. Soares*

Aprovado (  ) Reprovado ( )

**Profa. Dra. Magda Valéria da Silva** - Ass. *Magda Valéria da Silva*

Aprovado (  ) Reprovado ( )

Obs.:

*Acatar as sugestões da banca*

**Presidente da Banca – Prof. Dra. Carmem Lúcia Costa** - Ass. *C. Costa*

**Resultado final:** APROVADO (  ) REPROVADO ( )

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura do Mestrando: *Edson Benedito Santana*

Secretária do PPGGC-RC/UFG *Priscila Querino de Lima*

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

Dia após dia, a sirene da fábrica lançava o seu rugido por entre o ar pesado da fumaça e dos vapores de óleo do bairro operário. E de pequenas casas cinzentas, respondendo ao seu apelo, saíam apressados, como baratas assustadas, homens de ar aborrecido e músculos ainda cansados. Ao ar frio da alvorada, caminhavam por ruas não pavimentadas para as altas gaiolas de pedra da fábrica que, serena e indiferente, os esperava com os seus numerosos olhos quadrados e viscosos. A lama estava sob os passos. Exclamações roucas de vozes sonolentas e injúrias dilaceravam o ar. Mas eles iam de encontro de outros sons: o barulho surdo das máquinas, o roncar do vapor. Sombrias e severas, as altas chaminés negras destacavam-se no céu como grossos varapaus.

À noite, quando o sol se punha e os raios vermelhos brilhavam nas janelas das casas, a fábrica vomitava das suas entranhas de preda aquelas escórias humanas e os operários, caras negras de fumaça, dentes brilhantes de fome, espalhavam-se de novo pelas ruas, deixando no ar exalações viscosas do óleo das máquinas. Agora, as vozes eram animadas e até alegres; o trabalho pesado terminara por aquele dia, o jantar e o repouso os esperava em casa.

A fábrica tinha devorado a jornada, as máquinas tinham sugado dos músculos dos homens todas as forças de que tiveram necessidade. Um dia mais tinha sido riscado da vida deles; os homens tinham dado mais um passo para o túmulo, mas a doçura do repouso estava muito próxima, com o prazer da taberna enfumaçada, e eles estavam contentes.

Máximo Gorki

**A meus pais, Um agradecimento.**

Um agradecimento pelos dias a fio de trabalho no campo, os quais proporcionaram, da forma  
como puderam, o acesso de seus três filhos à escola.

Um agradecimento pela luta diária de trabalhadores do campo sem terra na busca pela  
sobrevivência.

Um agradecimento por terem viabilizado a existência, possibilitando a re-existência através  
da educação.

Um agradecimento por serem quem sempre foram, pessoas de bem que lutaram para que seus  
filhos também o fossem.

A vocês, meu agradecimento...

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento é sempre algo complexo de ser feito. Complexo pelo fato do indivíduo ser resultado da construção histórica, e, por assim ser, ter sofrido influência de inúmeros indivíduos nesse processo, sendo assim impossível, nesse momento, materializar os necessários agradecimentos a todos/as os/as responsáveis por esta construção, que se fez indispensável na materialização deste trabalho. Todavia, há de se destacar aqui alguns destes indivíduos, sem, é claro, minimizar a importância de todos.

Agradeço ao professor Gabriel de Melo Neto pelas valiosas colaborações nos momentos difíceis comuns na vida acadêmica, mas que não possuem a devida atenção na estrutura acadêmica “moderna”; um obrigado especial à professora Magda Valeria da Silva e ao professor José de Lima Soares pela leitura e contribuição dada na banca de qualificação; um agradecimento aos meus amigos e camaradas Paulo Cesar Pereira Matos, Marcelo Nascimento Rosa, Bruno Rogério Felipe pela presença sempre à disposição que por vezes necessitei utilizar, a vocês um muito obrigado.

Dentre todas as pessoas que contribuíram com este trabalho se destaca também a minha família. A meus pais dedico um agradecimento à parte, por acreditarem que foram os protagonistas da minha vida, e conseqüentemente de todos os objetivos alcançador por mim. Gostaria de agradecer a meu irmão Fernando Santana da Silva por estar comigo em todos os momentos, a você dedico um agradecimento pelo fato de não medir esforços para que eu pudesse continuar meus estudos. Em um determinado momento você me fez a proposta para que eu parasse de trabalhar para continuar estudando, ao ser indagado por mim a cerca de como eu iria fazer para me sustentar você me disse que iria trabalhar e me bancaria no que fosse necessário, mesmo recebendo pouco mais de um salário e possuir um filho para sustentar, a você meus agradecimentos.

Um agradecimento a minha professora, parceira, amiga e orientadora Carmem Lúcia Costa pela parceria, pelo comprometimento e pelo empenho em superar os limites em virtude de nossa proposta de trabalho, a você eu gostaria de agradecer não apenas pela orientação acadêmica, mas pelas conversas que contribuíram para meu amadurecimento pessoal.

Aqui cabe um agradecimento aos meus filhos Yago Enare de Oliveira Dartora e Davi de Oliveira Santana por tem me dado forças para continuar buscando na educação melhores condições de vida para todos nós. E a minha companheira Luciana Ferreira de Oliveira meus agradecimentos vão ao encontro das contribuições dadas para a manutenção desta vida

acadêmica, sem você certamente eu não conseguiria continuar nesse projeto de vida que só se fortaleceu com a sua presença, a você meu muito obrigado.

Para finalizar os agradecimentos eu gostaria de tecer alguns comentários a respeito da importância dos ambientes acadêmicos de debates, ora materializados nos grupos de estudos, ora nas salas de aulas e ora nos corredores, portanto, a todos que estiveram nesses ambientes meu muito obrigado, e a todos os funcionários da Universidade Federal de Goiás Regional de Goiás um muito obrigado.

## RESUMO

As transformações espaciais, inerentes ao movimento de Reestruturação Produtiva, provocaram um acirramento nas relações sociais, sobretudo nas relações próprias do mundo do trabalho. Concomitante à reorganização do modelo de produção de mercadorias, nota-se o estabelecimento de “novas” formas de relações de trabalho. Essas são alicerçadas nos princípios da polivalência, da multifuncionalidade e da flexibilização do trabalho, impostos pelo mercado capitalista, e esse acirramento, além de fortalecer as contradições próprias do sistema capitalista, estabeleceu uma “nova” fronteira de apropriação do ser genérico que trabalha. Nesse sentido, as transformações provocaram mudanças profundas que impuseram ao corpo da classe trabalhadora, mesmo com o acirramento da disputa, um ponto de vista individualizado. O trabalhador, agora sob a dinâmica ampliada da produção, torna-se parte integrante do processo de produção para além do ambiente da fábrica. A apropriação do trabalhador em diferentes níveis, dentre os quais cabe destaque para a apropriação de sua subjetividade, objetivando fortalecer o controle social necessário à perpetuação do sistema, transfigurou as relações redefinindo os antigos limites de apropriação do indivíduo genérico que trabalha. Assim, essa pesquisa se desenvolveu a partir dos pilares dos conhecimentos geográficos. A Reestruturação Produtiva do capital, com a adoção da desterritorialização/territorialização/re-territorialização e a flexibilização das relações sociais e do trabalho, dentre outros fatores, fez com que fosse necessário materializar esta pesquisa neste campo de investigação. O trabalhador da montadora de veículos MMCB<sup>1</sup> vem sendo submetido a um regime de trabalho superior ao tempo definido pelo relógio de ponto. A adequação imposta pelo movimento de Reestruturação Produtiva impôs ao trabalhador a reprodução ampliada, realizada fora do ambiente de trabalho. Os trabalhadores, além de cumprirem uma rotina de trabalho extensa, devem buscar minimizar a possibilidade de demissão através da qualificação profissional continuada, que, além de limitar as possibilidades profissionais, dociliza o trabalhador à necessidade da empresa, desse modo, o convívio social é apropriado tendo em vista que os ambientes de sociabilização estão todos na órbita da atividade laboral. O medo, em um mundo do trabalho global, precário e instável, faz-se presente em todos os momentos da vida cotidiana do trabalhador. É sobre este terreno de investigação que se propôs efetivar esta pesquisa, buscando alcançar, dentre outros objetivos, desvelar as facetas do sistema capitalista na busca por superar a limitação do corpo e do tempo, apropriando-se da capacidade cognitiva dos trabalhadores para além do espaço do chão de

---

<sup>1</sup> Mitsubishi Motors Company do Brasil

fábrica. Nesse sentido, apresenta-se esta pesquisa, como parte do projeto que visa a busca de embasamentos contemporâneos para compreender o mundo do trabalho.

## **ABSTRACT:**

The spatial transformations inherent in the Productive Restructuring movement have provoked a deepening of social relations, especially in the relations of the world of work. Concomitant to the reorganization of the production model of goods, one notices the establishment of "new" forms of labor relations. These, based on the principles of polyvalence, multifunctionality and labor flexibility, imposed by the capitalist market, this intensification, besides strengthening the contradictions proper to the capitalist system, established a "new" frontier of appropriation of the generic being that works. In this sense, the transformations provoked profound changes that, in spite of the intensification of the dispute, imposed on the working class body an individualized point of view. The worker, now under the expanded dynamics of production, becomes an integral part of the production process beyond the factory environment. The appropriation of the worker in different levels, among which it is worth highlighting; The appropriation of the subjectivity of the worker, aiming to strengthen the social control necessary for the perpetuation of the system transfigured the relations redefining the old limits of appropriation of the generic individual that works. Thus, this research developed in the pillars of geographical knowledge establishing a close dialogue with other areas of knowledge in the light of the work theme. The productive restructuring of capital, with the adoption of territoriality / territorialization / re-territorialization and the flexibilization of social relations and labor, among other factors, made it necessary to materialize this research in this field of research. The worker of the vehicle assembler MMCB has been subjected to a work regime superior to the time defined by the point clock. The adequacy imposed by the Productive Restructuring movement imposed on the worker the extended reproduction, carried out outside the work environment. The workers, besides complying with an extensive work routine, should seek to minimize the possibility of being fired, through the continuous professional qualification, that besides limiting the professional possibilities dociliza the worker to the necessity of the company, the social life is appropriate in view that The socialization environments are all in the orbit of the labor activity. Fear in a global, precarious and unstable world of work is present in every moment of the worker's daily life. It is on this field of research that it is proposed to carry out this research. Seeking to achieve, among other objectives, to unveil the facets of the capitalist system in the quest to overcome the limitation of the body and time appropriating the cognitive capacity of workers beyond the space of the factory floor. In this sense, we present this research, as part of the project that seeks to seek contemporary foundations to understand the world of work

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Imagem dos trabalhadores da Mitsubishi protestando contra demissão na BR-050 .....	65
Foto 2 - Manifestação sindical contra o fechamento da vara regional do Ministério do Trabalho .....	111
Foto 3 - Assinatura de um caderno de presença, apresentado pelo sindicato como justificativa para não terem o ponto cortado .....	111
Foto 4 - Assinatura de um caderno de presença, apresentado pelo sindicato como justificativa para não terem o ponto cortado .....	111

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização das indústrias automobilísticas em 1990 .....	41
Mapa 02 - Localização do município de Catalão (GO) .....	73
Mapa 03 - Posição geográfica estratégica de Catalão (GO) no país .....	75
Mapa 04 - Localização das indústrias automobilísticas em 2015 .....	78

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I - Produção de automóveis no Brasil .....	44
Gráfico II - Produção anual da MMCB .....	80
Gráfico III - Aumento populacional do Município de Catalão (GO) .....	86
Gráfico IV - Rendimento mensal (Salário Bruto) .....	100
Gráfico V - Satisfação dos trabalhadores com o sindicato (SIMECAT) .....	109

## LISTA DE SIGLAS

ANFAVEA = Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores  
AGB = Associação dos Geógrafos Brasileiros  
BR = Brasil  
CAC = Campus de Catalão/Universidade Federal de Goiás  
CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho  
CLT = Constituição das Leis Trabalhistas  
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CUT = Central Única dos Trabalhadores  
DEM = Democratas  
DF = Distrito Federal  
DIMIC = Distrito Mineral Industrial De Catalão, (GO)  
EUA = Estados Unidos da América  
FMI = Fundo Monetário Internacional  
FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás  
GO = Goiás  
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSS = Instituto Nacional de Seguridade Social  
MA = Maranhão  
MG = Minas Gerais  
MMCB = *Mitsubishi Motors Company* do Brasil  
ONU = Organizações das Nações Unidas  
PA = Pará  
PDM = *Product Data Management*  
PEC = Projeto de Emenda Constitucional  
PLR = Participação nos Lucros  
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PR = Paraná  
PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira  
PT = Partido dos Trabalhadores  
PV = Partido Verde  
RMSP = Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo  
SENAI = Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SP = São Paulo

UFBA = Universidade Federal da Bahia

UFG = Universidade Federal de Goiás

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1.1 Os Caminhos da Pesquisa .....	17
1.2 Pesquisa Teórica .....	18
1.3 Pesquisa de Campo .....	19
2 REESTRUTURA PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E O CENÁRIO DO TRABALHO FRENTE AO CAPITAL .....	21
2.1 Declínio do Fordismo .....	24
2.2 Reestrutura Produtiva .....	26
2.2.1 A Implantação do Toyotismo .....	28
2.2.2 Dimensões do Regime de Acumulação Flexível .....	31
2.2.3 Reestruturação Produtiva no Brasil .....	32
2.3 Breve Histórico Sobre Empresas Automobilísticas .....	39
2.3.1 Indústrias Automobilísticas na Atualidade .....	42
2.4 Terceirização Total como Parte.....	45
2.4.1 Onde se Localizam as Fissuras? .....	47
3 AS DIMENSÕES DO TRABALHO NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NA CIDADE DE CATALÃO .....	50
3.1 Introdução às Relações de Trabalho do Século XX .....	53
3.1.1. Contextualizando a Apropriação do Trabalhador/a .....	55
3.2 As Estratégias da Precarização – da Fábrica à Vida Cotidiana .....	59
3.2.1 Para Considerar .....	67
3.3 Momentos que Antecedem a Chegada da Mitsubishi Motors em Catalão (GO) ...	67
3.3.1 A Chegada da Mitsubishi Motors em Catalão (GO) e as Transformações Espaciais .....	71
3.3.2 A Mitsubishi Motors Company do Brasil em Catalão (GO) .....	76
3.4 Transformações Espaciais Necessárias à Subsunção do Trabalho ao Capital .....	82
4 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E DA SUBJETIVIDADE DO INDIVÍDUO QUE TRABALHA .....	84
4.1 Subjetividade e vida cotidiana dos/as trabalhadores/as.....	89
4.1.2 O Embrião da Necessidade à Apropriação da Subjetividade .....	94
4.1.3 Apropriação da Subjetividade do Indivíduo que Trabalha .....	97
4.1.4 Apropriação da Subjetividade no Chão da Fábrica .....	101
4.1.5 Apropriação da Subjetividade no Ambiente de Reprodução .....	107
4.2 Os Novos Desafios no Horizonte da Classe Trabalhadora Brasileira .....	112
O TRABALHO DA DISPUTA: ALGUNS APONTAMENTOS .....	114
REFERÊNCIAS .....	117

## INTRODUÇÃO

Nota-se, após a década de 1970, um momento de complexificação das relações internas ao mundo do trabalho. A reestruturação do modelo de produção de mercadoria própria deste período, que objetivou colocar o capitalismo novamente nos trilhos e em plena aceleração além de reestabelecer a “ordem” indispensável de acumulação, engendrou mudanças nas relações de trabalho que não se mostram em sua totalidade, mesmo no início do século XXI.

Isso implica, desde já, algumas dificuldades, tendo em vista que não há uma compreensão que consiga atender à realidade como um todo. Em parte, este contexto se revela complexo pelo fato destas mudanças possuírem em seu interior uma dinâmica ampliada que inviabiliza propostas de leituras destas transformações de forma abrangente.

Existem, ainda, outras dificuldades para qualquer proposta que busque realizar uma leitura de tamanha envergadura. A dinâmica ampliada de sujeição do trabalho ao capital fomenta tais dificuldades. Nesse sentido, este estudo fornece ao debate algumas questões que se mostram essenciais nesta caminhada, propondo que apenas por meio de uma leitura e uma prática abrangente e atual é que os trabalhadores/as conseguirão responder, de forma satisfatória, às investidas do modelo reestruturado de produção de mercadorias.

Nesse patamar, o procedimento metodológico adotado mostra-se indispensável à qualquer proposta que vise compreender as mudanças do mundo do trabalho complexificadas a partir do movimento de Reestruturação Produtiva. Assim, propõe-se nesse estudo uma leitura a partir de três pontos essenciais: o primeiro diz respeito ao movimento expansionista do sistema; o segundo, refere-se aos momentos de menor circulação de capital dentro deste movimento expansionista e o terceiro dá-se frente à resposta do sistema capitalista a esses momentos de menor fluidez. Os três compõem a proposta metodológica de investigação desembocando na apropriação do indivíduo que trabalha, na subjetividade que se alcança na busca por superar mais um momento de fortalecimento da crise estrutural do capital.

Esta proposta alicerça-se em leituras sobre o capitalismo realizadas por inúmeros pesquisadores marxistas, dentre os quais destacam-se Mészáros e Harvey. O não controle do capital e o capital como sangue que corre no corpo do sistema embasam este estudo de forma a possibilitar o referido estudo.

Inicia-se o trabalho identificando os caminhos que a pesquisa utilizou para obter os resultados apresentados. A necessidade da utilização de análises qualitativas e quantitativas para sustentação do estudo se faz presente e apresenta aos leitores a possibilidade de construção

metodológica de trabalhos acadêmicos. A construção descendente ou ascendente do método mostra-se como opção de investigação.

Diante do exposto, o primeiro capítulo apresenta o ponto de partida do estudo, em um diálogo com David Harvey e se propõe a construir a linha de investigação sob o alicerce do momento de menor fluidez de capital da década de 1970, das suas transformações e da resposta do sistema a este momento. Outra colocação se revela frente à sobreposição de momentos de menor circulação de capital, sobretudo do ponto da permanência das rugosidades das estruturas que permanecem, evidenciando uma reestruturação superficial que não supera os problemas estruturais os quais provocaram o aprofundamento da crise que o capital responde de forma insuficiente, elucidando o seu caráter incontrolável e extremamente volátil. Talvez, esse seja o fato primordial na certeza da superação do sistema como um todo por meio dos embates propiciados por leituras que permitam suprir a classe trabalhadora de conhecimento sobre os elos de maior fragilidade do capital.

Apresenta-se, ainda, no contexto do movimento de Reestruturação Produtiva, o declínio do Fordismo precedendo à implantação do Toyotismo como fase posterior ao regime desse modelo que se apresenta e a chegada de tal movimento a países de desenvolvimento hipertardio, a exemplo do Brasil, como partes constituintes do dinâmico momento de superação parcial de um modelo de produção de mercadoria. Nesse caminho, evidencia-se a *Mitsubishi Motors Company* do Brasil como objeto de análise na busca por promover a compreensão aqui descrita.

Esta proposta conduziu à utilização do referido método de análise, tendo em vista que é nas montadoras de veículos automotores que se observam, de forma latente, as transformações no mundo do trabalho. Esse protagonismo não se fez diferente a partir do movimento de Reestruturação Produtiva, tampouco para a MMCB, visto que o modelo utilizado em um cenário global pouco ou nada se difere em termos de produção de massa. Daí a necessidade imposta de se buscar entender as mudanças do mundo do trabalho a partir desta montadora, bem como o processo de circulação de capital em um mundo globalizado.

No segundo capítulo são pontuadas questões acerca das características desta *crise estrutural do capital* e da necessidade de respostas estruturais para o atual momento de sujeição total do trabalho ao capital. Ainda, nesta seção, comentários foram realizados em direção à efetivação do capital no sudeste do Estado de Goiás, abordando aspectos que subsidiaram a instalações da então MMCB na cidade de Catalão GO. Compreende-se este movimento como sendo uma das estratégias adotadas pela Reestruturação Produtiva na busca por superar os entraves do modelo de produção de mercadorias antecessor. Todavia, observa-se o fato de que

os espaços para efetivação desse capital não são escolhidos aleatoriamente, mas, sim, preparados para receberem esta efetivação.

O terceiro capítulo trata da apropriação do espaço e da subjetividade do indivíduo que trabalha. São apontados aspectos próprios dos trabalhadores/as: o movimento para estes polos empregatícios, a sua sociabilidade, o papel dos mesmos como trabalhadores/as sem emprego nesses centros, o exercício da jornada de reprodução de mercadoria presente na sua vida cotidiana. O/A trabalhador/a que efetiva seu lazer em um ambiente semi-fábril, que insere seus filhos em uma estrutura educacional a fim de prepará-los para a fábrica, que responde pelo seu trabalho em todos os ambientes externos à fábrica, ou melhor, a produção de mercadorias se torna algo próximo a todos os momentos cotidianos. Ocorre, portanto, a apropriação destes espaços que se desdobram na apropriação da subjetividade do/a trabalhador/a; um/a trabalhador/a que não se enxerga para além dos muros da fábrica, um/a trabalhador/a humanamente máquina.

Esses temas são levantados nesse estudo sem pretensão nenhuma de esgotamento. Lacunas são verificadas, falhas metodológicas emanam sem que se possa ainda destacá-las. Isso demonstra o caráter fracionário de estudos que buscam compreender o mundo do trabalho. Nem mesmo a escolha do modelo metodológico proporciona apontar todas as arestas referentes a tal temática. Pode-se concluir, sim, que a dinâmica ampliada do modelo de acumulação impossibilita a leitura abrangente no tempo histórico do presente, mesmo frente a modelos de investigação que não negam a história. O mesmo, antagonicamente, também acelera o mundo do capital ao seu próximo momento de declínio, processo dialético da negação de seu fim.

## **1.1 Os caminhos da pesquisa**

Os caminhos metodológicos de uma pesquisa demonstram o processo pelo qual os resultados serão alcançados. Nesse sentido, para se caminhar de forma firme sobre o terreno da investigação necessário se faz construir o caminho metodológico que melhor se apresenta frente à natureza da pesquisa. “Assim, ao propor uma pesquisa com caráter exploratório, descritivo, com a utilização de entrevistas, bem como, análise de fontes secundárias impôs-se-nos verificar o processo qualitativo de investigação” (SPERS, 2001. s. p.).

Contudo, apesar do método qualitativo ter sido adotado como caminho principal, as necessárias análises quantitativas foram também utilizadas, pois “um procedimento metodológico não exclui os demais, embora se saiba que as formas e funções se distingam”

(NEVES, 1996, s. p.). Assim, o levantamento de dados estatísticos forneceu elementos que enriqueceram a análise.

Para Pessoa (2009), na pesquisa qualitativa é importante a imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com o objeto estudado. Nesse aspecto, a pesquisa foi realizada com a preocupação de acompanhar o cotidiano dos/as trabalhadores/as dentro e fora do espaço da fábrica com uso de diário de campo para registros. Para Gibbs (2009), a pesquisa qualitativa possibilita o acesso às experiências e ao contexto de determinado problema, e, com este intuito, objetivou-se, com a adoção deste procedimento metodológico, realizar um trabalho que extrapolasse aspectos tanto do visível, quanto da subjetividade do/a trabalhador/a.

Entretanto, o método qualitativo delimita o campo metodológico adotado, tendo ainda que, dentro deste campo, propor técnicas de trabalho. Para este trabalho as principais técnicas utilizadas foram: pesquisa qualitativa, entrevistas, observação e análise de material bibliográfico. Nessa direção, organizou-se a referida pesquisa de forma a contemplar o desenvolvimento contínuo do estudo; para isso, os caminhos foram: a) pesquisa teórica; b) pesquisa de campo com registros fotográficos; entrevistas e diário de campo; e c) organização do material, sistematização, análise e apresentação dos resultados.

## **1.2 Pesquisa Teórica**

A pesquisa teórica não se constitui em uma etapa apenas, visto que a mesma, além de ser responsável pelo embasamento da problemática nas fases iniciais, também, concomitantemente com as demais técnicas de investigação, constrói o caminho a ser percorrido, o fio condutor da pesquisa.

O levantamento bibliográfico deu-se em livros, periódicos, artigos científicos, material próprio da ciência geográfica como de outras áreas do conhecimento. Além do mais, o levantamento em fontes secundárias como jornais, revistas, *sites* e documentos oficiais foi fundamental para a construção da análise. Sobre isso, Fonseca (2002) afirma que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Nesse patamar, mostraram-se de extrema valia os levantamentos bibliográficos feitos em fontes que possibilitam a coleta de dados referentes ao objeto de pesquisa, dentre os quais pode-se destacar os acordos coletivos realizados pelo sindicato, as atas de assembleias, etc.

Já em direção ao alicerce teórico atinente aos conceitos geográficos que alicerçou este trabalho, há de se pontuar as contribuições dadas por Santos (1979, 1994, 1997, 2001, 2008) referindo-se ao conceito de espaço, bem como as contribuições dadas por Raffestin (1993), Mendonça (2004), Tomaz Junior (2002, 2009) no que se refere ao conceito de Território. Ainda seguindo a linha das contribuições cabe destacar as inerentes as leituras de Harvey (1996, 2001, 2002, 2008, 2010, 2011, 2014) onde se destaca os apontamentos de circulação de capital.

Outra participação teórica de importância ímpar a respeito do conceito de subjetividade. Outrossim, foi necessário buscar na Sociologia do Trabalho um entendimento que viesse ao encontro das necessidades da pesquisa. Nesse olhar, cabe destaque a Ricardo Antunes (1995, 1999, 2006), bem como às contribuições valiosas disponibilizadas por Giovanni Alves (2001, 2005, 2011).

Dentro do universo que se propôs a investigar este estudo, necessário faz-se apontar a relevância da obra de Leonardo Cesar Pereira (2014), sua contribuição no que tange à Reestruturação Produtiva na cidade de Catalão – GO mostrou-se aprofundada, tendo em vista o pano de fundo adotado nesta obra. As mudanças na sociabilidade urbana de Catalão alicerçam também os objetivos propostos.

Dentre tantas outras, esses estudos se fizeram de extrema relevância para se construir o caminho da investigação pautado nas diretrizes que regem a busca pelo conhecimento científico.

### **1.3 Pesquisa de Campo**

O trabalho de campo, momento de imersão do pesquisador junto aos sujeitos da pesquisa, possibilitou relevantes aspectos que culminaram na obtenção dos resultados aqui apresentados. Inicialmente, com os trabalhos de campo, o recurso da fotografia e o diário de campo foi possível captar as nuances da vida do/a trabalhador/a, entendendo-o em sua materialidade, no cotidiano.

Nesse caminho, o trabalho de campo coloca-se para a ciência geográfica de maneira fundamental para compreender e interpretar o espaço geográfico, contribuindo, assim, para desvelar os questionamentos oriundos do levantamento teórico, comprovar ou refutar, ou mesmo confirmar hipóteses.

Esse procedimento metodológico proporcionou à pesquisa a necessária aproximação entre o pesquisador e os sujeitos, contribuindo para a coleta de dados e os conhecimentos acumulados. Assim, o

[...] trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57).

Nas idas a campo, a observação foi complementada com a realização de entrevistas semiestruturadas, questionários e gravação de áudios. As entrevistas foram muito importantes por fornecerem elementos indispensáveis à análise do cotidiano e à captura da subjetividade do/a trabalhador/a no lugar de trabalho e fora dele. Foram realizadas 20 entrevistas além dos limites da fábrica, pois compreendeu-se que o/a trabalhador/a em seu ambiente de trabalho poderia se sentir coagido/a frente aos/às outros/as trabalhadores/as ou à gerência, que se faz presente em todos os momentos da jornada de trabalho.

Após a coleta de dados que foi feita em *sites* oficiais, junto ao sindicato e outras fontes, a próxima fase constituiu-se no tratamento, análise e interpretação dos dados coletados. O tratamento de dados refere-se à organização dos dados de forma a possibilitar uma análise coerente com o intuito de verificar a utilização destes no corpo do estudo. Vergara (2005) enfatiza que a análise de conteúdo se constitui em uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema.

Nessa trajetória, observou-se que o referido procedimento adotado contemplou as necessidades encontradas pelo pesquisador. Embora se saiba que o caminho em andamento pode e, certamente, exigirá outras formas de encontrar respostas para posteriores investigações.

Conclui-se que, frente à complexidade das relações que envolvem os sujeitos da pesquisa, necessário se fez/faz percorrer, disciplinadamente, os procedimentos metodológicos, objetivando atingir os objetivos propostos inicialmente.

## CAPÍTULO I

### 2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E O CENÁRIO DO TRABALHO FRENTE AO CAPITAL



David Harvey, ao iniciar o livro “O Enigma do Capital”, pontua no preâmbulo que “o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em

cada canto e recanto do mundo habitado” (HARVEY, 2011, p. 07). Harvey trabalha aspectos econômicos e políticos da crise que assolou os Estados Unidos da América (EUA) em 2006, pontuando, assim, que a crise alardeada aos quatro cantos do Globo em 2008 teve início em 2006, deixando “até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas sem suas casas e outros 4 milhões correndo risco de serem despejadas” (HARVEY, 2011, p. 09).

Nota-se assim que a crise de 2006 constituiu-se numa diminuição do volume de capital circulando entre as estruturas econômicas, inicialmente nos EUA e, posteriormente, atingindo todo o cenário mundial, guardadas suas devidas proporções em seus respectivos territórios, pois se vê, ainda hoje, países de capital periférico sendo atingidos por desdobramentos desse momento de menor circulação de capital.

Nesse sentido, a crise de 2006 atingiu inúmeras instituições de crédito dentro e fora dos Estados Unidos. Ainda segundo Harvey (2001, p. 10), “no dia 15 de setembro de 2008, com a queda do banco de investimentos Lehman Brothers, os mercados de créditos congelaram, assim como a maioria dos empréstimos do mundo”. A partir desse momento, o que se pode observar com a diminuição nas transações econômicas mundiais foi a ocorrência de inúmeros pacotes fiscais sendo disponibilizados pelo Estado a instituições privadas objetivando minimizar os efeitos da crise.

Essa postura do Estado pôde ser sentida em abril de 2009 quando líderes de diversos países se reuniram em Londres, deixando acordado naquela reunião que o valor disponível para empréstimos do FMI seria triplicado, indo dos US\$ 250 bilhões para US\$ 750 bilhões, (MATIJASCIC, 2009, p. 29). Essa atuação do Estado demonstra, de um lado, a sua dependência perante as empresas transnacionais, sejam estas de crédito ou mesmo de serviços; e, de outro, a segurança que o Estado fornece aos grandes empreendimentos industriais/financeiros.

Esta contextualização faz-se necessária pelo fato que a mesma possibilita a análise de um momento em que o capital, na busca por superar um de seus momentos de menor fluidez com o apoio irrestrito do Estado, estabelece suas prioridades, bem como proporciona um quadro que demonstra o que de novo se apresenta, e o que de “velho” permanece, tendo em vista que a crise de 2006 se constitui em um momento de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, portanto, necessário à adoção de mudanças que garantam a continuação do processo acumulativo.

Nessa perspectiva, compreende-se que tanto a crise de 2006 quanto a recessão de 1970 fazem parte de um processo de continuidade/descontinuidade da crise estrutural do sistema produtor de mercadorias e que, em determinados momentos, como o da crise de 2006, dado seu aprofundamento, faz-se mister a utilização de estratégias para garantir a continuidade do

sistema visto que o/a trabalhador/a incumbido de garantir consumo e produção sem possuir a garantia ao menos de seu emprego não responde na velocidade necessária.

Soja (1993, p. 194) explica que “a Reestruturação Produtiva não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco os seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados”. Sob esse olhar, ao se concordar que a Reestruturação Produtiva é um processo do qual e pelo qual o capital se vale para se manter como modelo produtor de mercadorias no seio da sociedade atual, concorda-se também que o mesmo redefine as estruturas, ao passo que as estruturas anteriores não conseguem dar as respostas à necessidade constante de acumulação.

Porquanto, ao se considerar a Reestruturação Produtiva como algo em movimento fica evidente que os processos de transição das estruturas não se deram de forma completa, deixando aspectos “positivos” para momentos posteriores e, conseqüentemente, com maiores potencialidades, nem tampouco de forma abrupta, mas, sim, de forma progressiva e de modo a possuir um período de transição que pode, ou não, acarretar a completa substituição das estruturas anteriores.

Perante tais considerações, Lencioni afirma que:

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-reestruturação se constituem num único movimento. (LENCIONI, 1998, p. 7).

Este constitui-se em um movimento das estruturas sociais existentes em um determinado tempo/espço, resultantes da sociedade e de suas relações. Assim, pontua-se que o movimento de reestruturação é o movimento que visa reestabelecer a fluidez do capital no corpo político/econômico da sociedade, apropriando-se de aspectos do passado e também atuais visando sua manutenção.

Parte-se, portanto, de dois princípios na busca por compreender o movimento de Reestruturação Produtiva. O primeiro é a fluidez do capital como balança de análise da situação econômica, ora com maior fluidez e assim será considerado como um “corpo sadio”, e ora com menos fluidez, indicando um potencial momento de retração econômica. O segundo seria o pressuposto de que o movimento de Reestruturação Produtiva impõe-se de forma progressiva, sendo, por isso, um momento de transição que poderia ou não culminar na total superação do modelo anterior.

Para Mészáros,

Vivemos em uma época de crise histórica sem precedentes, cuja severidade pode ser dimensionada pelo fato de que não estamos enfrentando uma crise cíclica mais ou menos ampla do *capitalismo*, tal como experimentada no passado, mas a crise estrutural cada vez mais profunda do próprio *sistema do capital*. Como tal, essa crise afeta – pela primeira vez na história – a totalidade da humanidade e, a fim de que a humanidade sobreviva, demanda mudanças fundamentais no modo de controle do metabolismo social. MÉSZÁROS, 2007, p. 60).

Por conseguinte, todo este movimento de reestruturação do sistema capitalista culmina em transformações sociais, notadamente, na apropriação do/a trabalhador/a pelas reformuladas formas de controle do capital sobre o metabolismo social.

## 2.1 Declínio do Fordismo

O acúmulo de inovações técnicas, somado aos conhecimentos gerenciais, proporcionou, após o início do século XX, um conjunto de condições que viabilizaram a efetivação do Fordismo como sistema produtor de mercadorias incumbido de responder aos anseios do capital.

Nesse foco, o Fordismo nada mais foi que a soma entre a sistematização de técnicas de gerência, já existentes, e a organização espacial dos trabalhadores/as no chão da fábrica. Dentre as inúmeras estruturas organizacionais destaca-se a esteira transportadora, principal símbolo deste período. A ela foi delegada a viabilidade técnica dessa organização.

Em síntese, pode-se destacar que Ford consegue sistematizar o acúmulo de conhecimentos inerentes à produtividade em um mesmo contexto espacial.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu racionamento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2008, p. 121).

Nota-se então, com a adoção dessas novas formas de organização do sistema produtor de mercadorias, profundas transformações que não se limitaram ao ambiente de trabalho. O aumento da produtividade provocado pela adoção desses novos arranjos técnicos/organizacionais transformou as relações sociais dentro e fora do espaço das fábricas, como afirma o referido autor. A esteira, além de promover a diminuição dos postos de trabalho, também possibilitou a introdução de trabalhadores/as cada vez menos especializados/as; isso fez acirrar o choque entre trabalhadores/as empregados/as e trabalhadores/as sem emprego, bem

como redefiniu os níveis de consumo de mercadorias, reestabelecendo a ordem do controle do capital sobre o metabolismo social, que se fortalecia.

Destarte, para Franca (2007, grifos do autor),

O fordismo, ao introduzir a esteira transportadora e mudar a maneira de montar o carro, acabou por transferir para a própria esteira o conhecimento do antigo mecânico versátil – “que era obrigado a saber de tudo para executar seu trabalho”. Assim, ampliou o controle mecânico, o qual favoreceu, por sua vez, o aumento do esforço físico repetitivo e da alienação do trabalhador.

Nessa abordagem, apesar do Fordismo nascer incumbido de responder aos anseios do sistema capitalista em franco processo de expansão no referido período, o mesmo agudizou a desigualdade econômico/espacial, alienou os/as trabalhadores/as, que não mais se reconheciam através do resultado de seu trabalho. Estes se tornaram uma extensão da máquina, sendo por esta conduzidos. Assim, a rigidez do fordismo, tanto na esfera da produção quanto na esfera espacial, conduziu o sistema produtor de mercadorias a um movimento que fortaleceu sua falha estrutural.

Para Harvey (1996), além das já mencionadas falhas na estrutura organizacional, também havia

[...] problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. (HARVEY, 1996, p. 135)

Nesse contexto, o que se observa em meados da década de 1960, após um longo período de expansão, é uma diminuição da circulação de capital. Somando-se a este momento, verifica-se o período de recessão dos anos 1970. A crise do petróleo, juntamente com a queda das taxas de lucros provocada pela falência do Fordismo, conduziu a economia a um período denominado por Harvey de Reestruturação Produtiva.

No Brasil, como em outras economias periféricas, as transformações ocorreram em níveis escalares diferentes, tendo em vista a posição econômica e a atuação do mercado nestas economias. Ainda segundo Harvey,

No resto do mundo capitalista, a organização do trabalho e as tradições artesanais eram simplesmente fortes, e a imigração muito fraca, para permitir ao fordismo ou ao taylorismo qualquer facilidade de produção, muito embora

os princípios gerais da administração científica fossem amplamente aceitos e aplicados. (HARVEY, 1996, p. 123)

Assim, nos/as trabalhadores/as em que a ideologia do sistema não se encontrava fortemente arraigada, sua adoção também encontrou dificuldades. Esse fato demonstra, claramente, o limite da atuação do modelo fordista, ao passo que nas sociedades capitalistas de periferia o aparato ideológico não conseguiu abarcar a sociedade de forma a estabelecer um consumo voltado para a produção de massa, explicitando, dentre outros aspectos, a necessidade da formação do consumidor de massa.

Dessa forma, o fordismo e, principalmente, o fordismo “do pós-guerra deve ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modelo de vida total” (HARVEY, 2002, p. 131).

Portanto, no Brasil e em diversos países de economia periférica os capitalistas não conseguiram, através do fordismo, fortalecer suas bases produtoras, nem ao menos conseguiram estabelecer a sua população com índices de consumo próximos dos desempenhados nos Estado Unidos. Contudo, o movimento de reestruturação enxerga nesses países de economia tardia um caminho viável para a volta dos índices de lucratividade dos anos do pós-guerra.

## **2.2 Reestruturação Produtiva**

Para Antunes (2002, p. 101), vivenciamos um quadro de crise estrutural do capital, “que se abateu no conjunto das economias capitalistas a partir especialmente do início dos anos 70”. Ainda segundo o autor:

Esta crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que... afetou fortemente o mundo do trabalho. (ANTUNES, 2002, p. 102. Grifos do autor).

Nesse sentido, a incapacidade do fordismo em dar respostas ao sistema capitalista fez diminuir a fluidez de capital circulante no mercado, notadamente após o ano de 1965. Essa incapacidade, somada aos constantes embates com a classe trabalhadora dos grandes polos econômicos, culminou no aprofundamento da crise estrutural do capital. Um movimento de reestruturação dos meios de produção foi verificado, objetivando reestabelecer os níveis de circulação de capital.

Os/as trabalhadores/as da grande indústria nos grandes centros capitalistas, apesar de se encontrarem maduros e organizados, não conseguiram dar a resposta ao sistema precarizante do trabalho por meio do embate com o capital; isso possibilitou ao sistema capitalista buscar

formas de responder ao mercado positivamente, transpondo os limites postos pelo próprio modelo produtor de mercadorias aguçado pela classe trabalhadora.

Para Antunes (2002, p. 38):

Dado que as lutas anteriores entre capital e o trabalho, que tiveram seu apogeu nos anos 60, não resultaram na instauração de um projeto hegemônico do trabalho contra o capital, coube a este, derrotadas as alternativas mais ousadas do mundo do trabalho, oferecer sua resposta para a crise.

Então, a partir da década de 70 do século XX, vê-se estabelecer um período de profundas transformações no conjunto do *sistema metabólico do capital*. Mutações que afetaram profundamente as relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas. Para o/a trabalhador/a, todo o embate do pós-guerra culminou com a adoção destes “novos” arranjos espaciais no retrocesso das conquistas.

É o que Antunes (2002, p. 33) advoga:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

De fato, observa-se um processo de revolucionamento próprio dos anos 70 do século XX. Entretanto, o movimento de reestruturação produtiva constitui-se em apenas um aspecto das transformações próprias deste período, como aponta Antunes (2002). Seria, em suma, uma fração do processo de reorganização do capital tendo nas políticas neoliberais o projeto hegemônico. Esse projeto, apesar de se constituir de extrema importância para o estudo das bases políticas da reestruturação, não será aprofundado nesse estudo; elencar-se-á, contudo, aspectos voltados à reestruturação produtiva.

Dentro dessa delimitação, observa-se ainda uma gama de brilhantes pesquisadores que buscam compreender a reestruturação produtiva do capital. Em meio a estes, é inegável a importância de David Harvey. Para ele, estas mudanças apoiadas na “flexibilização dos processos de trabalhos” (HARVEY, 2002) podem ser caracterizadas como *acumulação flexível*.

O autor aponta que todo esse movimento visando reestabelecer a fluidez do capital se alicerçou na apropriação do trabalho. Nesse caminho, a incorporação de “novos” territórios, a flexibilização do trabalho e a incorporação de formas desreguladas de produção promoveram, em suma, o aumento da produtividade, estabelecendo, para isso, a competição global.

Contudo, como havia de se esperar, as transformações não se limitaram à desregulamentação do trabalho. Houve, a exemplo do fordismo, a efetivação da flexibilização capitalista com o consumo de bens e produtos em escala mundial. Países anteriormente à margem do sistema produtor de mercadorias e com uma economia de mercado periférica agora veem-se como inseridos na lógica do consumo global.

Assim, “as dimensões da crise estrutural do capital”, ou melhor dizendo, do movimento que o capital empregou na busca por superá-lo impuseram à classe trabalhadora um mundo do trabalho reformulado, um mundo dinâmico, um mundo onde não só suas necessidades são apropriadas pelo mercado produtor de mercadorias, mas também e, com maior intensidade, suas vontades, desejos, angústias e medos. Há de se vender soluções (mercadoria) para todas as pessoas. Quando estas não têm a necessidade de adquiri-las, essas necessidades são forçadas, regulando, dessa forma, o circuito que efetiva o capital e possibilita sua fluidez no corpo político-econômico da sociedade capitalista global.

### **2.2.1 A Implantação do Toyotismo<sup>2</sup>**

Como observado na seção anterior, o movimento de Reestruturação Produtiva constitui-se na reestruturação da forma e dos padrões de produção. Desde a organização do trabalho no espaço do chão de fábrica até o PDM (*Product Data Management*<sup>3</sup>), sendo todo este arranjo parte constituinte de um projeto mais amplo do chamado neoliberalismo, mas que, primordialmente, estabelece os padrões de produção a serem adotados frente ao contexto econômico.

Há, no movimento de Reestruturação Produtiva estruturas de sustentação, como por exemplo, o gerenciamento da força de trabalho realizada por máquinas que, por sua vez, constituem-se na resposta da ciência que, sob o desconforto da necessidade de reestabelecer a “ordem” natural do dinheiro, foi convidada a fornecer respostas ao momento de aprofundamento da crise estrutural do capital no cenário do pós-segunda guerra mundial. Destarte, a ciência disponibilizou um aparato técnico que não poderia ter sido adotado em

---

<sup>2</sup> Segundo Alves (2007), como exemplo de Toyotismo podemos salientar os mais diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade total, a busca da produção *just-in-time*, a utilização do *Kan-ban*, as novas formas de pagamento e de remuneração flexível, a terceirização capaz de instaurar uma “produção enxuta” constituir em torno da firma central (empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados; a organização da produção em grupos de trabalho (*team work*), as novas técnicas de manipulação gerencial que cobijam os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade e sua personalidade, etc. (ALVES, 2007, p.159).

<sup>3</sup> Segundo Franca e Gilberto Cunha (2007, p. 31) seria o programa usado para gerenciar todas as informações geradas desde o projeto ao desenvolvimento do produto, tais como documentos, arquivos, requisições, dados de clientes e fornecedores.

nenhum outro momento da história, pois o referido acúmulo necessário veio mediante o contexto de aprofundamento da crise do capital.

Para Santos (2002, p. 234-235),

O meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vê o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas etapas da produção.

Conforme o meio técnico-científico-informacional foi sendo produzido pelo movimento de Reestruturação Produtiva, foram verificadas inúmeras possibilidades. Dentre essas, o sistema de gerenciamento do processo de produção denominado de *just-in-time*. Tal sistema promoveu transformações profundas, tanto no processo produtor de mercadorias quanto nas relações sociais que envolviam este sistema.

Pode-se evidenciar a capacidade espacial ampliada do sistema *just-in-time* como sendo o principal diferenciador do fordismo. Os limites que a rigidez do fordismo não conseguiu transpor foram transpostos com certa facilidade pelo novo sistema. A gestão integrada possibilitou a diminuição das distâncias entre mercado e consumidor, entre fornecedores de matéria-prima e indústria e, principalmente, enxugou as fases da produção. Outra característica essencial do Toyotismo foi a flexibilidade do trabalho. Desregulamentação, flexibilização, terceirização, subcontratação e, em última escala, desemprego em massa, cenário promovido pela resposta do capital à crise dos anos anteriores.

Todavia, o Toyotismo do início do século XXI não se reduz ao modelo desenvolvido no Japão em meados do século XX. Desta feita, pensar o Toyotismo na atualidade é compreendê-lo,

[...] a partir da *mundialização do capital*, [...] quando ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas. (ALVES, 2007, p. 158.).

Assim, o Toyotismo, sistema de produção baseado na flexibilidade dos meios de produção, bem como do mercado consumidor, encontra no contexto da década de 1970 o alicerce para sua implementação. Instaurando o modelo de *acumulação flexível* de produção integrado mundialmente, este modelo promoveu rápidas transformações, como aponta Harvey (2002):

A *acumulação flexível* envolveu rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 2002, p. 140, grifos do autor.).

Contudo, o Toyotismo, como já salientado, guarda aspectos das estruturas que o antecederam não se constituindo, assim, em um *modelo puro*, tendendo a manter relações periféricas com o fordismo e o taylorismo, possuindo, então, aspectos do passado nas bases tecnológicas atuais. Todavia, a principal característica de ligação entre o Fordismo, o Taylorismo e o Toyotismo é a apropriação da classe trabalhadora, ora com maior intensidade nos momentos em que a circulação de capital se encontra em retração e ora com menos intensidade, momentos em que a circulação se encontra nos “padrões” crescentes.

Harvey apresenta, ainda, o movimento geográfico contido na Reestruturação Produtiva do capital, observando com o referido movimento uma “integração” de regiões que até os anos 70 do século XX ficavam à margem dos modelos anteriores de produção. Complexos industriais geradores de empregos precários tornaram-se sinônimos de desenvolvimento nos territórios negligenciados pelo Fordismo. Com essa nova organização espacial do trabalho se consolidando, foram observadas as formas flexíveis apropriadas para trabalhadores/as com o grau de execução também diferente. A flexibilização apropriou-se das individualidades, dos/as trabalhadores/as, de sua subjetividade.

Portanto, o regime de *acumulação flexível*, estrutura adotada no período de Reestruturação Produtiva do capital, sobrepõe-se ao Fordismo, eliminando a rigidez e flexibilizando a produção e a sociedade capitalista. Com a diminuição da ação do Estado, a livre concorrência de mercado possibilitou a adoção de estratégias variadas de luta por mercados. A espacialização dos meios de produção no terceiro mundo é exemplo deste movimento. Nessa concepção, as dimensões do regime de acumulação flexível extrapolam as fronteiras dos países capitalistas desenvolvidos e, conseqüentemente, as fronteiras de atuação dos/as trabalhadores/as forjados na luta de classe.

A apropriação do/a trabalhador/a é intensificada, tanto na esfera espacial quanto na esfera da subjetividade do/a mesmo/a. Na primeira, os/as trabalhadores/as desempregados/as do mundo como um todo exercem pressão nos trabalhadores/as empregados/as, tendo em vista a mobilidade das empresas. No segundo caso, o/a trabalhador/a flexível destina à sua vida laboral não mais apenas a força de trabalho, mas também e com maior intensidade, a força

cognitiva. A subjetividade do/a trabalhador/a é apropriada pelo capital através do modelo de acumulação flexível, o que será abordado no 3º capítulo.

### **2.2.2 Dimensões do Regime de Acumulação Flexível**

A compreensão geográfica acerca das dimensões do regime de acumulação flexível extrapola as análises da expansão territorial notadamente estabelecida, compreendendo, através do antagonismo, do embate entre classe trabalhadora e capital, os impactos desta expansão na vida do trabalhador/a nesses “novos” espaços em disputas.

Para Harvey (2011),

A acumulação flexível [...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviço”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 2011, p. 140).

Observa-se, pois, o complexo da reestruturação produtiva, momento que se vale do regime de acumulação flexível que estabelece novas estruturas em espaços anteriormente à margem do sistema produtor de mercadoria, como aponta Harvey (2011). No entanto, todo esse cenário promovido pela implantação de um novo período de acumulação do capital não possui características que inviabilizem o embate entre classe trabalhadora e capital. Alves (2007), ao buscar compreender os limites dessa acumulação, pontua:

A irrupção do regime de acumulação flexível *não* tende a amenizar (ou extinguir) a luta de classes e os conflitos entre capital e trabalho no interior da produção ou mesmo na sociedade civil. Pelo contrário, eles agudizam-se e assumem novas formas sociais, deslocando-se para dimensões invisíveis do cotidiano, com destaque para as esferas da subjetividade da força de trabalho. (ALVES, 2007, p. 188. Grifo do autor).

Ainda, consoante com Alves (2007), o Toyotismo, engrenagem incumbida de responder ao regime de acumulação flexível, apropria-se do espaço e do indivíduo de maneira a capturar sua subjetividade. Para o autor, o Toyotismo, além de se constituir no

[...] novo espírito da racionalização capitalista no local de trabalho, tende, também a agir sobre o trabalho organizado e sua subjetividade, precarizando-a e buscando subsumi-la aos interesses da reprodução do capital como sistema sócio-metabólico. Ele se expressa com mais intensidade nos *loci* mais dinâmicos de acumulação de capital (o que significa que, no caso do Brasil,

por exemplo, o toyotismo assume sua forma mais desenvolvida nas grandes empresas) (ALVES, 2007, p. 188. Grifo do autor).

No plano da análise social metabólica, o capital, como sistema de controle, imprime à classe trabalhadora formas antagônicas de apropriação. O capital consegue, com a adoção da flexibilidade da produção, atingir o trabalhador/a de formas distintas. Para Alves (2000, s/p), “é um novo tipo de ofensiva do capital na produção o qual reconstitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma captura da subjetividade operária pela produção do capital”, assim, ao mesmo tempo em que faz com que o trabalhador/a consiga produzir mais e em menor tempo, também proporciona o afastamento do trabalhador/a dos meios de produção.

Verifica-se que tanto uma expansão territorial materializa-se nos países subdesenvolvidos quanto uma expansão imaterial ocorre no seio da classe trabalhadora; esta verificada mundialmente, atingindo o trabalhador/a fora do ambiente de produção, e de igual teor com intensidades distintas nos ambientes de reprodução, considerando aqui como ambientes de reprodução aqueles locais onde o/a trabalhador/a realiza a manutenção de sua força de trabalho.

Estabelecido o debate sobre o processo de reestruturação produtiva, a implantação do Toyotismo, bem como os desdobramentos desse período, os quais se verificaram no processo de acumulação flexível, buscar-se-á compreendê-las nos limites da indústria automobilística territorializada após o movimento de Reestruturação Produtiva e das implantações das novas estruturas precarizadoras do corpo genérico que trabalha na cidade de Catalão, Sudeste do Estado de Goiás. Para essa abordagem, há de se observar a necessária contextualização do processo de industrialização do Brasil.

### **2.2.3 Reestruturação Produtiva no Brasil**

O movimento de globalização do capital intensificado, após a década de 70 do século XX, nada mais foi que a sobreposição dos limites até então instalados. Todavia, há de se pontuar a velocidade desta superposição. A partir do referido período, observa-se uma aceleração na superação de estruturas anteriores. Para Harvey (1996, p. 8), “Sem as possibilidades abertas pela expansão geográfica, pela reorganização espacial e pelo desigual desenvolvimento geográfico, o capitalismo teria cessado há muito tempo de funcionar como um sistema político – econômico integrado”.

Esse constante movimento do sistema do capital, objetivando expandir-se, fez-se objeto de inúmeras teses ao longo da própria história do capitalismo, dentre as quais destaca-se o levantamento da questão feita por Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, em que as questões da expansão do capitalismo puderam ser verificadas quando os mesmos escrevem uma das mais significativas frases de ordem dos trabalhadores/as: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (ENGELS, 1888, s. p.) Esta seria a condição necessária ao embate dos trabalhadores/as frente a uma burguesia que, ainda segundo os autores, “invade todos os países” (ENGELS, 1888, s/p.)

Dessa maneira, observa-se que o processo de globalização é próprio do capitalismo, sendo ele, até certo ponto, responsável pela sua vigência. Porém, Harvey, frente à dinâmica própria do período de expansão presenciado nos últimos trinta anos, ressalta que:

Um dos problemas que o termo “globalização” hoje coloca em evidência é – acredito – a profunda reorganização geográfica do capitalismo, de modo que muitos dos pressupostos acerca das unidades geográficas “naturais” no interior das quais se desenvolve a trajetória histórica do capitalismo se tornam sempre menos significativos (se nunca o foram). (HARVEY, 1996, p.11).

Em consequência ao movimento de mundialização<sup>4</sup> a que o Brasil se viu frente à investida do capital internacional, é notória a implantação/disseminação de estruturas próprias em momentos anteriores em países de capitalismo avançado, transformações essas no espaço produtivo mundial, na divisão internacional do trabalho, bem como no complexo metabólico do capital, que estabeleceu no Brasil, como em boa parte do *mundo do capital*, estruturas flexíveis desenvolvidas.

Sobre isso, Sodré (1990, p. 345) explica que:

Entre 1947 e 1956, o ritmo do aumento de produção industrial foi aqui superior ao ritmo médio do mundo capitalista – 71% para este, a 91,8% para o Brasil. A produção de bens de produção, que representava 1/5 da produção total em 1939, passou a representar 1/3, em 1956. Mas a necessidade de bens de produção – equipamentos, combustíveis, matérias-primas – procedentes do exterior, exigiu a modificação na composição de nossa importação.

Este aumento, apesar de notório, reflete a insignificância do Brasil no início do século XX no que tange a sua industrialização. Este quadro que é modificado a partir de meados do

---

<sup>4</sup> Para Chesnais (1996, p. 32), a mundialização, “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercado, e só a elas.” Caracteriza-se por: beneficiar as multinacionais, simultaneamente, “da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (o toyotismo)”; reorganizar os grupos industriais em “empresas rede”; aumentar a “interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades.” (CHESNAIS, 1996, p. 33).

século, indissociavelmente, pela entrada de capital estrangeiro. Todavia, o processo de industrialização do Brasil, o qual ocorre com o capital externo, deve ser encarado em sua plenitude. Ainda segundo Sodré:

Nos países de economia colonial ou dependente, como o Brasil, o investimento estrangeiro está longe de representar estímulos. Representa, ao contrário, uma drenagem constante da poupança nacional: caracteriza a situação da acumulação nacional em proveito externo. Os efeitos do investimento estrangeiro debilitam a economia nacional, limitam as suas possibilidades de expansão. (SODRÉ, 1990, p. 393).

Sem que haja feições que contrariem esse quadro, o Brasil vê-se frente a potenciais socioambientais necessários a inúmeros segmentos do mercado global, dentre os quais destacam-se a produção e a extração de commodities. Quadro brasileiro que alcança as transformações provenientes da Ásia na segunda metade do século XX.

O processo de disseminação do padrão da acumulação flexível deu-se no Brasil de forma tardia, tendo como padrões para esta análise países de capitalismo avançado que já na década de 70 do século XX estabeleciam padrões de acumulação voltados para o novo complexo produtor de mercadorias (Toyotismo); como exemplo, o Japão do pós-segunda guerra mundial é prova incontestável deste protagonismo. É necessário estabelecer que as estruturas capitalistas que promovem a superexploração tendem a necessitar de uma conjuntura política/social estabelecida; daí a tese do atraso global. Pode este novamente ser visualizado na preparação do território no Brasil, própria do regime militar e na entrada do neoliberalismo.

Nesse patamar, Antunes (2002) pontua que, no Brasil,

[...] sob o fim da ditadura militar e no período Sarney, nos anos 80, ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, já em curso acentuado nos países capitalistas centrais. Mas também já sofria os primeiros influxos da nova divisão internacional do trabalho. Sua singularidade, dadas por um país de capitalismo hipertardio, fora afetada pelos novos traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira diferenciada, ao menos em alguns aspectos, frente à estruturação anteriormente existente. (ANTUNES, 1997, s/p).

Posteriormente a este momento, verificou-se no Brasil, como aponta o supracitado autor, um expressivo movimento nacional em direção aos preceitos toyotistas: contexto de territorialização de estruturas do capital para países de economia hipertardia, bem como de regiões mais desenvolvidas para regiões em desenvolvimento.

No setor automobilístico pode-se verificar a instalação de novas linhas, destinadas à produção de novos veículos, que coexistiam com as antigas linhas

de montagem, configurando um grau relativamente elevado de diferenciação e heterogeneidade tecnológica e produtiva no interior das empresas, heterogeneidade que será uma marca particular da reestruturação produtiva no Brasil. (ANTUNES, 2002, s/p).

Apenas após o início da década de 90 do século XX que se observa no Brasil, porquanto, a incorporação de, praticamente, todo o território pelas estruturas flexíveis desenvolvidas. Mesclagem das estruturas produtoras de mercadorias próprias do fordismo sob o prisma da organização japonesa em território brasileiro. Um movimento de globalização de técnicas e procedimentos agrupados em territórios anteriormente à margem do capital.

Assim, a Reestruturação Produtiva do capital modifica as formas de embate entre a classe trabalhadora e capital e, igualmente, todas as relações sociais que envolvem o complexo do metabolismo social do capital. Concomitante a este movimento e parte constituinte do mesmo, a flexibilização das relações de trabalho reestabelece formas de apropriação dos trabalhadores/as. Esse processo é viabilizado pela implantação de técnicas e tecnologias próprias do período de expansionismo do capital financeiro. Portanto, o *meio-técnico-científico-informacional* fornece todos os aparatos necessários à disseminação do modelo japonês no Brasil.

Contudo, há de se ter cautela ao analisar o papel desempenhado pelo Brasil nesse processo de territorialização de capital. Apesar do movimento de globalização/mundialização buscar agregar territórios anteriormente à margem deste processo, o mesmo não se estabelece em todo o globo de forma homogênea. Como já salientado, há um processo de preparação/adaptação/adequação dos lugares à chegada deste capital.

Daí, Santos (1978) apontar que:

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Por isso, sendo o território resultante de um movimento de seleção feita “entre as atividades e entre os homens”, o Brasil se insere no *ciclo de produção e acumulação capitalista* num segundo momento por possuir características que atenderam a um rigoroso processo de seleção espacial, social, política, ideológica e cultural, “ou seja, de condições vantajosas de intensificação dos fluxos, de prospecção de lucros, de ganhos econômicos e políticos” (SANTOS, 2008, s/p).

Nesse sentido, é mister pontuar que a apropriação destes “novos” territórios, bem como as consequências desta apropriação, fez-se sentir em níveis escalares diferentes, tendo como fatores de interferência a cultura, a política, a ideologia, a religião; todos esses se constituíram em aspectos de aceitação ou rejeição destas novas estruturas, previamente analisados pelo capital no processo de *seleção dos lugares*.

Assim, observa-se que a mobilidade geográfica do capital o conduz a territórios, visto que a disputa ideológica, política e social o antecede, preparando o terreno. O Brasil, “preparado” pelas políticas neoliberais do período de regime militar, vê-se frente ao capital estrangeiro que se apropria não somente de parte do território geográfico, mas do território ideológico e político brasileiro.

E, a partir da apropriação do espaço geográfico, é possível identificar para quais atividades o território brasileiro se viu preparado.

Assegura Santana (2011, p. 57) que:

Muitas indústrias se deslocaram para os países periféricos formando uma nova divisão internacional do trabalho, sobretudo, dos ramos dos produtos têxteis, de vestuário e calçadista. No caso do Brasil, também pode-se acrescentar as empresas do setor automobilístico, sobretudo, durante a década 1990 que, além de receber um elevado número de investimentos externos ao setor, promoveu a reestruturação e desindustrialização interna, atingindo o polo mais avançado de resistência operária do país, o ABC Paulista.

Portanto, o Brasil, após o movimento de Reestruturação Produtiva, é inserido no circuito do capital internacional, tendo no fornecimento de bens e serviços as características que o capital necessitava para o momento do final de século XX. Esta mundialização construída no Brasil traz consigo o complexo de transformações, estruturas cristalizadas, formas estabelecidas de apropriação dos trabalhadores/as pelo capital, agora, mundializando.

Em meio a este cenário, indústrias dos mais diferentes setores produtivos se veem incentivadas tanto pelo capital como pelo Estado e “forçadas” pela atuação dos/as trabalhadores/as organizados do Sudeste/Sul do Brasil a buscarem a reprodução do capital em territórios que não proporcionassem, *a priori*, um embate político-ideológico por parte dos/as trabalhadores/as mais consistentes com essas estruturas de produção.

Porquanto, viu-se, no Brasil, um movimento de interiorização das empresas sediadas no Sudeste/Sul do país, bem como de empreendimentos industriais oriundos de países capitalistas desenvolvidos, buscando “novos” campos de atuação. O objetivo era um mercado consumidor cada vez mais atuante no cenário nacional, políticas financiadoras deste movimento e uma mão de obra dócil e barata, o que, de fato, verifica-se atualmente e certifica a imaturidade política

como sendo um dos fatores que fortalecem a investida do capital financeiro frente ao movimento operário no interior do Brasil.

Nesse foco, a mencionada *Reestruturação Produtiva* globaliza a precarização do trabalho, possibilitando que o capital acumulado do pós-segunda guerra mundial materialize-se em potenciais forças produtivas.

O capitalismo, em seu movimento revolucionário, expande sua reprodução territorialmente, procurando ampliar a taxa de lucro. Para Harvey (2010, p. 76),

O capital tem que criar um cenário adequado para suas próprias necessidades – uma segunda natureza construída à sua própria imagem – em um dado momento, só para revolucionar a paisagem em um momento posterior, a fim de acomodar uma maior acumulação numa taxa composta.

Em meio às ações do soldado<sup>5</sup> da reestruturação produtiva, notam-se, no Brasil, as investidas do capital financeiro para o interior do país a partir da década de 70 do século XX. Reestabelecem-se novos arranjos territoriais em, praticamente, todo o território central do Brasil. Este reordenamento, por sua vez, conduz as novas formas de apropriação da classe trabalhadora pelo capital.

Por isso, o cenário do interior do Brasil, após o movimento de reestruturação produtiva, modifica-se, “desenvolve-se” ao gosto do sistema capitalista; este é o resultado do movimento que promove um reformulado mecanismo de apropriação da classe trabalhadora pelo capital.

Assim sendo, o Sudeste do Estado de Goiás é o resultado da implantação de um sistema produtivo flexível, amparado pelas políticas neoliberais do Estado que, ao dividir a classe trabalhadora em categorias, estabeleceu o enfraquecimento do proletário como um todo, colocando o debate emancipatório em pleno retrocesso.

Todavia, no Brasil, até mesmo o processo de desenvolvimento capitalista deve ser analisado de formas particulares, dada a sua dimensão territorial, pois esta estabelece um grau de dificuldade em se compreender a classe trabalhadora como um todo em nosso país, pois ao passo que compreendemos a classe trabalhadora e as múltiplas formas dela se organizar no Sul e Sudeste do país, não estamos visualizando a realidade dos trabalhadores/as deste território.

Mais difícil se torna esta busca se, em meio a ela, inserimos o movimento neoliberal dos anos 1970, que dividiu em uma infinidade de categorias o proletariado. Desta feita, compreender as relações que permeiam a classe trabalhadora do Sudeste do Estado de Goiás é

---

<sup>5</sup> Referência ao Estado como sendo a força militar que garante compulsoriamente, se necessário, a ordem “natural” das coisas. No contexto do capitalismo se refere à normalidade da dinâmica expansionista própria do sistema.

buscar uma infinidade de possíveis respostas para entender a precarização do trabalho no interior do Brasil no início do século XXI.

Sendo o *Toyotismo* o resultado morfológico da luta de classe, cria-se no Brasil, por meio das políticas neoliberais dos anos 1990, as condições necessárias para este novo sistema precarizante do trabalho. Portanto, como resultado da Restruturação Produtiva, nota-se a territorialização de capital oriundo de diversas partes do mundo no centro do território nacional, contribuindo, assim, com a atual situação precária da classe trabalhadora brasileira, foco deste estudo a partir de agora.

Assevera Alves (2007) que:

A partir da década de 1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso. A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da produção capitalista no Brasil. (ALVES, 2007, p. 157).

Então, evidencia-se o fortalecimento das diretrizes toyotistas, principalmente após os anos 1990, pois é nesse período que os resultados do movimento de integração do território nacional dão o suporte necessário às investidas deste novo modelo de produção.

Com o decorrer do tempo, esta reformulação da relação capital x trabalho depara-se com o resultado da flexibilização que, de certo modo, agiu como um recrutador de “soldados” que servirá de contingente no conflito que se seguirá *a posteriori*: os trabalhadores/as terão que se defrontar mais apenas com a burguesia, mas sim com todo o rearranjo estrutural atualizado do sistema do capital.

Aqui, inclui-se a parte da classe trabalhadora que não mais se enxerga como membro do corpo proletário, mas sim como capitalista; todavia, este novo rearranjo proporciona ao empresariado um novo período expansionista por estabelecer uma barreira aos remanescentes do chão de fábrica nesta nova estrutura, barreira imposta pela necessidade de consumo.

Essa “nova” formulação da classe trabalhadora constitui-se peça fundamental na consolidação da reformulada morfologia estrutural do sistema do capital, pois, ao passo que este operário precisa se inserir em mecanismos que darão a ele o suporte necessário para consumir a níveis cada vez mais altos, o mesmo passa a ser o suporte necessário à consolidação desta nova etapa do sistema capitalista.

Não será proposta aqui uma análise mais profunda acerca da morfologia estrutural do capital pautada na financeirização, mas certamente uma introdução a esta, visto que se

compreende que esta viabiliza os atuais níveis de apropriação da subjetividade da classe trabalhadora, como seguramente destaca Alves:

Na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-efetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar “pro-ativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo). (ALVES, 2011, p. 111. Grifos do autor).

Esse movimento faz com que o funcionário se dedique quase que, exclusivamente, a sua atividade laboral, com a possibilidade de uma ascensão econômica, a qual só acontece esporadicamente, pois o capital necessita dar incentivo ao/à trabalhador/a, dar motivos para que os/as trabalhadores/as se apeguem ao emprego.

Do ponto de vista desta análise, entende-se como indivíduos genéricos que trabalham aqueles/as que contemplam as várias dimensões da classe trabalhadora e, com certa propriedade, a classe trabalhadora que consome pautada no sistema da financeirização, por fornecer suporte necessário a esta caracterização.

Por conseguinte, herdamos de nossos antepassados toda uma bagagem histórica de saberes, conhecimento acumulado ao longo de tempos e que nos é dado com o objetivo de garantir a perpetuação da espécie. Porém, o mesmo só se faz sentir consigo se apreendermos o *sentido do pertencimento*, impregnando, assim, nossas lutas da bagagem histórica de nosso trabalho. Nesse olhar, buscar na precarização do trabalho as respostas para as mazelas dos/as trabalhadores/as além de ser de extrema importância na atual fase do sistema do capital, torna-se um elo entre a pesquisa e a trajetória do pesquisador.

### **2.3. Breve Histórico Sobre Empresas Automobilísticas**

Nesta vertente histórica, Milton Santos (2003, p. 10-11) esclarece:

A industrialização deu-se no Brasil na forma da substituição de importações. Um modelo industrial com três características principalmente, considerado o tema ambiental. Primeiramente, desenvolvem-se basicamente os ramos destinados a suprir a demanda da elite e da classe média, vale dizer, da população dotada de renda para consumo no mercado. Em segundo lugar, mobilizam-se capitais em montante capaz de oferecer resposta imediata a uma necessidade de produção em volume até certo ponto esperada, o que faz a indústria acompanhar a estrutura monopolista existente, já nascendo fortemente concentrada, em termos de ramos e empresa. Em terceiro, condicionam-se todos os setores existentes a uma forma de vinculação com o ramo-base do regime de acumulação posto a serviço dos lucros oligopólicos,

em particular a agropecuária, a energia e a circulação, pré-determinando-os como modelos. Estas três características expressam a lógica do mercado, no modo como aqui se faz presente.

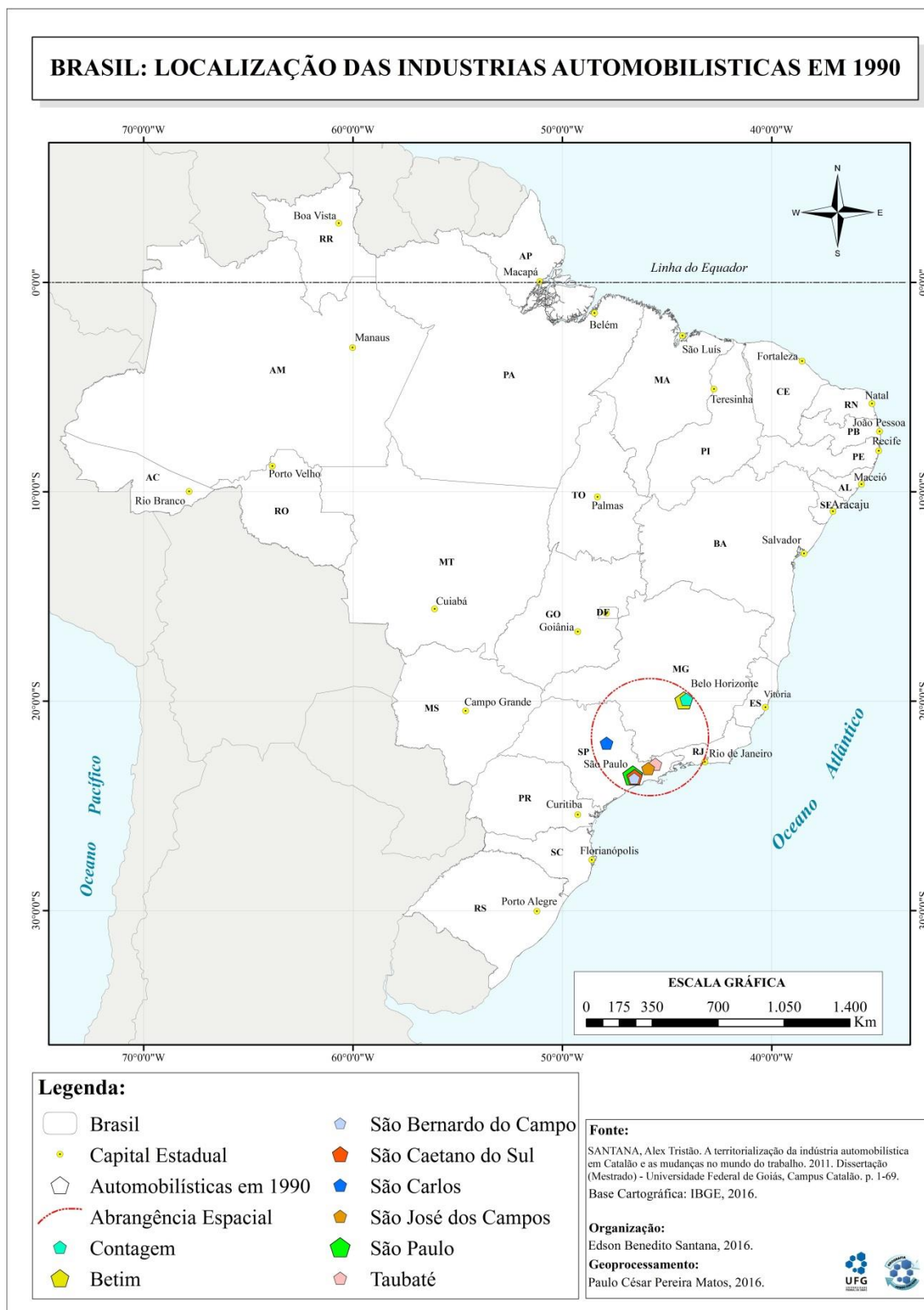
Observa-se, portanto, que o movimento realizado pelas indústrias brasileiras, ou melhor, pelo capital efetivado no território brasileiro, possui características “evolutivas” dentro de seu regime de acumulação. Com relação às indústrias automobilísticas, Santos (2003, s/p. Grifos do autor) aponta que o “modelo de organização do espaço brasileiro é formatado em duas matrizes: a primeira ‘centrada na indústria alimentar-têxtil, de modelo de grandes espaços’ segunda ‘centrada na indústria automobilística, de modelo dos grandes projetos’”<sup>6</sup>.

Esses “grandes projetos” materializados nas plantas das montadoras de automóveis podem ser verificados no Brasil, já no ano de 1921, com a instalação da Ford e, em 1925, com a *General Motors*, ambas no Estado de São Paulo (SP). Essa concentração das atividades no litoral do Brasil começa a ser superada nos anos de 1970 com a instalação da “Fiat e da Volvo, que passaram a compor a lista das montadoras em território brasileiro. Essas últimas, por sua vez, prefeririam se instalar fora da RMSP (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo) optando, respectivamente, por Betim (MG) e Curitiba (PR), motivadas pelos incentivos fiscais e pela baixa atividade sindical” (SANTANA, 2003, p. 65, grifos do autor).

---

<sup>6</sup> Por grandes projetos entende-se a política de ocupação e organização do espaço através de investimentos em obras de infraestrutura de ampla escala territorial, implementadas a partir de pontos estrategicamente localizados no espaço nacional (SANTOS, 2003, p. 12.).

Mapa 01: LOCALIZAÇÃO DAS INDUSTRIAS AUTOMOBILÍSTICA EM 1990



Fonte: ANFAVEA (2016)

Há de se destacar o conjunto de outros fatores que, somado à já mencionada baixa atividade sindical, contribuiu para o movimento de desconcentração das atividades das

indústrias montadoras de automóveis do ABC Paulista, principalmente, a partir da década de 1990.

Paralelamente, o governo federal adotou um conjunto de medidas oriundas do modelo neoliberal desenvolvido em países de capitalismo avançado. Esse conjunto de leis e medidas contribuiu de forma efetiva para a expansão das plantas industriais dos mais diferentes segmentos, sobretudo, afetando profundamente as estruturas das montadoras automobilísticas. Nesta ocasião, Fernando Collor de Melo promoveu, dentre outras medidas, a abertura do mercado brasileiro ao capital e ao modelo resultante do movimento de Reestruturação Produtiva.

A seguir, Santana (2011) demonstra que o que ocorreu:

[...] a partir da década de 1990 no setor automobilístico brasileiro é um movimento interno e externo de desconcentração produtiva, com destaque para o deslocamento dos novos investimentos para regiões até então com pouca tradição industrial, principalmente na produção de veículos. Assim, é mais fácil estabelecer as novas estratégias de organização da produção industrial baseadas nos princípios da acumulação flexível, e, também, explorar as diferenças regionais, como mão-de-obra barata, pouca atividade sindical, ineficiência na aplicação da legislação trabalhista e ambiental e, principalmente, as vantagens oferecidas pelo poder público: isenções fiscais, obras de infraestrutura e acordos especiais. (SANTANA, 2011, p.70-71).

Esta desconcentração produtiva colocou no mapa das indústrias automobilísticas “brasileiras” inúmeras cidades do interior do país, que com a implantação de um conjunto de infraestrutura se viram “preparadas” para sediar estas plantas industriais.

Embora seja observado na história recente do Brasil um movimento progressivo no que diz respeito ao crescimento do ramo ligado às indústrias automobilísticas para além dos territórios tradicionais, sobretudo a partir da década de 90 do século XX, não se descartam as crises constantes deste setor, nem tampouco a ação de enfrentamento dos trabalhadores/as que, apesar de se constituírem nesses “novos” territórios desmobilizados inicialmente, vêm também, progressivamente, amadurecendo as lutas de classe.

### **2.3.1 Indústrias Automobilísticas na Atualidade**

Há, sem sombra de dúvida, um movimento singular nas últimas décadas no que tange à relação capital x trabalho: movimento este pelo qual todo o sistema que envolve a teia de discussão/ações do sistema capitalista vem sendo continuamente modificado, por conta do grau de ebulição em que se encontra. Todavia, apesar deste estar sendo vislumbrado na atualidade, é resultado de mais de 500 anos de sujeição da classe trabalhadora perante o capital, que viu,

nos últimos 100 anos, a intensificação deste movimento proporcionado com certa medida pela referida dinâmica. Contudo, este movimento das últimas décadas apenas serve para enevoar um dos movimentos mais importantes do sistema capitalista no decorrer de toda sua história: o de consolidação de sua nova morfologia estrutural.

O sistema capitalista atual não mais está pautado no trabalho produtor de mercadoria apenas, como facilmente poderia ser verificado nos séculos anteriores quando da implantação do modelo capitalista de produção global, próprio do final do século XVIII e início do século XIX; mas, sim, na potencialidade de consumo da massa que trabalha, e se mascara com o movimento do sistema de financeirização ao proporcionar ao trabalhador/a índices de consumo cada vez mais elevados colocando-o endividado nesta lógica que viabiliza o atual sistema capitalista; daí a diferença essencial entre o movimento atual e os anteriores, pois com este o capital encontrou a forma pela qual garante outro período de expansão.

Nesse sentido, observa-se a necessidade da modificação dos mecanismos pelos quais se busca superar o sistema capitalista, pois, ao passo que se altera a lógica estrutural deste sistema, transforma-se com ela toda a relação capital x trabalho, agora, com agentes como a mídia, com papéis cada vez mais importantes nesse contexto.

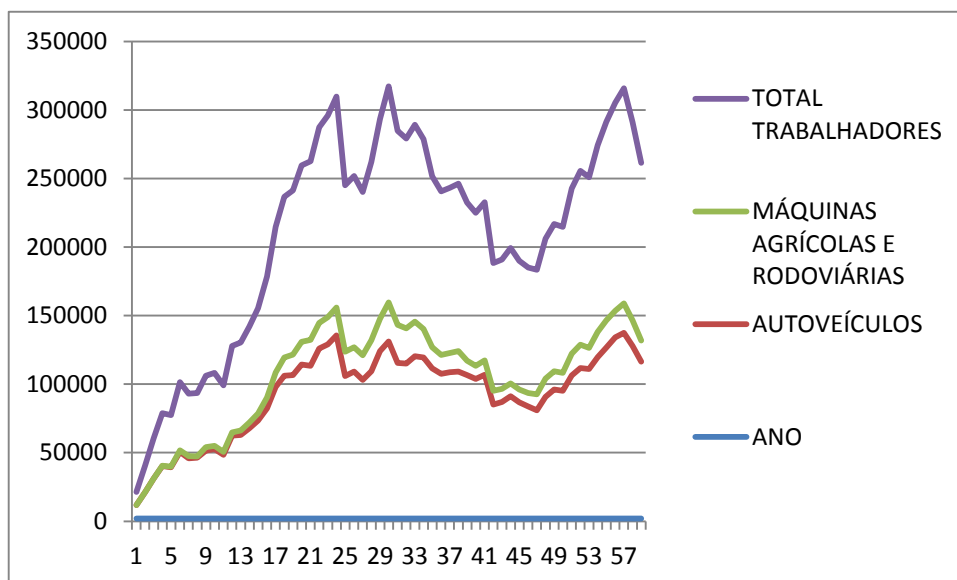
Henri Ford, quando inseriu a esteira rolante no chão de sua montadora, não tinha a clareza dos resultados últimos desta adoção: estes se constituíram em peça fundamental na longa crise pela qual vem passando o sistema do capital; dentre as falhas que se pode pontuar está o esgotamento do mercado consumidor. Hoje, são notórios alguns resultados alcançados por esse modelo; como exemplo tem-se o aumento da produtividade, bem como as consequências deste aumento à classe trabalhadora.

Contudo, não se objetiva com este trabalho estabelecer um elo com o Fordismo ou com o Taylorismo, embora se tenha clareza sobre o real vínculo dialético entre os mesmos. O que, de fato, objetiva-se com este mosaico de palavras é tentar elucidar um dos movimentos que o capital vem sendo “convidado” a fazer para que possa postergar o fim de sua crise estrutural.

Ao contextualizar o momento atual do mercado produtor de mercadorias, visualiza-se a importância da indústria automobilística na história das transformações deste mercado. O protagonismo deste mercado produtor nas transformações vivenciadas pela sociedade consumidora/produtora traz consigo embates sociais, por conta das transformações sociais e espaciais de primeira escala e dos resultados que, por vezes, não se consegue evidenciar em sua totalidade, tendo em vista se referem a um “novo” arranjo das estruturas de produção de mercadorias.

A indústria automobilística hodiernamente constitui-se em um forte pilar da economia brasileira. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), o Brasil possui cerca de 64 unidades industriais em todas as regiões do país. Ainda, conforme esta Associação, “atualmente, são mais de 130 mil colaboradores diretos e 1,5 milhões de empregos na cadeia produtiva”. (ANFAVEA, 2016, p 15). Esses números refletem a importância deste setor para a economia brasileira. O gráfico a seguir demonstra o movimento da indústria automobilística brasileira, a partir do ano de 1957, bem como os momentos de aceleração e retração, seguindo, como será possível observar, o fluxo da economia global e as variáveis próprias do Brasil.

Gráfico I – Produção de automóveis no Brasil



Fonte: ANFAVEA (2016, p 40).

Com o auxílio do gráfico é possível observar que a indústria automobilística brasileira, ou melhor, o setor automobilístico sediado no Brasil, segue um conjunto de fatores nacionais e internacionais consolidados a partir da implantação do modelo de gerenciamento e produção baseado do Toyotismo. Enquanto a produção é efetivada com mão de obra quase que exclusivamente brasileira, exceto para o alto escalão do processo produtivo, o capital internacional é também efetivado em solo brasileiro. Todavia, esses fatores convergem quanto aos expressivos aumentos da produção em território nacional, principalmente a partir da década de 1980.

Essa mescla de fatores demonstra a complexidade das análises a respeito da indústria automobilística sediado no Brasil a partir de meados do século XX, sobretudo das relações humanas por trás destes números. O gráfico demonstra ainda que com o aumento da produção

crecem, proporcionalmente, os postos de trabalho e que com a disseminação das estruturas industriais pelo território brasileiro há também uma disseminação destes postos. Esta “integração nacional” realizada pelo capital multinacional, fomentada pelas políticas neoliberais próprias do período que se estende por quase toda a segunda metade do século XX, bem como por outros ramos de atividades econômicas, além de promover ganhos econômicos significativos para os donos destes meios de produção, promoveram, também, inúmeras transformações socioespaciais. Estas, afetando profundamente o indivíduo que trabalha nestas regiões, agora estão integradas pelos empreendimentos automobilísticos.

Tais empreendimentos, ligados à produção de veículos automotores no Brasil, passaram por inúmeros momentos de oscilação, apesar de ser verificado um aumento significativo na produção de 1957 a 2015. De 1957 a 1980 observou-se um período de crescimento significativo. Momento posterior à Segunda Guerra Mundial e a um crescimento econômico ainda signatário do modelo fordista de produção que se fez sentir em, praticamente, todo o mundo. As empresas brasileiras viram-se, neste ínterim, frente a um capital internacional pautado em estratégias para incorporação das características brasileiras ao cenário mundializado.

Nesse sentido, observa-se que empresas de diversos setores foram incorporadas pelo capital internacional, gozando do acesso ao mercado em processo de mundialização, fator difícil de ser alcançado, nesse período, por empresas nacionais. A concorrência constituía-se em outro fator que “forçava” as empresas brasileiras a se incorporarem aos empreendimentos que se nacionalizavam no Brasil.

Esses aspectos, somados à conjuntura política pela qual passava o Brasil, promoveram a abertura do território nacional a toda e qualquer estrutura que promettesse “desenvolvimento”.

#### **2.4 Terceirização Total como Parte**

De acordo com Antunes (2015, p. 08):

Hoje estamos à frente de um novo vilipêndio em relação aos direitos do trabalho no Brasil, cujo significado tem requintes comparáveis à escravidão. Descontentes com os poucos direitos conquistados pela classe trabalhadora, os capitais exigem a *terceirização total* do trabalho, conforme consta de modo cabal no PL 4330 (depois modificado para PLC 30/2015).

A busca por colocar novamente o capital nos trilhos da acumulação progressiva desvela no Brasil a ligação entre capital e Estado. Projetos de Emenda Constitucional são propostos com o único objetivo de garantir que a circulação do capital volte aos patamares crescentes de

circulação. O Projeto de Lei nº 4330, que trata da regulamentação da terceirização, exemplifica essa ligação carnal entre capital e Estado.

Desse modo, o referido Projeto de Lei estabelece que todas as atividades da esfera produtiva e de serviços podem ser terceirizadas. Isso possibilita que, no caso de uma montadora de veículos, não apenas setores específicos, como a limpeza ou a segurança, sejam terceirizados, mas que a atividade principal – a montagem de veículos – em sua totalidade, venha a sofrer esta intervenção. Este movimento ignora a CLT (Constituição das Leis Trabalhistas), elimina os direitos dos trabalhadores/as, como o piso salarial de inúmeras categorias.

Em prol de uma regulamentação dos direitos dos/as trabalhadores/as terceirizados/as vê-se o Estado efetivando a proposta que, em suma, vai garantir aos empreendimentos empresariais um aumento das taxas de lucro efetivadas pela diminuição dos salários dos/as trabalhadores/as, perda de direitos, aumento da jornada de trabalho e pelo jogo de responsabilidades frente ao/a trabalhador/a que produz uma mercadoria para uma empresa e mantém vínculo empregatício com outra estrutura empresarial. Esse fato é significativo tendo em vista que a responsabilidade pelo/a trabalhador/a é de ambas as empresas.

Do ponto de vista da organização sindical, o esfacelamento da classe trabalhadora inviabiliza ações coletivas dos/as trabalhadores/as de uma mesma estrutura empresarial. Este fracionamento proporciona uma disputa, tendo em vista que os objetivos dos modelos empresariais são equivalentes aos dos sindicatos na atualidade, ao passo que a terceirização é defendida e com ela o fracionamento de inúmeras categorias de trabalhadores/as; dessa maneira, o Estado coloca na mão de um sindicato doente e refém das estruturas empresariais os acordos de flexibilização dos direitos.

Para Antunes (2015, p. 8, grifos do autor), ao se aprofundar no debate, o PLC<sup>7</sup>,

*[...] não pretende, como aparentemente propugna, regulamentar os terceirizados, mas ampliar o universo do trabalho onde a regulamentação do trabalho é mais burlada do que vigente. Assim, com a aparência do avanço e da “conquista” se objetiva, numa dialética infernal, de fato desregulamentar o trabalho em geral, reduzindo a maioria da classe trabalhadora assalariada, hoje regida pela CLT, em assalariados terceirizados (numa gama de possibilidades) em deserdados dos direitos do trabalho, abrindo caminho para uma admirável sociedade da terceirização total.*

---

<sup>7</sup> Projeto de Lei da Câmara número 30/2015 que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes

Há de se destacar que, em primeiro lugar, tal projeto é parte integrante de um conjunto de ações que, certamente, conseguirá passar pela esfera do Estado devido à ligação deste com o setor produtivo e, em segundo lugar, pelas amarrações atinentes ao projeto como um todo. Este projeto possui inúmeras ramificações que deverão ser adotadas com o objetivo de garantir o sucesso de sua implementação. Encabeçado pelo projeto de terceirização e desregulamentação das relações de trabalho, o conjunto de ações possui estreita ligação com a reforma curricular do ensino médio, que insere o/a estudante e o/a trabalhador/a no mercado de trabalho “qualificado” com uma idade menor; esta situação passa pela representatividade do/a trabalhador/a por um sindicato empresarial viciado e refém e termina com o aumento do tempo de contribuição dos/as trabalhadores/as representado pela proposta de reforma previdenciária.

Este conjunto de medidas defendidas pelo Estado em prol do capital empresarial, além de desvelar as reais ligações entre ambos, inviabiliza iniciativas por parte dos/as trabalhadores/as brasileiros/as. Como nos organizarmos e lutarmos por melhores condições de trabalho se estamos legalmente representados por um braço da empresa? Como lutar por melhores condições de trabalho tendo em vista que os direitos trabalhistas garantem a repressão? Como nos organizar e lutar por melhores condições de trabalho se somos formados para atender às necessidades das estruturas produtoras de mercadorias? Como nos organizar e lutar por melhores condições de trabalho se para garantir uma aposentadoria mínima devemos pagar a contribuição praticamente por toda a vida? Como fazer uma leitura no mesmo momento histórico em que todas estas ações vêm sendo adotadas com o único objetivo de garantir a lucratividade ascendente do capitalismo?

Em outras palavras, caminhamos a passos largos em busca de um entendimento que seja capaz de discernir o significado desta fase que levará o/a trabalhador/a brasileiro/a à escravidão modernizada pelo Estado. A leitura da totalidade viabiliza pontuar as fissuras em que a classe deve concentrar tensionamentos objetivando fazer ruir o projeto neoliberal de apropriação dos indivíduos que trabalham.

#### **2.4.1 Onde se localizam as fissuras?**

*A priori*, é necessário esclarecer que a terceirização total, o sindicalismo de resultado refém da empresa, a reestruturação do ensino médio, a destruição da CLT e a desregulamentação do trabalho constituem-se em um projeto estruturado para responder ao atual momento de menor fluidez de capital que nega o *caráter radicalmente ilimitado da*

*história*, sendo este, por tal característica, contraditório. Alicerçando-se nestas considerações, pode-se observar elos menos rígidos que devem ser tencionados.

O que, via de regra, nota-se é um tensionamento por parte dos/as trabalhadores/as de forma pulverizada e desordenada; este, por sua vez, não emana os efeitos necessários, mesmo tendo embate com elos mais frágeis da estrutura que se apresenta. Mesmo os movimentos sociais historicamente organizados não conseguem, na atual fase de acumulação ampliada do capital, orquestrar ações estratégicas contra as ações defendidas atualmente. O que se verifica é uma grande movimentação, sobretudo nos meios de comunicação alternativos sem, ao menos, definirem o foco do embate.

Existe sim o movimento de embate, o que busca explicitar é a falta de organização a um nível que consiga melhores condições de trabalho para a classe trabalhadora como um todo. Essa “desarticulação” fortalece a mobilidade do capital como estratégia de reprodução. Se as condições de trabalho na China são melhores que no Brasil, o capital aumenta sua efetivação neste território, é certo que em meio a inúmeros outros fatores. Todavia, cabe destaque, neste sentido, pois esse foi um dos fatores que agregaram a cidade de Catalão no Sudeste do Estado de Goiás ao cenário mundial de produção de automóveis.

Há uma desorganização, mas se verificam inúmeras bandeiras de luta defendidas em manifestações particulares de uma ou de outra categoria. Os/as professores/as e alunos/as levantam a bandeira da educação, trabalhadores/as alçam a bandeira de sua categoria específica sem compreenderem que o projeto é unitário necessitando, primeiramente, de uma resposta conjunta.

Nesse sentido, inicialmente seria necessária a unificação da bandeira em torno das relações de trabalho. Essa pode ser verificada nos dias modernos como sendo uma bandeira que congrega, podendo variar conforme a resposta adotada frente às iniciativas de normalização da estrutura produtora de mercadoria. Assim, os/as professores/as, alunos/as, movimentos sociais rurais e urbanos, trabalhadores/as de todas as categorias devem se organizar na direção do que proporcionará uma vitória da classe trabalhadora, mesmo que algumas categorias não seja beneficiadas de forma contundente, cabendo o movimento dialético contínuo de embate.

Há de se destacar a dinâmica ampliada destas transformações, bem como a necessidade de se mudar as estratégias de respostas com a mesma rapidez. Esta organização de respostas deve atuar imediatamente depois das mudanças de estratégias que serão identificadas após o êxito das investidas dos/as trabalhadores/as. Para que ocorra esta pronta resposta, elementos devem ser considerados no decorrer das ações. Muitos intelectuais, trabalhadores/as e indivíduos em geral, com revelado comprometimento social, debruçar-se-iam frente a essas

análises identificando as transformações e nutrindo o movimento de mudança de estratégias; outras, em tempo histórico distinto do ponto de vista da estratégia. Esse movimento entre, o velho e o novo se constituiria no elo forte da prática da luta dos trabalhadores.

É neste elo de ligação entre as lutas históricas da classe trabalhadora, com os movimentos atuais que se verificaria o desafio e o fardo do tempo histórico no movimento dialético do embate constante entre a classe trabalhadora e o sistema produtor de mercadorias.

Pontuado a unificação da bandeira e a identificação do elo de maior fragilidade do atual momento para o último é indispensável a leitura no contexto histórico em que as transformações ocorrem. Necessário se revela o fato de identificar as contradições das propostas apresentadas e defendidas pelo Estado.

## CAPÍTULO II

### 3 AS DIMENSÕES DO TRABALHO NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NA CIDADE DE CATALÃO – GO



Inicia-se o primeiro capítulo pontuando questões acerca dos períodos de menor e maior fluidez de capital, interligando o último aos momentos de aprofundamento de sua crise estrutural, sem mencionar a compreensão das características pelas quais passa a concepção de *crise estrutural do capital*, obviamente, necessárias à reprodução do sistema. Nesse sentido,

introduz-se este capítulo construindo alguns questionamentos quanto a estas características, essenciais para se compreender os reflexos do atual momento de crise que atinge as estruturas territorializadas em diversas partes do mundo, a partir de meados do século XX, e, em específico, na cidade de Catalão, GO.

A partir dos anos de 1950, inicia-se, praticamente em todo o mundo, um movimento de “reorganização” territorial das estruturas produtoras de mercadorias. Esta reorganização, parte constituinte do movimento de Reestruturação Produtiva do Capital, constitui-se na resposta do sistema capitalista ao momento de menor fluidez de capital presenciado a partir da década de 1950. Nesse aspecto, compreende-se, também, que o movimento de Reestruturação Produtiva, que deu resposta ao período de menos fluidez dos anos de 1970, é afetado por um momento posterior equivalente, também de crise, constituindo um movimento de constância. Sobre isso, Harvey (2014, s/p) afirma que: “Com efeito, a saída de uma crise contém em si as sementes das crises que virão”.

Caminhando nesta direção, observam-se as ponderações realizadas por Mészáros na conferência de abertura do II Encontro de São Lázaro na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Bahia (UFBA), em que o autor pontua quatro aspectos a respeito da *crise estrutural do capital*:

- 1 – Seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- 2 – Seu *escopo* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
- 3 – Sua *escala de tempo* é extensa, contínua – se preferir, *permanente* – em lugar de limitada e *cíclica*, como foram todas as crises anteriores do capital;
- 4 – Em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de desdobramento poderia ser chamado de *gradual*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro; isto é, quando a complexa maquinaria agora ativamente engajada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua força... (MÉSZÁROS, 2016, s/p., grifos do autor).

Reorganização geográfica, consumo global e de massa, mundialização do capital e homogeneização social não mais conseguem responder aos anseios do sistema produtor de mercadorias. Remédios já utilizados pelo sistema do capital em outros períodos dificilmente

surtem algum efeito positivo para o capital na estrutura de um momento posterior de menos fluidez. O que se apresenta, algumas vezes, são melhoras de curta duração, postergando a agonia de um sistema que não se sustenta de pé sem que se consiga identificar um remédio que cure a doença da limitação do movimento de eterna expansão.

Hoje, observa-se a adoção da total desregulamentação do trabalho, apropriação total do trabalhador como sendo o remédio para o momento atual. Contudo, como muito bem coloca Harvey, esta solução, paliativa, constitui-se na semente geradora do próximo momento de menos fluidez de capital. As limitações observadas, atualmente, são de caráter temporário, quebradas por este modelo que o mundo do trabalho começa a experimentar. Todavia, o trabalhador possui limitações próprias da condição humana. Estas limitações, certamente, serão verificadas pelo capital quando o próximo potencial produtivo e de consumo se apresentar na forma de um outro momento de menor fluidez de capital.

Ainda segundo Mészáros (2016, s/p): “Desse modo, em um sentido bastante óbvio, nada poderia ser mais sério do que a crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital, que define os limites últimos da ordem estabelecida”. Crise estrutural que atinge o sociometabolismo do capital de forma global, contínua e gradual, restabelecendo formas de sujeição padronizada, mundialmente, da classe trabalhadora.

Padronizada, se observada a estrutura organizacional utilizada. Os trabalhadores da China, por exemplo, possuem, atualmente, condições de trabalho de extrema degradação, enquanto que para trabalhadores da Holanda as relações de trabalho são, dentro deste contexto mundial, tidas como sendo positivas para os mesmos. Todavia, o que se observa é que tanto os trabalhadores da China como os da Holanda ou mesmo os do Brasil estão submetidos às relações capitalistas de produção global, expansionista, com características alicerçadas no mesmo terreno de exploração. O que se observa é uma diferenciação oriunda de inúmeros outros fatores, tais como: a relação do Estado com estas estruturas e com a sociedade, a organização social dos trabalhadores destes diferentes territórios, a concorrência por postos de trabalho, as relações geopolíticas destas estruturas com o mercado internacional, entre outros, que viabilizam as distintas formas materializadas de relações de trabalho.

Esse arranjo atual do sóciometabolismo do capital em transformação, coercitivamente, por parte dos trabalhadores, encontrará nesses mesmos trabalhadores a forma madura da organização de classe, ou a potencialidade insuperável desta. Seja qual for o caminho, o capitalismo encontrará a sua próxima limitação, seja pelo amadurecimento da classe trabalhadora frente aos novos índices de produção ou pela impossibilidade do contínuo movimento de expansão. O capital conhecerá a crise mãe de todas as crises.

Contudo, esse arranjo que se apresenta constitui-se em um segundo momento, sendo, portanto, necessário encarar o momento de total desregulamentação do mundo do trabalho. Momento que antecede e que alicerça, ao mesmo tempo, o *supermomento* de menor fluidez de capital. Hoje, como evidência pode ser verificada a apropriação da classe trabalhadora em pleno avanço. No Brasil, verificam-se inúmeros pacotes em processo de aprovação na hierarquia institucional do Estado que viabilizarão esta investida do capital frente à classe trabalhadora.

Os/as trabalhadores/as da indústria automobilística da cidade de Catalão GO, como os/as trabalhadores/as têxteis de Bangladesh ou mesmo os trabalhadores Chineses, carregam consigo a “responsabilidade” de arcarem com os custos de mais este período de menor circulação de capital. Contudo, as estruturas globais, objetivando esgotar as possibilidades orgânicas de produção e consumo, estabelecem “novos” limites de apropriação. Novos mercados? Produção flexível? Obsolescência programada? Necessidade de consumo? São apenas ações que já atenderam, também superficialmente, ao sistema produtor de mercadoria, sobremaneira na década de 70 e 80 do século XX.

Hoje, observa-se a apropriação do trabalhador enquanto indivíduo portador de potencialidades necessárias à reprodução capitalista. As características particulares, o tempo, os anseios, as vontades e os medos são apropriados em prol da necessária superação dos atuais índices de lucratividade dos capitalistas. Entretanto, esta apropriação, apesar de global, constante e progressiva, constitui-se na fase atual do período de acumulação flexível do capital.

Frente ao exposto, nota-se na classe trabalhadora da cidade de Catalão – GO, no final do século XX, aspectos particulares que contribuíram para a instalação da *Mitsubishi Motors Company* do Brasil, dentre estes, a baixa sindicalização e a mão de obra barata e abundante. Já com relação aos aspectos comuns a trabalhadores de diferentes partes do mundo, poderia ser citado o movimento de desregulamentação total e global do trabalho, em via de implantação e que atinge mesmo as estruturas que se territorializaram em países de capitalismo periférico. Portanto, é possível destacar que o período atual se constitui na generalização das ações do capital que caminha em direção a uma reformulada forma de controle social prenhe da limitação geradora do próximo momento de crise.

### **3.1 Introdução às Relações de Trabalho do Século XX**

Ao propor uma leitura geográfica da precarização do trabalho no século XXI, inúmeras situações se colocam, dentre as quais, os limites desta precarização, os “novos”

espaços onde este movimento se materializa dentro e fora dos lugares de trabalho, alcançando a vida em sua cotidianidade, programando espaços e os usos destes para a reprodução do capital.

Nesta visão, o entendimento do processo de precarização do trabalho faz-se fundamental, bem como entender os níveis, pois este processo conduz a uma construção histórica, a qual permite chegar ao atual período de precarização do trabalho, de forma clara, para enxergar a apropriação destes “novos” lugares e as reformuladas formas de apropriação do sujeito que trabalha. Assim, ao se objetivar compreender a forma atual de precarização do trabalho, necessário se faz compreender o posicionamento histórico do sistema produtor de mercadorias frente ao trabalho e suas formas de reestruturação ao longo da história.

Observa-se um movimento em que o/a trabalhador/a, além de ser a peça de absorção das crises do sistema produtor de mercadorias, também vem se configurando como responsável pelo período que as antecede, tendo a incumbência de regular, com sua inserção no desregulado mercado de trabalho, o sistema produtor de mercadoria. O sistema, por sua vez, tende a se manter em movimento, pois é constituído de um processo em “desenvolvimento”. Daí a necessidade de o processo de trabalho em um momento ser mais rígido, em outro mais flexível e, nesse movimento, a vida do/a trabalhador/a vai, também, adaptando-se às exigências do capital.

Contudo, essa desregulamentação da força de trabalho, ao mesmo tempo em que supre o sistema produtor de mercadorias, impõe ao trabalhador novos contextos de apropriação para além do chão da fábrica com estratégias de captura que alcançam a vida cotidiana e ressignificam lugares, informações, práticas, valores e a cultura operária.

Este/a trabalhador/a que, ao longo da história, teve que se modelar ao gosto do sistema do capital, hoje, vê-se em meio a um cenário produtor de mercadorias fragilizado, oscilante, rotina que o/a conduz a uma nova lógica na relação capital x trabalho em que o/a trabalhador/a é como uma peça de absorção, anterior e posterior aos momentos de crise estrutural. O/a trabalhador/a não mais tem a incumbência “apenas” de absorver os efeitos posteriores das crises, sejam elas periódicas ou não, como de fato ocorre ao longo da história, mas, sim, de evitá-las ou, ao menos, retardá-las de forma a protelar o resultado das mesmas. Dessa forma, observa-se uma exploração da força de trabalho em níveis ainda mais extremos e perversos, com o/a trabalhador/a responsável por pagar a conta em momentos de menor circulação de capital, e, de igual modo, desfrutar uma vida ameaçada, cotidianamente, pelo desemprego, alienando-o/a ainda mais.

Portanto, não mais o/a trabalhador/a é “convocado/a” a arcar com os resultados negativos dos momentos de menor fluidez de capital, seja de forma direta com a diminuição da

presença do Estado, seja de forma indireta com os financiamentos estatais a empresas privadas. Entretanto, é convocado/a a proporcionar um cenário favorável ao sistema produtor de mercadorias em todos os seus atos, dentro e fora da fábrica. Com o intuito de analisar melhor esta condição é que a pesquisa avalia as transformações ocorridas na indústria automobilística – MMC Motors – em Catalão, no sudeste de Goiás, a partir da Reestruturação Produtiva, como também a vida cotidiana dos/as trabalhadores/as desta empresa, observando-se as estratégias para capturar a subjetividade do/a trabalhador/a e revertê-la a favor da acumulação do capital.

Nesse capítulo, apresentar-se-ão as reflexões sobre o processo de apropriação do ser genérico que trabalha como resultado de um levantamento bibliográfico que objetiva ampliar os horizontes da análise teórica sobre o mundo do trabalho, a Reestruturação Produtiva e também a captura da subjetividade do/a trabalhador/a no contexto atual.

Nas últimas décadas do século XX, vê-se iniciar uma nova fase do que se apresenta na relação Capital X Trabalho: um novo modelo/modo de composição da estrutura *precarizante do trabalho* com a “evolução” deste proporcionada em grande medida pelas novas técnicas e mecanismos modeladores do sistema vigente. Neste âmbito, caracterizar o trabalho no início do século XXI nesses novos territórios faz-se de suma importância tendo em vista que se estabelece o resultado deste movimento, iniciado em meados do século XX, com o acúmulo de toda história humana.

### **3.1.1 Contextualizando a Apropriação do Trabalhador**

Para avançar na clareza da apropriação da subjetividade do/a trabalhador/a, segue-se o caminho metodológico referendado por Santos (1996), que direciona para a necessidade da compreensão da totalidade, a partir da revisão dos lugares e da pesquisa empírica. De acordo com o autor,

Em nosso ponto de vista, um caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta nesse período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável. (SANTOS, 1996, 92)

Destarte, vê-se que a economia capitalista baseia-se em uma profunda divisão territorial do trabalho que produz mercadorias através da exploração da mão de obra do/a trabalhador/a na extração da mais valia. Essa divisão territorial do trabalho possibilita uma exploração em níveis escalares crescentes. Apropria-se das possibilidades dos territórios e

dos/as trabalhadores/as destes. Nesta direção, observam-se as entrevistas realizadas com os trabalhadores da MMCB. Segundo alguns destes trabalhadores, a oferta de trabalho em outros territórios brasileiros era menor e isso fez com eles buscassem oportunidades em Catalão, seguindo a migração do capital no território. Para o Antônio<sup>8</sup>, a vinda dele para Catalão GO deu-se frente à necessidade de sobrevivência. Ao ser indagado se seria boa a instalação de uma empresa como a MMCB em sua cidade o mesmo explica:

Se a Mitsubishi fosse pra minha cidade todo mundo ia querer trabalhar nela... Se o salário fosse o que eu recebo aqui ia ser muito bom. Ninguém iria querer trabalhar na roça... As coisas aqui em é muito cara. O aluguel, a feira, mais ainda mando um dinheiro pro meu filho. (Antônio, novembro de 2016)

Segundo o mesmo, se a Mitsubishi fosse para a cidade dele tudo melhoraria, receberiam melhor e os custos seriam menores. Todavia, apesar da certa apropriação deste contexto por uma mudança de tal magnitude pelo capital financeiro, a realidade de mudança não se efetivaria para o trabalhador, tendo em vista que os valores da moradia aumentariam com a especulação imobiliária, o preço dos alimentos também seria afetado por esta mudança, deixando os trabalhadores desta região à mercê das intempéries do mercado. Diferentemente do que imagina o trabalhador, pois se aproveita dos diferentes valores atribuídos ao trabalho em diferentes lugares e, também, um intercâmbio intenso que fortalece o sistema de trocas e a acumulação de capital.

Assim, no capitalismo tem início o processo de globalização da economia que leva a uma integração cada vez maior dos mercados e à possibilidade de uma compensação de gastos em um determinado lugar de produção por ganhos em lugares de distribuição e trocas, interligando vários pontos do globo. Ainda, de acordo com Santos (1996), os reflexos no lugar são imediatos, visto que estes necessitam ser integrados dentro da lógica global a qualquer custo, mesmo que para tal a subjetividade do/a trabalhador/a tenha que ser cada vez mais capturada, aprofundando a alienação.

Ao longo desse processo, o capital elabora várias estratégias no sentido de reverter a queda da taxa de lucros e superar as crises que marcam esse sistema. Harvey (1992) expõe vários momentos como o fordismo, o taylorismo e, por fim, a acumulação flexível que, de acordo com o autor, marcam o período atual de grande expansão do capital e mesclam diversas formas de organização do trabalho em estágios diferentes. Essa fase do capital é o cenário da implantação de várias fábricas nas periferias do sistema produtivo, como no Brasil, e na

---

<sup>8</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

periferia do sistema produtivo brasileiro, como em Catalão. Essa desconcentração industrial rearticula os lugares dentro de uma lógica distante e transforma paisagens e a vida cotidiana da classe trabalhadora. Santos (1996, p. 108) destaca que “Esta divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.” Acrescenta-se que esta ação se dá sempre mediada pela troca, o que sugere uma leitura destes lugares a partir da lógica de mercado e das estratégias de sobrevivência deste e dos sujeitos que o produzem.

É salutar frisar que as estratégias de reprodução da lógica capitalista na acumulação flexível são marcadas por perdas para a classe trabalhadora. Nesse seguimento, Alves (2013) destaca que:

[...] a flexibilização da força de trabalho expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização. Através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho. É por isso que a “acumulação flexível” se apoia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e ainda, dos produtos e padrões de consumo. (ALVES, 2013, p. 88)

Por essa razão, o trabalho flexível, precário, desregulado torna-se ferramenta de contingenciamento das crises do sistema produtor de mercadoria. Nessa acepção, são cada vez maiores as exigências para a inserção e a permanência no mercado de trabalho em que a regra é ser um/a trabalhador/a que se adapte rapidamente às necessidades da empresa e às leis trabalhistas; tudo flexibilizado para cortar direitos e aumentar as exigências. Os postos de trabalho são cada vez mais precários, com intensas jornadas de trabalho e, em alguns casos, condições insalubres de trabalho e que, agora desregulados, podem ser cada dia mais explorados. Ainda, segundo Alves (2013, p.89), “o trabalho flexível impõe-se como principal característica do novo e precário mundo do trabalho”, sendo, assim, o responsável pelo atual quadro da precarização do trabalho.

Daí a classe trabalhadora passar por um profundo processo de reestruturação e ressignificação, processo que se reflete nas condições de vida cada vez mais difíceis em todo o planeta, com aumento da pauperização e de trabalhos precários, parciais, temporários, com baixos salários e cortes de direitos. Também, os lugares de trabalho, principalmente os de atividades informais, estão cada vez mais precários e insalubres.

Outro fator a considerar é o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, o que também aponta para esta precarização por ser uma força de trabalho mais barata,

contribuindo para uma queda geral de salários. A desregulamentação do trabalho, principalmente em empresas terceirizadas que prestam serviços em vários ramos, aponta para outra perda de direitos trabalhistas. Associado a isso, o trabalho parcial e em residências mostra como ainda há espaço para a expansão do capital com ganhos consideráveis. O capital reinventa formas arcaicas de produção para sobreviver e reelabora práticas cotidianas na promoção da troca, como as feiras, por exemplo.

A territorialização deste processo de flexibilização no interior de Goiás pode ser observada a partir de empresas como MMC – Motors, a Vale fertilizantes, a Anglo American, a John Deere e outras na cidade de Catalão. Observa-se o deslocamento do capital industrial para o interior do país em busca de mão de obra barata e abundante e de incentivos fiscais oferecidos pelo Estado – no caso de Goiás há uma forte política de isenções que funciona como atrativo entre os estados da federação, o que Santos (1996) denomina de “guerra dos lugares” – e, é claro, em busca de mão de obra mais barata, por exemplo dos camponeses/as expulsos/as pela modernização do campo e pelo avanço do agronegócio na região, configurando vantagens inúmeras para o capital.

De acordo com Santos (1996, p. 111),

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos no mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente de escala. Haveria, nessa hierarquia e nessa ordem, tempos do Estado-Nação e tempos dos lugares.

Por tal razão, nem sempre o tempo dos lugares é o mesmo tempo do capital e há um processo de enfrentamento que se estabelece entre os sujeitos com seus interesses e os interesses da troca e da produção. O lugar responde à lógica normativa com o movimento que revela que nem tudo foi cooptado, capturado, apesar das investidas cotidianas para que tal processo se realize. Um exemplo é a luta do movimento sindical e sua consolidação no sudeste do Estado de Goiás, que contribui com o movimento operário nacional e para o enfrentamento da exploração. Outro ponto de enfrentamento são os movimentos sociais organizados na luta pela terra – como o movimento camponês popular – que se articulam na luta pela terra no campo e na cidade, apoiando as ações dos/as trabalhadores/as em todas as esferas. Mas sabe-se que a luta acontece em níveis desiguais e o capital efetua forte ofensiva na captura da vida do/a trabalhador/a.

Os problemas mencionados ao longo do trabalho possibilitam esclarecer algumas ações do capital, permitindo uma análise mais criteriosa a respeito de uma empresa mundialmente conhecida, muito preocupada em garantir as condições de geração e de reprodução do lucro. Todavia, o reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe oportuniza a construção de um novo Brasil e, nesse caso, corrobora-se com a tese de Thomáz Júnior de que:

Longe de modelos fáceis que podem cumprir papéis predefinidos, pensar um projeto para o Brasil nos põe atentos às lacunas da ausência da crítica radical das experiências tecnocráticas, burocráticas, de sorte que o marxismo continua como referência de vida, de concepção de mundo e fundamento para a construção revolucionária. Em síntese, trata-se de transformar não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas também a estrutura das forças produtivas e do aparelho produtivo. Para nós, é impossível separar a ideia de uma nova sociedade, de um projeto para o Brasil enquanto uma estratégia de luta, da ideia de uma civilização da solidariedade, de uma nova matriz energética, um novo paradigma de civilização alternativo. (THOMAZ JUNIOR, 2011, p.15).

Assim posto, a luta por uma nova sociedade que seja mais justa com os/as que produzem sua riqueza faz-se necessária e a Universidade tem um importante papel nesse processo. Dessa forma, espera-se que a pesquisa ora apresentada contribua para trilhar esse caminho.

### **3.2 As estratégias da precarização – da fábrica à vida cotidiana**

Vários autores como Antunes, Alves, Harvey, Pochamam, entre outros, têm se dedicado a compreender as transformações promovidas no mundo do trabalho desde a revolução industrial e, mais especificamente, as transformações ocorridas no período da acumulação flexível. Pesquisas mostram que, desde o fordismo, a organização do trabalho nas fábricas alterou-se significativamente passando pelo que Harvey (1991) chama de produção rígida para a flexível, saindo da produção em série e com grandes estoques para uma produção que atende a interesses pré-determinados de consumidores e ao sistema de economia de espaço com estoques, o sistema *kanbam*. O fordismo foi o modelo que organizou a produção por longos anos mantendo os níveis de acumulação em alta até meados do século XX, sustentado pela participação ativa do Estado na regulação da economia e no auxílio ao mercado. Faz-se interessante acrescentar que, desde essa época, já havia um forte trabalho no sentido da captura da subjetividade do trabalhador através de ações do Estado que moldavam padrões de família, consumo, lazer etc.

No sistema flexível, as mudanças aconteceram em função do esgotamento do modelo fordista, não eliminando totalmente suas práticas, mas inovando na organização do trabalho, articulando velhas práticas a novas necessidades. Nas fábricas, por exemplo, a produção, atualmente, restringe-se à montagem de peças que são produzidas em várias partes do mundo, o que ajuda a economizar com investimento em espaço para as instalações fabris. A robotização, principalmente em montadoras, ressignificou o processo produtivo possibilitando uma extração de mais valia absoluta em larga escala e colocando o/a trabalhador/a na lógica da máquina, adequando seu corpo, seu ritmo, seu tempo, heranças melhoradas do sistema fordista de normatização do trabalho.

Na linha de montagem, observa-se bem a característica da acumulação flexível com otimização dos espaços e várias políticas para “educar” o trabalhador a usar racionalmente o espaço da fábrica e os equipamentos. Um exemplo são os rigorosos horários seguidos pelo/a trabalhador/a que não são livres para, por exemplo, irem ao banheiro quando o corpo pede, mas apenas ao final de um ciclo da linha de montagem.

Existe ainda uma política de participação nos lucros da empresa e um sistema de banco de horas para os/as trabalhadores/as que corroboram no sentido de mantê-los/as sob domínio, evitando questionamentos sobre a exploração ou sobre os ganhos da empresa. A participação nos lucros (PLR) é um poderoso instrumento de dominação uma vez que são poucas as empresas na cidade que “oferecem” essa política que, também, é claro, movimenta a economia local, principalmente o comércio. Os/as trabalhadores/as durante as entrevistas apontam a PLR como um dos mais importantes elementos de satisfação com a empresa.

Outro elemento desta política é a divisão da equipe em grupos de produção coletiva, ou seja, é estabelecida uma meta para cada grupo que precisa trabalhar em conjunto para alcançá-la; no entanto, se algum funcionário faltar por qualquer razão, a produtividade do grupo fica comprometida, caracterizando uma competição interna que trabalha pela fragmentação dos/as trabalhadores/as. Essa prática faz com que se estabeleça um ambiente marcado pelo vigiar o outro, a produção, o ritmo do outro e uma cobrança que se coloca entre os próprios companheiros/as na linha de produção. A punição também se estabelece já que há uma transferência do fracasso coletivo da equipe para o indivíduo que, por alguma razão, não conseguiu atingir a meta estabelecida.

Alves (2013) elenca um resumo do metabolismo do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil na década de 2000. E ressalta que são características gerais que sofrem interferência dos lugares onde são estabelecidas, entretanto, podem ser observadas em larga escala. São elas:

- complexo de máquinas informacionais;
  - a rede digital permeando trabalho, cotidiano e consumo (geração y);
  - novos métodos de gestão e organização do trabalho (espírito do toyotismo e “captura” da subjetividade da força de trabalho);
  - coletivos geracionais híbridos do trabalho reestruturado;
  - planos de demissão voluntária e downsizing;
  - novas relações flexíveis de trabalho;
  - novas formas de contratação, remuneração salarial e jornada de trabalho.
- (ALVES, 2013, p. 91, grifos do autor)

As características apresentadas pelo autor supracitado podem ser observadas no local da pesquisa e, em um segundo momento, na vida cotidiana dos/as trabalhadores/as. Sem dúvida, nesse processo, o sistema técnico científico informacional (SANTOS, 1996) estabelece uma lógica nova, outro tempo mais rápido e fluido ao sistema produtivo exigindo do/a trabalhador/a novas estratégias de formação e capacitação. As novas lógicas espaciais de produção exigem, cada vez mais, conhecimentos diversos e não apenas uma especialização em única área; além disso, há uma necessidade constante de informação e formação digital.

Acrescente-se a esta lista a prática da suspensão temporária dos contratos de trabalho com parte dos salários sendo paga pelo Estado – o *layoff*. Esta prática tem sido comum em montadoras de todo o país e revela-se como uma excelente estratégia, pois isenta a empresa de recolher tributos trabalhistas durante o período de vigência, que pode ser de até seis meses. Nesse mesmo período de *layoff*, o trabalhador realiza cursos de formação e aperfeiçoamento ofertados pelo Estado, porém estes não garantem a permanência no emprego.

As leituras dos pontos que culminaram na análise do atual quadro de precarização do trabalho podem ser as mais diversas. Contudo, a apropriação do ser genérico que trabalha em níveis externos e internos ao chão da fábrica, sua apropriação e de seu espaço, bem como da sua vida, não se revelam apenas à luz da estrutura organizacional da fábrica, mas em sua vida cotidiana, elemento que se pretende explorar na pesquisa.

Ainda, em consonância com Alves (2013, p. 91),

Portanto, além de novo arcabouço técnico-organizacional do capital, com suas novas máquinas informacionais, novos métodos de gestão de pessoas e novos locais de trabalho reestruturados com seu novo perfil etário-geracional, temos alterações das relações de trabalho que contribuíram para mudanças substantivas no metabolismo social do trabalho; isto é, os novos operários e empregados dos locais de trabalho reestruturados prostram-se diante da nova condição salarial que incorpora a adoção da remuneração flexível (PLR), jornada de trabalho flexível (banco de horas), contrato de trabalho flexível (contrato por tempo determinado e tempo parcial, além da terceirização).

Assim, observa-se como o capital global se territorializa em todos os lugares levando a sua lógica e transformando a vida de trabalhadores e trabalhadoras, como em Catalão. A nova lógica de trabalho programa uma rotina cada vez mais alienante que faz o/a trabalhador/a ainda mais dependente das regras do capital para sobreviver. O PLR é um exemplo já que muitos/as trabalhadores/as são crentes de que participam nos lucros da empresa e, por isso, não há exploração de sua força de trabalho.

O banco de horas também altera a rotina do/a trabalhador/a que já não pode programar suas atividades sem atender aos interesses da empresa e é obrigado a ficar vários dias sem trabalhar para conter gastos em determinados períodos e, em outros, faz mais horas de trabalho sem direito a horas extras. A própria MMC Motors utiliza-se muito dessa estratégia e, quando o lucro diminui, estabelece férias coletivas ou o recurso do banco de horas.

A terceirização é outra faceta do processo de reestruturação produtiva e provoca o corte de vários postos de trabalho na matriz das empresas, sendo que os direitos trabalhistas conquistados pelos sindicatos enfrentam resistências nas alterações como plano de saúde, abono, PLR, transporte, alimentação etc. Em Catalão, a MMC Motors e outras empresas terceirizam as áreas de limpeza, alimentação, segurança, manutenção de áreas externas, trabalhos de escritório, transporte, dentre outros. Tal realidade fez com que se observasse um crescimento considerável no número de empresas prestadoras de serviços na cidade e o aumento da rede de interferências do capital global no lugar, reordenando as ações.

Essa terceirização promovida pela chegada do capital global ao lugar gera muitos empregos precários que são ocupados por trabalhadores/as da cidade enquanto os postos com melhor remuneração ligados diretamente a cargos de comando, supervisão, gerenciamento etc. são ocupados pela mão de obra que migra acompanhando o deslocamento do capital. Os contratos temporários também crescem nos lugares que possuem uma economia cada vez mais articulada em que todos os setores se sustentam. A geração de postos de trabalho é o grande argumento do capital e ofusca todas as explorações, como se observa nos discursos a favor dos incentivos fiscais e, no caso, em Catalão.

Todos esses processos são responsáveis pelo adoecimento cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. As jornadas de trabalho intensas, a incerteza do emprego, a exigência de qualificação, de produção estão sugando do/a trabalhador/a todas as energias e, muitas vezes, toda a vida passa a ser dedicada ao capital, mesmo fora da fábrica ou de outros locais de trabalho. Um exemplo são as horas destinadas à locomoção de casa para o local de trabalho e o ritmo intenso promovido pela lógica do complexo de máquinas informacionais. Outro é a rede digital que os/as coloca o tempo todo *on line* e sempre prontos/as

a responderem correspondências e tarefas imediatas. Com esta conectividade, o tempo do trabalho invade cada vez mais o tempo do não trabalho, do lazer e do descanso do/a trabalhador/a.

Apresenta-se como exemplo desta apropriação do/a trabalhador/a para além da fábrica o caso de um trabalhador que estuda após a jornada de trabalho, sempre em busca de uma qualificação cada vez mais exigida pela acumulação flexível. Ele inicia sua jornada na fábrica às sete horas, onde permanece até às dezessete horas de segunda a sexta-feira; ao sair do espaço da fábrica, toma um ônibus para a cidade de Uberlândia - MG, distante cento e dez quilômetros, onde frequenta aulas em uma universidade particular. Este trabalhador só retornará à sua casa por volta de meia-noite, provavelmente, exausto e com tempo apenas para se reabilitar para a jornada do dia seguinte. Ademais, atividades como o lazer e o convívio com a família são privadas do/a trabalhador/a que busca alternativas para não sair do emprego atual ou se inserir em outro com melhor remuneração, o que nem sempre acontece. Nessa perspectiva, Alves argumenta que

As novas relações flexíveis de trabalho promovem mudanças significativas no metabolismo social do trabalho tendo em vista que alteram a relação “tempo de vida/tempo de trabalho” e alteram os espectros da sociabilidade e autoreferência pessoal, elementos compositivos do processo de formação do sujeito humano-genérico. São as relações flexíveis do trabalho que instauram a nova condição salarial que põem novas determinações no processo de precarização do homem que trabalha. (ALVES, 2013, p. 92, grifos do autor)

Observa-se então que, cada vez mais, o/a trabalhador/a dedica-se ao trabalho formal dentro da empresa e que, mesmo fora dela, o tempo do trabalho o persegue. Atividades simples do dia a dia têm que ser proteladas, adiadas, substituídas. Isso tudo aumenta a rede de precarização do trabalho já que, muitas vezes, no caso das trabalhadoras, é outra mulher que realiza algumas atividades domésticas ou de cuidados com a família por uma remuneração muito pequena, sem direitos trabalhistas etc.

Esta desregulamentação do trabalho provoca nesse/a trabalhador/a, pai e mãe de família ou mesmo no/a trabalhador/a estudante, inquietações, angústias, medos os mais diversos. Estes, por sua vez, refletem diretamente na vida do pai, da mãe, do marido, da esposa, do amigo, da amiga, estudante, materializando-se em todos os locais por onde este/a trabalhador/a passa, pois não se separa o indivíduo das suas preocupações, como não se separa o indivíduo dos seus medos.

Assim, entende-se que há a materialização da desregulamentação em outros espaços; daí a necessidade de se buscar compreender a precarização física e mental do indivíduo que trabalha no contexto atual da precarização do trabalho na cidade de Catalão – GO.

O contexto exposto remete-nos ao questionamento inicial de que o/a trabalhador/a é hoje, com mais intensidade que em outros momentos, a ferramenta que absorve os resultados da crise. E, hoje, coloca-se também como sendo o/a responsável por esta, principalmente, devido ao fato da necessidade deste/a trabalhador/a consumir mercadorias. No ano de 2015 observa-se esse fato claramente na política de contenção de gastos da MMC- Motors com a demissão de mais de seiscentos trabalhadores/as na fábrica de Catalão; em um momento de crise mundial marcada pela recessão de mercados, a necessidade de não perder nos lucros impõe a conta ao/a trabalhador/a, estabelecendo um cenário de desespero entre os que foram demitidos e de medo entre os que permaneceram, sem saberem ao certo até quando serão úteis à empresa a que dedicam a sua vida produtiva dentro e fora da fábrica.

Contudo, ao passo que o/a trabalhador/a com o caráter flexível vem sendo responsabilizado/a pelas falhas estruturais do sistema produtor de mercadorias, a sua vida é apropriada por esta tarefa, conduzindo-o/a a se moldar para estancar as falhas, ora com maior intensidade ou volume, ora com menos intensidade ou menor volume. Destarte, no ano de 2015 foram registradas várias demissões em massa em montadoras de veículos no país em um momento de crise no sistema de acumulação flexível e de revisão do papel do Estado na economia.

Em abril de 2016, a Mitsubishi abriu um Programa de Demissão Voluntária (PDV) na fábrica de Catalão, no sudoeste de Goiás, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT, 2016). Essa iniciativa foi verificada após um ano de demissões em larga escala. No ano de 2015, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão, a Mitsubishi demitiu cerca de 1,4 mil trabalhadores (SIMECAT, 2015).

Já no final do ano de 2015, em meio ao período em que, segundo a Mitsubishi, as vendas caíram cerca de 21,4% (<http://g1.globo.com/goiás>) inúmeros momentos de acirramento entre trabalhadores e empregadores foram sentidos. Como se pode verificar nas imagens, os trabalhadores fecharam a BR-050 em protesto contra as demissões de cerca de 400 trabalhadores.

Imagem 01 - Trabalhadores da Mitsubishi protestando contra demissão na BR-050



**Fonte:** <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/10/ex-funcionarios-protestam-contrademissoes-na-mitsubishi-em-go.html>

É notória a relação entre a vida do trabalhador e o mercado mundial, principalmente no ramo automobilístico. Aos momentos de menor fluidez de capital resta ao mercado tencionar a classe trabalhadora na busca por superação. O trabalhador deve, além de responder aumentando o ritmo de produção, aumentar os níveis de consumo. Sendo este o total responsável pela necessária circulação de capital via trabalho e consumo de massa.

Nesta direção, a vida do/a trabalhador/a ainda é marcada pelas estratégias de programação do consumo que o/a colocam na condição de alimentador do sistema financeiro por meio do crédito, seja com habitação ou com aquisição de mercadorias de toda espécie. Muitos/as trabalhadores/as possuem seu salário comprometido com parcelas, financiamentos, carnês e boletos bancários, o que só reforça a submissão no espaço de trabalho. Comprometido/a, o/a trabalhador/a está sempre na luta pela manutenção do seu emprego, mesmo que este seja cada vez mais precário, somado ao medo do desemprego, o que se torna uma constante na vida cotidiana produzindo a miséria nas relações.

Um paradoxo impõe-se: se está empregado/a o/a trabalhador/a dedica o seu corpo ao processo produtivo, o que gera muitas doenças como mostram as estatísticas disponíveis, e igualmente vários estudos como os de Alves (2013). O medo do desemprego também adocece, pois é uma constante na vida do/a trabalhador/a. Se está desempregado/a, adocece em função das preocupações com o sustento seu e de sua família; se estiver em um emprego temporário,

convive com a incerteza do amanhã, e se estiver em uma atividade informal, convive com a pressão do Estado e da polícia.

Dessa forma, tem-se uma relação de poder desigual com a vitória do valor de troca sobre o uso. Nessa ótica, Carlos (2001, p. 37, grifos do autor) argumenta que:

A fluidez do tempo elimina a sensação do que dura e persiste, criando um vazio preenchido por coações. O poder controla o fluxo, o uso e o tempo do uso dos lugares. Assiste-se, assim, à constituição da **identidade abstrata**, produzida como consequência da extensão do mundo da mercadoria, que invade e transfigura a vida cotidiana, em que os signos proporcionam o modelo para manipular pessoas e consciências, organizando as relações sociais direcionadas pelo consumo do espetáculo.

Assim, um cotidiano marcado pelas relações rasas do consumo do espetáculo e pela manipulação das pessoas e consciências também estabelece um esvaziamento dos movimentos organizados de trabalhadores em todo o mundo. Esse processo tem reflexos diretos nos usos dos espaços e na sua produção já que coloca o/a trabalhador/a em situação de desigualdade na luta por seus direitos. A vida cotidiana transfigurada e marcada pela miséria das relações deixa poucos espaços para um projeto coletivo de luta, o que enfraquece os sindicatos e a participação em outras demandas sociais como habitação, saúde, lazer, educação. “O corpo e os passos estão cada vez mais restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados ou privados” (CARLOS, 2003, p. 37) dentro da fábrica ou fora dela.

Nesse sentido, o/a trabalhador/a no limiar do século XXI é posicionado/a em meio ao contexto que o impede na maior parte das vezes de buscar uma participação efetiva na constituição de uma classe trabalhadora atuante no que tange às suas carências. A participação no movimento sindical e em outros movimentos é cerceada mesmo pelo cansaço físico, pela falta de tempo, pelas estratégias do capital.

No entanto, a dialética mostra que sempre há contradição. Nesses mesmos espaços cerceados, vigiados, programados, a vida explode e revela caminhos que apontam para a emancipação. No caso da pesquisa em questão uma emancipação que dialoga com a reprodução do urbano como um modo de vida que revela as frestas por onde passam o desejo, o que não foi capturado, a vida que não pode ser contida, o que escapa à programação, “[...] guardando o sentido do dinamismo das relações entre necessidades e desejos, englobando também as ações que fogem ou se rebelam ao ‘poder estabelecido’” (CARLOS, 2003, p. 41, grifos do autor). O desafio da pesquisa prossegue.

### **3.2.1 Para Considerar**

No ano de 2015, os/as trabalhadores/as da MMC- Motors viviam um momento de crise mundial e lutavam contra a demissão em massa alicerçados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão e movimentos sociais constituídos na cidade e no campo. Após cortar em custos de produção explorando ao máximo o/a trabalhador/a, agora é hora de cortar postos de trabalho.

O/a trabalhador/a é responsabilizado pelo fato de o mercado se encontrar fragilizado devido aos baixos índices de produtividade, ou, pelo fato destas mercadorias não se realizarem mais com os mesmos custos. Não há uma perspectiva de cortes de lucros, apenas custos com mão de obra. Em Catalão já foram demitidos, até o ano de 2016, 600 trabalhadores/as da montadora MMC – Motors e ainda há previsão de mais demissões; cabe lembrar que a cadeia produtiva toda é afetada e outros/as trabalhadores/as também serão demitidos. A cidade toda vive o impacto desse processo na economia local desta estratégia global.

Essa mesma realidade é vivida em outras cidades do país onde existem montadoras como FIAT, GM, WV e outras onde trabalhadores/as perdem o emprego após anos de dedicação ao trabalho na empresa. Em alguns casos, duas pessoas da mesma família com necessidades especiais, próximas de se aposentarem, e nem todos conseguem uma relocação em função da especificidade de sua formação laboral.

E é este contexto que programa um/a trabalhador/a ao gosto do mercado, precarizado/a pela natureza destrutiva do capital que se realiza não apenas na fábrica, mas em novos lugares da vida do/a trabalhador. A precarização da vida do/a trabalhador/a adocece e degrada seu cotidiano, impondo a miséria e as necessidades urgentes, o que deixa muitos/as fora do mercado formal de trabalho, sem direitos trabalhistas e garantias de uma aposentadoria.

O Sindicato local, filiado à Força Sindical, constrói uma estratégia de enfrentamento na luta contra as demissões realizadas e contra novas demissões, no entanto, com muitas dificuldades em negociar. Momentos de ação e mobilização são promovidos e há uma participação de muitos/as trabalhadores/as. A montadora argumenta a necessidade de que o mercado se recupere da crise e então ela venda estoques e volte a produzir; assim, os empregos seriam recuperados. Há o impasse.

### **3.3 Momentos que Antecedem a Chegada da Mitsubishi Motors Em Catalão (GO)**

Os maciços investimentos de capital estrangeiros no Brasil possuíram como pano de fundo o discurso do desenvolvimento. O Brasil, como toda a América Latina, careceria de

investimentos internacionais para chegar ao patamar de *desenvolvido*. Em meio a este discurso, Martins (2010) lança luz à definição de modernidade:

A modernidade só o é quando pode ser ao mesmo tempo o moderno e a consciência crítica do moderno; o moderno situado, objeto de consciência e ponderação. A modernidade, nesse sentido, não se confunde como objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital; que introduziu na vida social e na moralidade, até mesmo do homem comum, o cálculo, a ação social calculada na relação de meios e fins, a reconstituição cotidiana do sentido da ação e sua compreensão como mediação da sociedade. (MARTINS, 2010, p. 18.)

*Reino do cinismo*, assim definido por Martins (2010), a modernidade, uma forma de *globalização da miséria*. O moderno, como signos, satisfaz ao sistema capitalista. Baseado nestes preceitos, Goiás, a exemplo de inúmeros outros territórios anteriormente marginalizados pelo grande capital, torna-se um território prenhe do processo de desenvolvimento capitalista já no início do século XX. A estruturação do território brasileiro intensifica-se com a interligação do interior do país aos principais centros comerciais brasileiros.

Este movimento é lembrado por Harvey (2010, p.127) quando o mesmo salienta que “toda formação social ou territorial que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais”. Nesta concepção, viu-se iniciar no interior do país uma gama de obras, bem como um forte trabalho no que tangia a organizações institucionais.

Martins (2010, p.47) elenca três momentos que sustentaram a expansão do capital para o interior do Brasil: o primeiro, de 1930 a 1940, sob o comando de Vargas, também denominado de “Marcha para Oeste”; o segundo, após o ano de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, com a política de desenvolvimento da infraestrutura para o centro do país; o terceiro e o último momento ocorrem com o golpe civil/militar de 1964. Para o autor, após o ano de 1964, os incentivos fiscais e a instalação de empresas no interior do Brasil concluíram os três grandes períodos de ocupação. Os dois primeiros momentos caracterizaram-se pela implantação e fortalecimento da infraestrutura necessária à territorialização do capital. Já o terceiro momento caracteriza-se não apenas pela instalação das estruturas capitalistas mediante incentivos fiscais do Estado, mas, sobretudo, por ser um momento de conscientização da população brasileira de que o interior do país se constituiria no futuro da nação.

Políticas de isenções para grandes empreendimentos financeiros viabilizaram postos de trabalho que, por sua vez, atraíram um exército de trabalhadores não “qualificados” para os referidos setores que começaram a buscar os mesmos postos que os trabalhadores locais.

Nesta direção, o acúmulo histórico destas fases possibilitou ao Estado de Goiás os requisitos determinantes para a implantação de empresas dos mais variados setores. Na microrregião de Catalão, estas fases propiciaram o conjunto de aparatos socioespaciais necessários que contemplaram a determinação prévia imposta pelos preceitos da *modernidade*.

Embora a implantação da infraestrutura estivesse sendo gradual em Goiás, para beneficiar os mais variados setores econômicos, as primeiras atividades econômicas que se fortaleceram voltaram-se para o potencial agrícola recém-descoberto pelo processo de desenvolvimento das técnicas agrícolas de produção no território de Cerrado.

Os distritos industriais goianos foram sendo constituídos a partir da década de 1970 e fortalecidos, prioritariamente, na década de 1990, com a descentralização das plantas empresarias que já se beneficiavam com a logística, mão-de-obra, e com mercado consumidor crescente e incentivos estatais, por vezes, importantes para a escolha destas “novas” áreas potencialmente inexploradas.

Desse modo, Dias e Sabota (2010, p. 3) argumentam:

O Estado de Goiás iniciou sua industrialização na década de 1970, intensificando-a na década de 1990 graças aos inúmeros esforços estatais para atrair indústrias e fazer com que estas aqui permanecessem, considerando seu papel na geração de renda, postos de trabalho e no desenvolvimento social e econômico. Para tanto, foram criados inúmeros programas de concessão de critério no intuito de financiar a implantação e a expansão de empreendimentos industriais no estado. Além destes, o governo estadual, em parceria com os municípios, estimulou a criação de distritos industriais, espaços dotados de infraestruturas básicas para o funcionamento da atividade industrial, realizando a doação de terrenos para o funcionamento da atividade industrial, realizando a doação de terrenos para a instalação das fábricas e criando as condições necessárias para sua permanência e crescimento naquela localidade.

Estímulos do Estado de Goiás e do município de Catalão “qualificaram” o sudeste do Estado de Goiás como território com potencial a ser explorado. Nesse contexto, o setor automotivo sofreu forte atração pela região e a transferência de capital público para o setor privado possibilitou a implantação da MMC.

Do ponto de vista populacional, o sudeste do Estado de Goiás passa, após a década de 1960, por uma retomada de sua importância regional, notadamente, após a construção de Brasília. A BR-050 proporcionou a Catalão um aumento do fluxo de pessoas, consolidando a cidade como uma potência regional. Movimento que havia sofrido impactos negativos após a década de 1930, período em que os investimentos privilegiaram a transferência da capital do

Estado para a cidade de Campinas (GO) e o fortalecimento da região do entorno da nova capital Estadual, Goiânia.

Nesse sentido, Pereira (2012, p. 120) aponta que as variações

[...] econômicas e populacionais atestam a intensificação da interação da economia goiana – e de Catalão, em particular – com o processo histórico mundial do capital. Relação dialética, em que o capital nutre Catalão de investimentos produtivos e é nutrido pelas forças sociais de trabalho, vivas e/ou acumuladas, alterando o caráter assumido pelo trabalho e a dinâmica das relações sociais na cidade, de acordo com as necessidades e movimentos do capital.

Esse capital internacional e/ou nacional e estatal efetivado na cidade de Catalão potencializou as transformações socioespaciais próprias de territórios que recebem um alto grau de investimentos. Mediante aos já citados fatores de atração construídos e potencializados exclusivamente para a instalação da MMCB na cidade de Catalão outros fatores foram importantes. Dentre eles, destacam-se:

1. concessão de isenção de 70% do ICMS por 20 (vinte) anos;
2. garantia de Financiamento de R\$ 4 milhões;
3. adequação do aeroporto local;
4. venda de terreno pelo preço de R\$ 0,25 o metro quadrado;
5. ligação de rede de água e esgoto e fornecimento de 10 m<sup>3</sup> por hora de água sem custo à MMC;
6. prazo de 90 dias para pagamento do ICMS devido nas saídas dos produtos;
7. redução de 50% do ICMS a recolher pela MMC (relativo à parcela não contemplada pelo programa Fomentar);
8. extensão da rede elétrica de alta tensão, além da gestão na Telegoiás para aquisição e instalação de até quarenta troncos de linhas telefônicas e linhas de 0500 e LPCD (GUIMARÃES; RIBEIRO, 2006, p.18).

Fatores esses importantes, quando observados como elementos de atração oriunda do Estado e somados à consolidação do Distrito Industrial (DIMIC), às malhas rodoferroviárias, à densidade populacional, dentre outros, o que fez de Catalão a cidade potencialmente mais atrativa ao capital automobilístico.

Deve-se destacar que, ao observar os fatores anteriores à chegada da estrutura industrial automobilística na cidade de Catalão, houve o movimento de adequação do território, *mudanças* institucionais e estruturais que viabilizaram a territorialização do referido capital, que por sua vez provoca disputas em diferentes esferas. Pois, ao mesmo tempo em que a região do sudeste do Estado de Goiás se adaptava para receber este complexo industrial, inúmeros outros territórios também objetivando ser escolhidos se transformavam.

### 3.3.1 A Chegada da *Mitsubishi Motors* em Catalão (GO) e as transformações espaciais

Na busca pelo entendimento das relações de trabalho da indústria automobilística sediada na cidade de Catalão – GO faz-se necessário pontuar o entendimento acerca da dimensão do espaço para, a partir daí compreendê-lo como essencial aos fatores que permeiam estas transformações.

Nesta condução, Santos (1978, p. 122) aponta que

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.

Essa totalidade a que o autor se refere é o universo materializado no momento atual que se configurou no processo das transformações políticas, econômicas e sociais no curso do tempo. Todavia, embora se busque compreender o espaço na sua totalidade, o mesmo (...) “é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia”. (SANTOS, 1978, p. 145).

É nesse ínterim que as ações das estruturas capitalistas que se estabelecem em países de *desenvolvimento hipertardio* (MÉSZÁROS, 2002), a partir dos anos 70 do século XX, efetivam-se. Nesse foco, Santos (1978) argumenta que:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

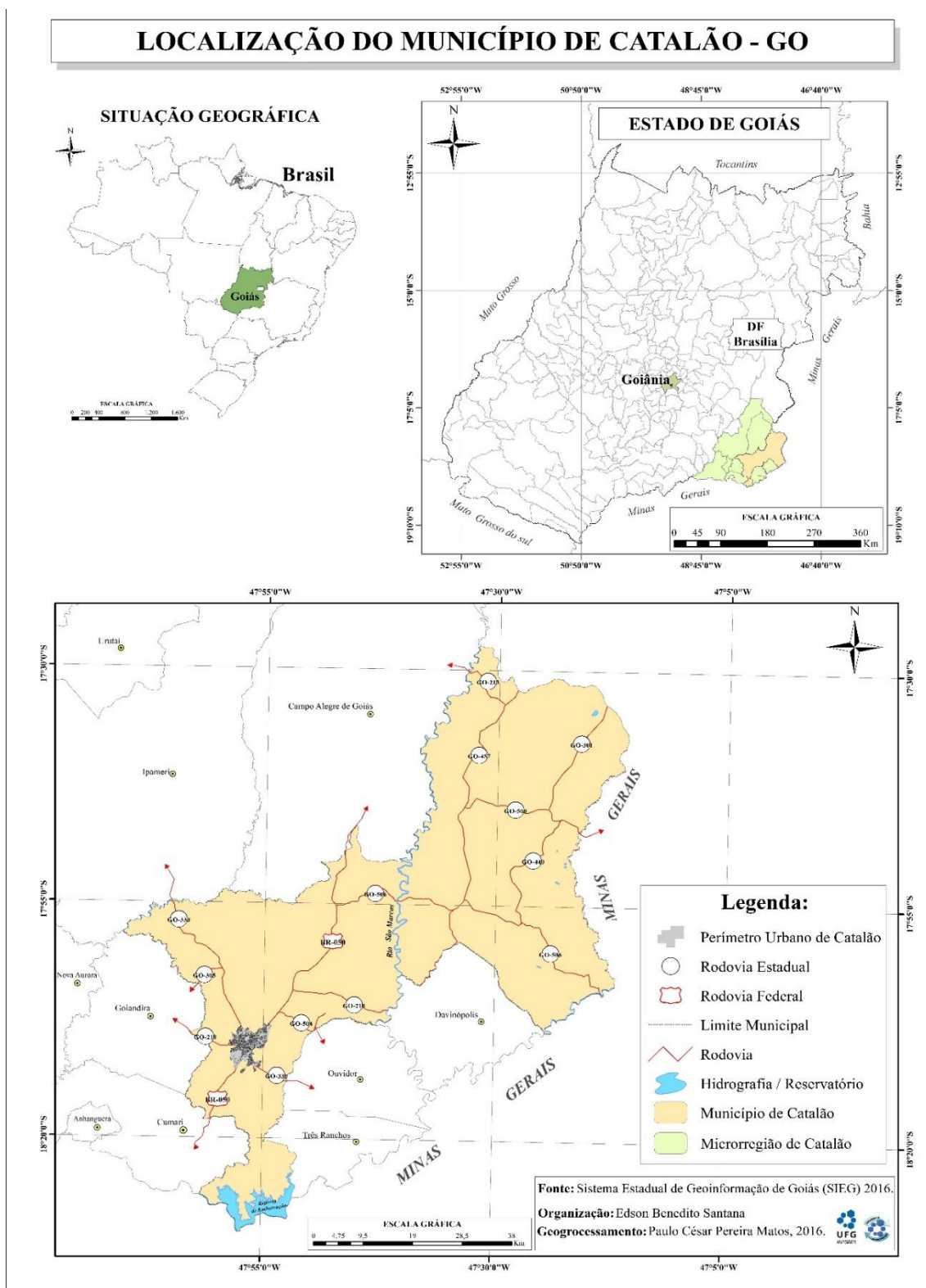
Assim, a efetivação da estrutura da MMCB na cidade de Catalão – GO constituiu-se de uma leitura realizada pelo capital a partir da totalidade, no entanto, levando as especificidades em consideração e as adotando de forma a usufruir destas o proveito máximo.

Catalão localiza-se no Sudeste do Estado de Goiás sendo, através da BR-050, um importante elo entre a região Sudeste e a região Oeste do país. O município possui uma população estimada para o ano de 2016 de 100.590 habitantes (IBGE, 2017), que está distribuída sobre uma área de 3.821,463km<sup>2</sup> (IBGE, 2017). Sua localização geográfica, somada

aos recursos minerais, constituiu-se no principal fator sócio-espacial potencializador do movimento de territorialização de estruturas capitalistas.

O papel central da localização geográfica da cidade de Catalão é produzido pela chegada da ferrovia no início do século XX, pelas construções de Goiânia (GO) e Brasília (DF), bem como da malha rodoviária, dentre as quais cabe destaque à BR 050, que liga Catalão a importantes centros econômicos como Uberlândia, São Paulo e Brasília; e à GO 330, que liga Catalão - GO à capital estadual e sua região metropolitana, como pode ser verificado através do mapa que se segue.

Mapa 02: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)



**Fonte:** Sistema Federal de Geoinformação de Goiás (SIEG) 2016

**Organização:** Edson Benedito Santana

Observa-se, através do mapa, que o município de Catalão se localiza - tendo como parâmetro o contexto nacional - em um local geograficamente estratégico, tanto do ponto de vista do mercado interno como do mercado externo.

O município de Catalão – GO possui mão de obra abundante, tendo em vista os trabalhadores advindos de diferentes partes do país migrando em busca de melhores condições de trabalho, oriundos de diferentes centros urbanos, com um número menor de trabalhadores desempregados. Também se pode contar como fatos de suma importância para estes empreendimentos a pouca ou nenhuma organização sindical.

Pelos fatores externos aos limites do município, faz-se verificar a facilidade do escoamento da produção. Catalão conta com uma malha rodoferroviária (verificar no mapa II) que o interliga a diferentes portos e aeroportos do país, fortalecendo, assim, a produção nacional frente a mercados de diferentes partes do mundo.

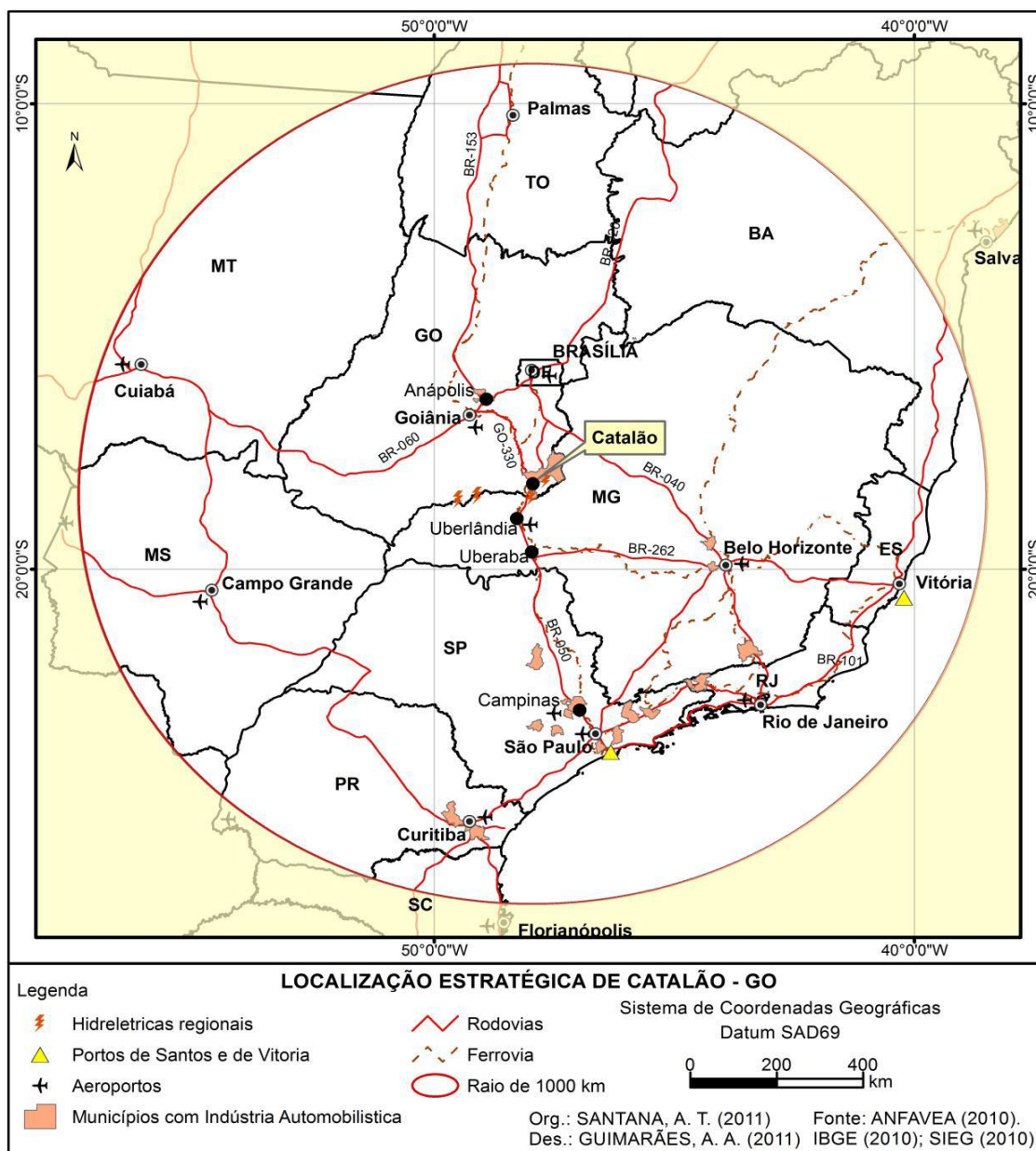
Este conjunto de fatores de adaptação necessário aos lugares onde se busca efetivar o capital faz-se importante para se compreender aspectos locais. Goiás promove, dentre estas várias iniciativas já mencionadas, um movimento de urbanização de inúmeras regiões do Estado, dentre as quais se destaca a microrregião do município de Catalão GO.

Para Mendonça (2004, p. 171, grifos do autor),

No cerne dessa questão está a desterritorialização do trabalho respondendo às necessidades de acumulação do capital, que historicamente promoveu a migração forçada dos trabalhadores (pequenos produtores rurais) resultando em expropriação fundiária que “esvazia o campo e urbaniza a sociedade”.

Esse processo faz com que o trabalhador do campo expropriado pelo grande capital agrário se veja frente à possibilidade de trabalhar na indústria automobilística. Nesse sentido, o aparato adaptativo do capital dá a resposta através da rede de educação técnica, encabeçada pela rede “S” de ensino técnico. Aspectos gerais e particulares viabilizaram a efetivação do capital transnacional da MNCB no centro do território nacional, como pode ser observado no mapa II, a seguir.

MAPA 3 - POSIÇÃO GEOGRÁFICA ESTRATÉGICA DE CATALÃO (GO) NO PAÍS.



Fonte: ANFAVEA (2010); IBGE (2010); SIEG (2010).

Org: SANTANA, A. T. (2011).

Observa-se a localização bem como a malha viária e ferroviária que dão suporte para a que o Sudeste do Estado de Goiás se ligue a praticamente todas as demais regiões do território. Somando-se a isso, vê-se também a centralidade do Estado de Goiás e este aspecto faz-se notório tendo em vista o alcance do mercado consumidor interno.

Em contrapartida, apesar das estruturas capitalistas encontrarem nos países de capitalismo avançado uma infraestrutura madura e uma mão de obra “qualificada”, também encontram fatores que as repelem como, por exemplo: a organização dos trabalhadores via sindicatos e entidades de classe que, por sua vez, possibilitam melhores ganhos para a classe

trabalhadora; a mão-de-obra escassa constitui outro fator que dificulta a efetivação de capital nesses centros.

Contudo, há de se destacar, de um lado, o movimento de mundialização do capital e, de outro, a necessidade imposta pelos limites expansionistas vividos pelo sistema do capital a partir da década de 70 do século XX como sendo os maiores responsáveis pelos deslocamentos destas estruturas rumo a países de economia periférica. Nessa vertente, Santos (2008, p. 46) explica:

Assim, a expansão do capital não ocorre de forma aleatória. A inserção de novas áreas ao ciclo de reprodução e acumulação capitalista obedece a um rigoroso critério de produtividade espacial, ou seja, de condições vantajosas de intensificação dos fluxos, de prospecção de lucros, de ganhos econômicos e políticos.

Estas “vantagens” presentes nesses espaços geográficos, historicamente à margem do sistema produtor de mercadoria, fortaleceram relações econômicas, políticas e sociais a partir do movimento de Reestruturação Produtiva do Capital, produzindo o movimento de territorialização que, hoje, é observado no interior do país. Juntamente, com a efetivação destes “novos” territórios, os conflitos sociais também se fortalecem, tornando-se latentes.

O conceito de território elaborado por Raffestin (1993) em seu livro “Por uma Geografia do Poder” é de que o espaço geográfico antecede o território, sendo este resultado das relações de poder que nele são manifestas.

Há de se evidenciar que, mesmo dentro de um país, observam-se graus de desenvolvimento diferentes. O que se verifica no Brasil é que estados litorâneos, como São Paulo, destacavam-se por possuírem uma base industrial em pleno processo de desenvolvimento, mesmo na primeira metade do século XX. Contudo, é apenas após a implantação do Plano Real em 1994 que a planta industrial automobilística brasileira se volta para o interior do país.

É nesse sentido que se pontua, na seção que se segue, aspectos deste movimento de interiorização de capital e, de igual modo, da instalação da empresa MMCB na cidade de Catalão GO, como sendo um exemplo deste movimento.

### **3.3.2 A *Mitsubishi Motors Company* do Brasil em Catalão - GO**

O processo de interiorização das plantas automobilísticas no Brasil pode ser definido em dois momentos. O primeiro, anterior à década de 1990, e o segundo, no início do século XXI, pois, ao passo que a abertura econômica brasileira substanciada pelo modelo neoliberal se verificou, as indústrias dos mais variados seguimentos passaram por uma reestruturação objetivando o mercado mundial.

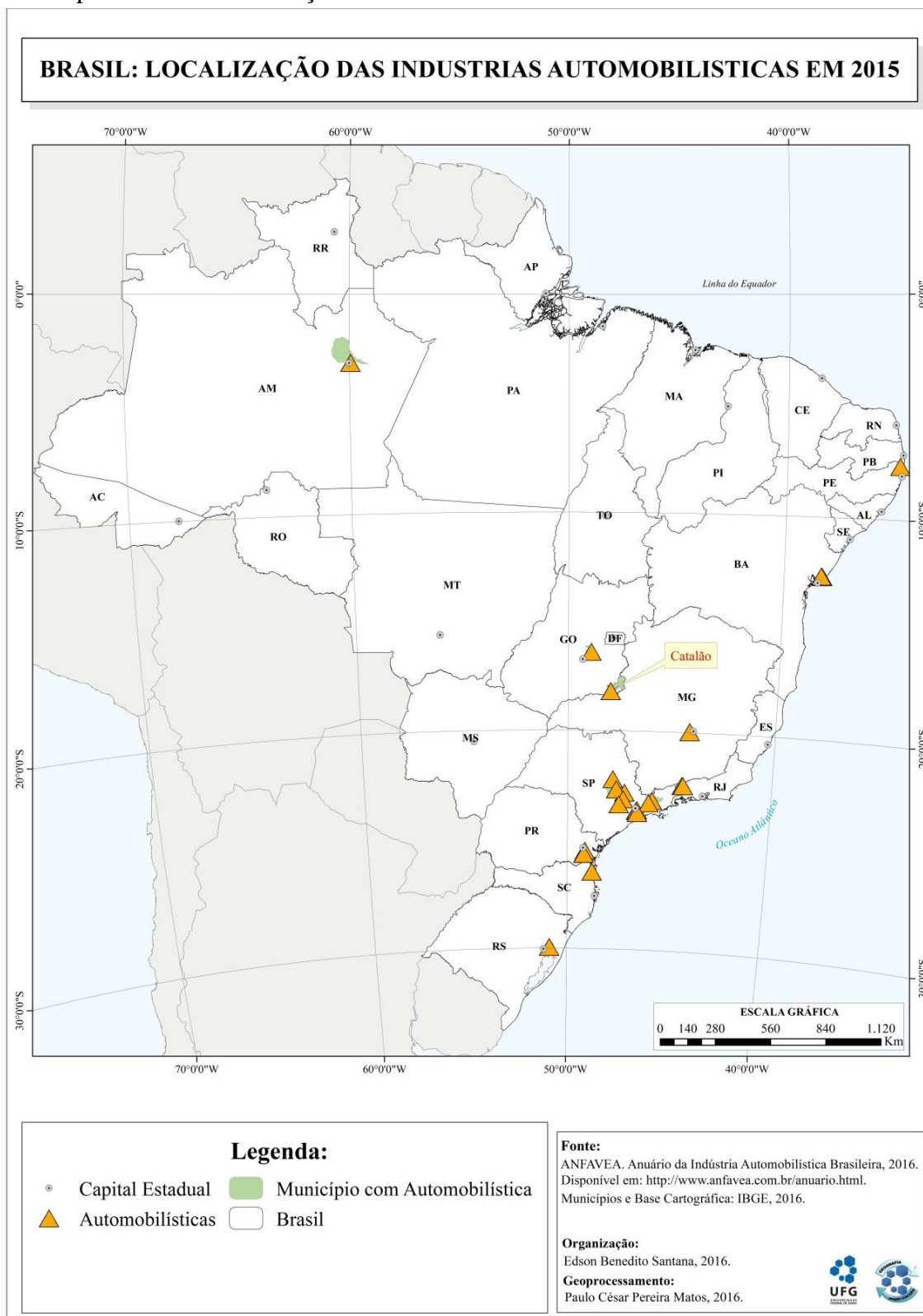
Alves (2007) afirma que

[...] a partir da década de 1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso. A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção capitalista no Brasil. (ALVES, 2007, p. 158).

No Brasil, a adoção do Plano Real e o início das atividades do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), bem como inúmeras políticas fiscais internas garantiram incentivos fiscais de longo prazo ao capital estrangeiro, possibilitaram a interiorização de estruturas industriais ou mesmo a chegada de plantas sem histórico de atuação no território nacional, como exemplos, a MMC do Brasil na cidade de Catalão (GO) e a *Hunday*, localizada na cidade de Anápolis (GO). Com este novo momento da produção no país, os índices de urbanização cresceram e os elementos da vida urbana moderna produziram novas territorialidades. Em Catalão, exemplificando, a formação do operário de chão de fábrica, que ainda não existia, mudou valores e agregou novos sujeitos, como os que vêm para trabalhar nas indústrias da cidade. A geração de empregos atraiu imigrantes de várias partes, com diversificadas culturas e valores, e o modo de vida na cidade insere-se na lógica da reprodução do urbano.

Como se pode ser verificado através d do mapa 01, a planta industrial brasileira anterior ao ano de 1990 consolidou-se na região Sudeste do país, concentrando também o capital, principalmente, em São Paulo. Essa concentração trouxe para esta região significativo crescimento econômico, bem como o acirramento na relação capital x trabalho. Contudo, com as novas necessidades referentes ao espaço – cada vez mais raro e caro - e a mão de obra após a década de 1990, observa-se um movimento de descentralização das atividades industriais ligadas à indústria automobilística brasileira e a outros ramos, como o têxtil.

Mapa 04 - DISSEMINAÇÃO DAS INDÚSTRIAS AUTOMOBILÍSTICAS EM 2015



Fonte: ANFAVEA (2016, p. 30).

Observa-se, portanto, o movimento de desterritorialização/reterritorialização realizado pelo capital automobilístico no fim do século XX e início do século XXI, principalmente, em

direção à região sul e, logo depois, a Goiás. A chegada da MMCB na cidade de Catalão – GO é parte desse processo, tendo em vista que a mesma se instala no sudeste do Estado de Goiás no ano de 1997/1998 com o objetivo de produzir automóveis.

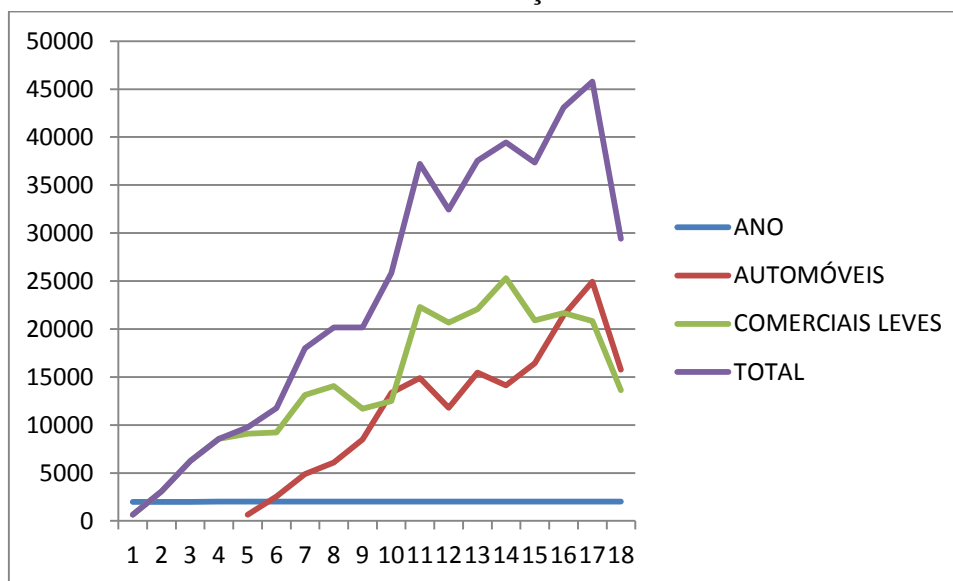
Com investimentos iniciais de 35 milhões de dólares, Catalão insere-se, em 06 de junho de 1997, no contexto da reprodução do capital automobilístico com uma projeção de investimentos estimada para o ano de 2015 na casa de 2 bilhões de dólares. Proporcionalmente aos investimentos vê-se aumentar a produção de unidades de veículos por dia, conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Produção Anual da MMC

<b>ANO</b>	<b>AUTOMÓVEIS</b>	<b>COMERCIAIS LEVES</b>	<b>TOTAL</b>
1998		652	652
1999		3.098	3.098
2000		6.252	6.252
2001		8.571	8.571
2002	653	9.090	9.743
2003	2.553	9.214	11.767
2004	4.881	13.130	18.011
2005	6.089	14.064	20.153
2006	8.473	11.698	20.171
2007	13.352	12.492	25.844
2008	14.911	22.292	37.203
2009	11.777	20.652	32.429
2010	15.476	22.082	37.558
2011	14.123	25.318	39.441
2012	16.439	20.914	37.353
2013	21.430	21.671	43.101
2014	24.950	20.822	45.772
2015	15.754	13.643	29.397

Fonte: ANFAVEA (2016, p. 102)

Gráfico 2 - PRODUÇÃO ANUAL



Fonte: ANFAVEA (2016, p. 102).

Evidencia-se, através do Gráfico 2 e da Tabela 1, que a produção da *Mitsubishi* - MMC Automotores do Brasil Ltda - manteve um crescimento acentuado ao longo de sua história, com uma queda significativa a partir do ano de 2015. Nota-se ainda que em 2007, antes da crise econômica que assolou os EUA e se desdobrou para outras partes do mundo, houve um aumento significativo da produção, fato que se repete em 2014 e 2015. Aumentos que antecedem momentos de menor circulação de capital e que devem ser compreendidos como parte do processo, tendo em vista que a produção de mercadorias se constitui no pilar da circulação de capital.

Dessa maneira, nota-se o fortalecimento das diretrizes toyotistas, principalmente após os anos de 1990, pois é nesse período que os resultados do movimento de integração do território nacional dão o suporte necessário às investidas deste novo arranjo de produção capitalista.

Para Alves (2007, p. 157),

A partir da década de 1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso. A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da produção capitalista no Brasil.

Sendo o *toyotismo* o resultado morfológico da luta de classes, cria-se no Brasil, por meio das políticas neoliberais dos anos 1980, as condições necessárias para esse novo sistema

precarizante do trabalho. Portanto, como resultado da reestruturação produtiva, nota-se a territorialização de capital oriundo de diversas partes do mundo no centro do território nacional, contribuindo, assim, com a atual situação precária da classe trabalhadora brasileira.

A apropriação do ser genérico que trabalha em níveis externos e internos ao chão da fábrica, sua apropriação e de seu espaço, bem como da sua vida, não se revela apenas à luz da estrutura organizacional da fábrica, mas em sua vida cotidiana, elemento que se pretende explorar, com mais ênfase, no capítulo seguinte.

De acordo com Alves (2013, p. 91):

Portanto, além de novo arcabouço técnico-organizacional do capital, com suas novas máquinas informacionais, novos métodos de gestão de pessoas e novos locais de trabalho reestruturados com seu novo perfil etário-geracional, temos alterações das relações de trabalho que contribuíram para mudanças substantivas no metabolismo social do trabalho; isto é, os novos operários e empregados dos locais de trabalho reestruturados prostram-se diante da nova condição salarial que incorpora a adoção da remuneração flexível (PLR), jornada de trabalho flexível (banco de horas), contrato de trabalho flexível (contrato por tempo determinado e tempo parcial, além da terceirização).

Neste viés, observa-se que, para além do movimento de terceirização, que há muito vem sendo empregado nas indústrias brasileiras, e que ganha novos contornos com a sanção do então presidente Michel Temer da Lei de “Terceirização Total”, a relação de trabalho possui a flexibilização em vários momentos, atingindo também vários momentos da vida do trabalhador. Não se pode negar que o ganho, proveniente de horas extras, não afete a vida cotidiana do trabalhador. No momento em que o trabalhador é chamado a cumprir uma jornada de trabalho diária mais extensa a vida do mesmo é atingida fora do ambiente da fábrica. Provavelmente, este trabalhador deixará de realizar alguma atividade com sua família, como, por exemplo, buscar seu filho na escola. O que acarreta uma mudança na dinâmica familiar.

Assim, com a territorialização do capital global em todos os lugares, a sua lógica transforma a vida de trabalhadores/as e, a exemplo de Catalão, esta lógica apropria-se da vida cotidiana dos trabalhadores/as, apropriando-se de seu tempo. No caso dos trabalhadores da MMCB de Catalão que estudam no município de Uberlândia os relatos sobre as dificuldades de buscar a qualificação e trabalhar são recorrentes. Em uma das entrevistas o trabalhador afirma que:

Até que dá pra estudar e trabalhar. O ônibus vai lotado. A única coisa que é ruim é o sono. O tempo vago que tenho durmo. Tem vez que tem coisas da

faculdade e tento fazer no ônibus mais acabo dormindo. [...] mais eu gosto, se não fosse isso não tinha jeito de fazer faculdade de engenharia. (Ribamar<sup>9</sup>).

Nesse sentido, Alves (2013, p. 92, grifos do autor) argumenta que:

As novas relações flexíveis de trabalho promovem mudanças significativas no metabolismo social do trabalho tendo em vista que alteram a relação “tempo de vida/tempo de trabalho” e alteram os espectros da sociabilidade e auto referência pessoal, elementos compositivos do processo de formação do sujeito humano-genérico. São as relações flexíveis do trabalho que instauram a nova condição salarial que põem novas determinações no processo de precarização do homem que trabalha.

Atividades cotidianas são apropriadas pelo trabalho. Educação, cultura, saúde, lazer, tudo orbita em torno da relação de trabalho que garante ao trabalhador/a as condições de inserção nestes espaços, pães da lógica de ampliação do capitalismo.

A exemplo de outros momentos pode-se observar que a flexibilização das relações de trabalho inseriu no mercado produtor de mercadorias o trabalhador plantonista. O mesmo deve estar disponível a qualquer momento. O trabalhador, já obrigado a organizar seus horários visando atender à jornada de trabalho, vê-se, em momentos como o de “convite” para realização de horas extras, obrigado a reorganizar todos os momentos externos à fábrica, inclusive o de convívio com sua família, o que caracterizando, assim, a apropriação do espaço do cotidiano do indivíduo genérico que trabalha.

### **3.4. Transformações Espaciais necessárias à Subsunção do Trabalho ao Capital**

“O espaço evolui pelo movimento da sociedade”, como já destacou Santos; nesta concepção, observa-se que, após o movimento de efetivação do capital automobilístico no município de Catalão GO, todo o Sudeste do Estado passa por um movimento de adequação progressivo. O que se faz mister tendo em vista as demandas do capital que são de características expansionistas. Tal expansão, por sua vez, gera demandas que serão solucionadas, ou não, posteriormente.

Verifica-se, assim, que o espaço sofre transformações em todos os sentidos. Quanto ao apontamento das transformações oriundas da instalação do complexo industrial ligadas aos empreendimentos automobilísticos faz-se necessário considerar que as mesmas atingem a vida da população como um todo, sobremaneira dos trabalhadores deste complexo.

---

<sup>9</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

Para se ter uma ideia, destacam-se as transformações imobiliárias nos últimos anos. Silva levanta questões em torno da relação entre o salário pago nesses “novos” territórios e a apropriação do capitalismo. Segundo o autor,

Os salários pagos pela Mitsubishi, além de ser muito inferiores aos dos colegas operários de outros Estados, ficam muito aquém do ritmo de valorização do solo urbano. É forçoso concluir que os problemas de moradia para o operariado, para outros grupos de baixa renda, desempregados e recém-chegados à cidade tornam-se mais frequentes e que eles sentiram de maneira mais intensa a especulação imobiliária. Mas não apenas eles, todos os cidadãos, bem ou mal empregados, puderam perceber tal valorização. (SILVA, 2002, p. 124).

A valorização do solo urbano dificulta o acesso do trabalhador à moradia, levando em conta que o mesmo não consegue, devido aos baixos salários efetivados pela montadora, acessar, sem a participação de um agente financiador, a moradia própria. Assim, observa-se a especulação imobiliária, oriunda da crescente demanda por moradia, sendo verificada no município de Catalão e nos municípios circunvizinhos; como se não fosse suficiente destacar a dificuldade destes trabalhadores em acessar a moradia própria, constata-se que a classe trabalhadora desempregada também se vê frente a este movimento de valorização. As dificuldades destes trabalhadores fazem crescer a pressão dos trabalhadores sem emprego sobre os trabalhadores empregados.

Esse aspecto é de grande valia para se compreender o papel da *massa industrial de reserva*. Será através destas leituras que se poderá compreender a lógica que envolve o trabalhador da montadora *Mitsubishi*. Outro ponto importante permeia este aspecto: a financeirização de bens de autovalor.

Ao passo que o trabalhador consegue com este emprego dar a garantia a instituições de créditos, o mesmo tem acesso ao financiamento de sua casa própria, de seu carro próprio, e de outros bens duráveis.

A necessidade da mercadoria – solo urbano - se efetiva: seja via financiamento de instituições de créditos ou mesmo das empresas imobiliárias que agem como parasitas dos grandes empreendimentos financeiros; ou via a inserção do trabalhador, produtor de mercadorias, que busca subsídio, objetivando adquiri-lo.

Nota-se, portanto, que as transformações espaciais promovidas para garantir os aspectos necessários à grande indústria, dentre eles, a mão-de-obra, concretizam-se à medida que a necessidade aumenta; caso isso não ocorra, o Estado intervém, garantido, assim, a fluidez do capital para as grandes corporações.

Dentre outras transformações espaciais oriundas da efetivação deste capital no município de Catalão e que também interfere na vida social do trabalhador está o poder de consumo.

### CAPÍTULO III

#### 4 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E DA SUBJETIVIDADE DO INDIVÍDUO QUE TRABALHA



Iniciou-se o primeiro capítulo deste trabalho indicando dois pontos de partida que delimitariam, em linhas gerais, a investigação. Enfatizou-se que a crise do sistema capitalista é contínua, e que em determinado tempo/espaço a mesma se intensifica. Para melhor compreensão utilizou-se a leitura realizada por Harvey, em que o mesmo coloca que “o capital

é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado” (HARVEY, 2011, p. 07). O segundo ponto de partida deste trabalho referiu-se ao fato de que a resposta do capital aos períodos de menos fluidez se deu de forma progressiva, não evidenciando um momento de ruptura, mas, sim, um processo de superação das estruturas que pode ou não se revelar em sua totalidade.

Já o segundo capítulo se iniciou pontuando questões acerca das características desta *crise estrutural do capital*, bem como da necessidade de respostas estruturais no atual momento de sujeição total do trabalho ao capital. Ainda nesta seção comentários foram realizados na direção da efetivação do capital no sudeste do Estado de Goiás, abordando aspectos que subsidiaram as instalações da então MMCB na cidade de Catalão GO.

Observa-se que se construiu ao longo da investigação um diálogo com o movimento de apropriação da classe trabalhadora, tendo como pano de fundo as análises dos momentos de menor fluidez de capital. Nesse sentido, abordar-se-á, nesse capítulo, aspectos atinentes à apropriação da classe trabalhadora nos espaços de produção e reprodução da força de trabalho, tendo em vista que nas últimas quatro décadas viu-se crescer a apropriação não apenas da força de trabalho, mas também e com maior intensidade da vida cotidiana de cada trabalhador/a, atingindo os desejos, os medos, os objetivos, as necessidades dos que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. Assim, a proposta que se segue para o terceiro capítulo desdobra-se frente às ponderações tecidas nas duas seções anteriores, dando seguimento no que se refere à apropriação dos indivíduos que trabalham para além do espaço de produção de mercadorias. Desta feita, evidenciar-se-á, por meio das falas dos entrevistados, as relações entre o trabalho e o capital na atualidade dentro e fora do espaço fabril.

Para caminhar nesta direção, necessário se faz compreender tanto a mobilidade do capital, pontuada no segundo capítulo, quanto a *mobilidade do trabalho*, tendo em vista que esta mobilidade fez da cidade de Catalão, estrategicamente localizada, peça fundamental na “escolha” deste espaço para a efetivação do capital.

Nesse sentido, observa-se que não foram apenas os espaços apropriados pelo capital, há que se destacar que concomitante ao movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização do capital se fortalece no seio do sistema produtor de mercadorias a *mobilidade do trabalho*<sup>10</sup>, complementando o sistema produtor de

---

<sup>10</sup> Para Jean Paul De Gaudemar (1979), a mobilidade do trabalho se constitui como instrumento da acumulação de capital, tanto na efetivação da mais-valia, quanto, e em correlato, de mobilização,

mercadorias. Esta *mobilidade do trabalho*, por sua vez, possibilita, dentre outros aspectos, que o capital consiga aumentar os níveis de lucratividade tendo em vista a disputa por postos de trabalho.

Verifica-se, ainda, que a busca constante por melhores oportunidades de trabalho fez com que, somado à circulação de informações, o/a trabalhador/a se deslocasse em maior número e intensidade para espaços demograficamente menos densos e com potencialidades de emprego. É nesta direção que os investimentos efetivados no município de Catalão (GO) se fizeram sentir. Trabalhadores/as de várias partes do território nacional sentiram-se atraídos pelas “oportunidades” do Sudeste do Estado de Goiás.

Constata-se, portanto, um crescimento do número total de habitantes no município de Catalão (GO), principalmente após a última divisão territorial de 1963 (MELO, 2008, p. 175).

**Gráfico III** – Evolução da população total no período de 1960 a 2000 do Município de Catalão (GO)

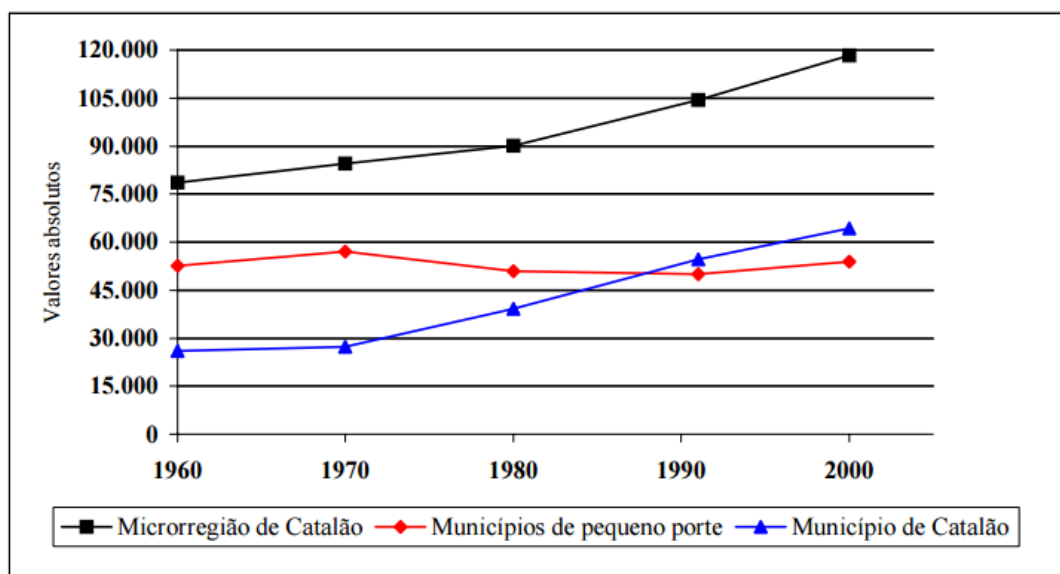


Gráfico 13 - **Microrregião de Catalão, municípios de pequeno porte, município de Catalão: evolução da população total no período de 1960 a 2000.**  
Fonte: IBGE, 1982 e 2005. Org.: MELO, 2006.

Segundo o gráfico, a população do município passou de cerca de 30.000 habitantes no início da década de 1960 para mais de cem mil habitantes no ano de 2015. Esse crescimento reflete, dentre outros fatores de âmbito nacional e internacional, a mobilidade do trabalho já no início do século XXI. A globalização do capital desterritorializa o/a trabalhador/a do seu lugar

---

dinamização, adaptação e readaptação da força de trabalho ou, mais exatamente, da mão de obra em função da produção.

onde as relações de pertencimento se efetivam, restabelecendo-o em territórios alheios aos seus costumes, às suas relações parentais, à roda social onde o/a trabalhador/a se apega em caso de necessidade.

Cabe um parêntese para dar a devida importância ao meio social do pertencimento de cada trabalhador/a. Observe-se um/a trabalhador/a em seu local de origem. O mesmo, ao passar por dificuldades próprias da sociedade moderna menos abastada, busca no núcleo familiar, no núcleo de amigos, ou seja, no núcleo social de pertencimento subsídios para sobrevivência em um momento de dificuldade. Os/as trabalhadores/as que se lançam na busca por melhores oportunidades em territórios distantes não mais contam com o apoio desta rede de pertencimento deixada em seu local de origem, sendo necessário aos(às) mesmos(as) se submeterem a situações que antes não se submeteriam pelo fato de estarem amparados pela sua rede social viva.

Necessário se faz destacar também que novas relações são construídas, novas formas de construção desta roda social são estabelecidas nesses territórios alheios a trabalhadores/as oriundos de outras partes do Brasil. Contudo, todo este processo possui sua dinâmica própria, esta, por sua vez, faz-se sentir de forma diferente das necessidades destes indivíduos. Um dos entrevistados na pesquisa argumenta que: “Catalão é bom. Na minha cidade eu tinha que encher um caminhão de areia na pá pra poder ganhar R\$ 5,00. Era só eu e meu primo. Aqui eu trabalho na sombra.” O entrevistado revela ainda que mesmo longe de sua família não pretende deixar a cidade em caso de demissão: “eu iria caçar outro serviço. Não tenho medo de trabaia não. Deixaria um pouco di dinheiro prá volta pro Maranhão se não achar outro emprego.” (João<sup>11</sup>, novembro de 2016, grifos do autor).

Esta fala remete ao fato de que o/a trabalhador/a, além de sentir a falta dos entes queridos, também não pode contar com eles frente a uma possível eventualidade. Esta distância causa, mesmo com as inúmeras possibilidades de comunicação, um afastamento social na medida em que o convívio social não se efetiva em suas múltiplas formas.

O entrevistado João, ao responder sobre o que faria caso fosse demitido, responde que: “procuraria outro emprego até conseguir. Caso demore eu volto para a casa dos meus pais”. Cabe destacar que esta rede subsidia o indivíduo também em outras instâncias da vida.

Observa-se que o processo de migração transforma radicalmente alguns territórios em detrimento de outros. Todavia, não é apenas esta esfera que se modifica. O deslocamento dos indivíduos na busca por trabalho transforma o tecido social da população destes territórios.

---

<sup>11</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

Santos aponta que:

O fenômeno das migrações aparece, portanto, estreitamente ligado ao da organização da economia e do espaço, vistos de um ponto de vista dinâmico. Essas migrações são uma resposta a situação de desequilíbrio permanente e contribuem para agravar esses desequilíbrios econômicos e espaciais, geralmente em favor de zonas já evoluídas. (SANTOS, 1996, p.33)

Desse modo, nota-se que a migração elucidada o desequilíbrio do sistema econômico ao passo que indivíduos sentem a necessidade de se lançarem a outros lugares para garantirem a sua existência e de sua família, ponto fundamental na compreensão da *mobilidade do trabalho* como mecanismo de identificação de momentos de menor fluidez de capital.

Com relação a esta mobilidade do trabalho cabe destacar um aspecto que, de certa forma, diferencia o início do século XX de outros períodos. Marx, ao denominar a *massa industrial de reserva*, e todos os seus desdobramentos frente à classe trabalhadora, presencia um período em que a mobilidade do trabalho não é fluida como nos dias atuais; essa menor fluidez mascara possíveis diferenças entre postos de trabalho e mão de obra, pois ao passo que os postos de trabalho não se materializam nos lugares onde há trabalhadores/as ociosos/as, há um descompasso entre demanda e procura, que, por sua vez, mascara a real dimensão desta *classe industrial de reserva* em nível mundial

Hoje, esta *classe industrial de reserva* é mensurada de forma extremamente precisa, igualmente os postos de trabalho e os lugares onde se encontram. Assim, notam-se as ondas migratórias destes/as trabalhadores/as para locais onde há trabalho. Cabe destaque para a rede de informações, própria deste período, que sustenta estas migrações. O que é importante ressaltar é que no atual período pelo qual passa o mercado produtor de mercadorias globalizado e em crise, a *classe industrial de reserva* não possui a possibilidade de emprego em outras partes do país. Isso é levado à escala macro, pois casos isolados são sentidos mesmo neste período de crise.

Outro ponto importante, tendo em vista o fluxo de trabalhadores/as em busca de um trabalho, passa pela qualificação técnica dessa mão de obra. Hoje, os/as trabalhadores/as vindos/as de outras partes do país, com exceção de alguns/algumas trabalhadores/as de regiões do ABCD Paulista e parte dos Estados do litoral, não possuem qualificação técnica para assumirem, de imediato, um posto de trabalho na MMCB tendo que buscar uma qualificação técnica em uma das várias instituições de ensino, nesta área, que dão suporte à rede de empresas neste setor. Portanto, estes/as trabalhadores/as vindos/as de outras partes do território

nacional objetivando um posto de trabalho não possuem nenhuma garantia de adquiri-lo nestes territórios em processo de industrialização.

Neste capítulo, analisar-se-á a vida dos/as trabalhadores/as da MMCB no espaço da fábrica, as relações estabelecidas nesse espaço, e, também, a vida destes/as trabalhadores/as fora do ambiente fabril, e como o/a trabalhador/a lida com as demandas impostas pela lógica capitalista fora do ambiente de trabalho. Diante disso, observar-se-á, através das entrevistas, o olhar do/a trabalhador/a perante a relação de trabalho atual.

#### **4.1 Subjetividade e vida cotidiana dos/as trabalhadores/as**

Para embasar a caminhada deste trabalho necessário se fez buscar metodologicamente o conhecimento referente à apropriação da subjetividade do/a trabalhador/a que contemple todas as formas desta apropriação. Nesta busca, optou-se pela leitura realizada por Giovanni Alves, em que o mesmo ressalta que:

Ao tratarmos da subjetividade e da sua “captura”, referimo-nos não apenas à instância da consciência, mas às instâncias da pré-consciência e do inconsciente. As técnicas de manipulação utilizadas pelos aparatos midiáticos do sistema do capital buscam atingir o conteúdo oculto da pré-consciência e do inconsciente humano, como observou Marx e Engels, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante que constitui seus aparatos de dominação hegemônica pela manipulação midiática das instâncias pré-conscientes e inconscientes do psiquismo humano (ALVES, 2008, p. 142).

De um lado está o/a trabalhador/a, suas necessidades, seus anseios, suas vontades, seus medos, suas angústias. Do outro, está o capital, amparado pelo seu aparato composto pelas formas cristalizadas do trabalho que o potencializam, pela mídia que captura este/a trabalhador/a, criando necessidades, que, por sua vez, compõem a força de trabalho realizando a mercadoria, mesmo que essa não seja necessária a sua vida, a sua sobrevivência ou ainda não lhe pertença. O aparato do capital potencializa os meios de produção, e, também, efetiva a mercadoria em sua venda à classe que a produziu de forma alienada.

Novas necessidades do mercado produtor de mercadorias devem ser atendidas com a captura da subjetividade dos/as trabalhadores/as, algo que o modelo capitalista rígido da primeira metade do século XX não conseguiu na totalidade. Assim.

Controlar atitudes comportamentais tornou-se a meta dos treinamentos empresariais, mobilizando valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que atuam nas frequências intrapsíquicas do inconsciente e do pré-consciente. Os consentimentos espúrios que compõem a hegemonia social do toyotismo têm na emulação pelo medo, um dos afetos regressivos da alma humana, um

dos seus elementos cruciais. Aliás, o sócio-metabolismo da barbárie é uma ‘fábrica do medo’ que, enquanto afeto regressivo que atua na instância do pré-consciente e do inconsciente, torna-se a ‘moeda de troca’ dos consentimentos espúrios das individualidades de classe. A função estrutural da barbárie social é a produção simbólica do medo como afeto regressivo da alma humana. (ALVES, 2008, p. 143, grifos do autor).

Alves, ao destacar o medo como moeda de troca do inconsciente, reflete o já mencionado medo dos/as trabalhadores/as em um mercado de trabalho tomado pela subalternização, repressão, em que o medo provoca aos/as trabalhadores/as a reação de domesticação em vez de potencializar a reação de confronto. Em parte, pela inércia ou domesticação do movimento sindical.

Este cenário compõe as relações encontradas na MMCB, em que, em meio à crise que leva, segundo o IBGE (2017), mais de 13 milhões de desempregados às ruas, o medo do desemprego toma de assalto os funcionários desta montadora, docilizando-os e submetendo-os a uma lógica de produção que extrapola os limites anteriores. Ao indagar o entrevistado Pedro<sup>12</sup> sobre o ritmo de trabalho, se seria constante, o mesmo respondeu que “é confuso falam que é crise, tem hora que a esteira para, aí tem hora que passamos o mês inteiro fazendo horas extras” (Pedro). Com a demissão de cerca de 550 funcionários (SIMECAT, 2016), a empresa fez com que os/as trabalhadores/as remanescentes aumentassem proporcionalmente os níveis de produtividade, elevando assim o lucro percentual da empresa, mesmo em um momento de crise, apropriando-se eminentemente do medo do desemprego que assolava o chão da montadora em meados do ano de 2016.

Cabe enfatizar, a partir do conjunto de fatores apresentados aqui, que a relação entre a crise constante do capital com a sujeição do trabalhador pelo medo faz parte do complexo de apropriação do indivíduo genérico que trabalha para além do espaço fabril. O/a trabalhador/a não se despe do medo ao sair do ambiente da fábrica, pelo contrário, ele carrega para o ambiente de convívio social a insegurança promovida pelos momentos de instabilidade econômica, muitas vezes decorrentes de fatores globais.

Nesse processo promovido pela crise constante do capital, o medo se torna a ferramenta fundamental para a sujeição do/a trabalhador/a ao capital no limiar do século XXI, possibilitando ao capital apropriar-se do/a trabalhador/a de forma física e mental. E, ao superar essa barreira, o capital consegue, também, superar a barreira de apropriação do/a trabalhador/a para além do ambiente fabril, impondo novas fronteiras de apropriação a serem desveladas.

Assim, conforme Alves:

---

<sup>12</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

A produção do capital nas condições da ‘acumulação flexível’, ao se constituir por meio da ‘captura’ da subjetividade do trabalho, instaura um campo inédito de contradições sociais que colocam novas possibilidades de ‘negação da negação’. Mesmo com seu estatuto precário, a subjetividade como instância da atividade prático-sensível do sujeito humano é constituída, em si, tanto pela *personalidade mental* quanto pela *corporalidade viva*. Estas são dimensões inalienáveis do sujeito, cuja separação é meramente heurística. Nas condições do trabalho estranhados, a *desejetivação* intrínseca à lógica do trabalho capitalista, atinge as duas dimensões da subjetividade humana. As doenças do trabalho *toyotizado* são doenças psicossomáticas com impactos dilacerantes da instância psíquica e na corporalidade viva. (2008, p. 166, grifos do autor)

Acompanhando esta formulação de Alves destaca-se que países de terceiro mundo com grandes populações são mais atraentes ao capital, e uma clara divisão de classe dentro deste territorial se faz essencial, como provedora do capital e até mesmo para trabalhar junto ao Estado na consolidação dos objetivos do capital. Ainda cabe destaque para a mídia, um importante meio de contingenciamento das ações operárias.

A própria crise estrutural do capital serve de combustível para que a mídia fortaleça o medo do desemprego dentro da classe trabalhadora. Ao atingir a dimensão da subjetividade do/a trabalhador/a o capital, via as estruturas materializadas em países de capital hipertardio, alcança os ambientes externos à fábrica. É através da apropriação da subjetividade do/a trabalhador/a que o capital atinge as dimensões do espaço vivido do/a trabalhador/a. O/a trabalhador/a que exerce uma atividade preestabelecida, somada às necessidades de produção sempre que necessário, em um ritmo da máquina, leva através do seu medo, das suas necessidades e dos seus desejos a empresa para dentro das atividades fora do ambiente fabril.

Ao indagar a um operário sobre suas atividades externas à fábrica o mesmo brincou dizendo que: “Cara, não tenho ânimo pra nada. Não tô brincando, tem dias que vou dormir mais cedo. Nem namorar mais minha mulher tenho vontade. Chego, deito no sofá e quando minha mulher pede pra fazer alguma coisa fico grilado. Eu faço, mais contrariado. (Diário de Campo, p.12-13, 2016).

Ainda sobre as atividades que ele tinha que realizar depois do expediente o operário disse: “No fim de semana é tranquilo eu ajudo ela. Na sexta vou pro futebol, no sábado saímos de vez em quando”. Mais na sexta você também não está cansado? Estou, mais só de saber que no sábado eu não tenho que trabalhar já é um alívio. E no domingo, o que gosta de fazer? “Nada, de vez em quando vou na feira, lavo o carro”. Você sai na noite do domingo? “Não, nem bebo, durmo cedo, na segunda é rala”. (Diário de campo, p.13, 2016).

Observa-se que o ambiente externo à fábrica é afetado pela vida fabril. O mesmo operário que se diz exausto após as jornadas de trabalho consegue fazer outras atividades por saber que no dia seguinte estará de folga. Cabe uma ressalva para o relacionamento pessoal deste com o cônjuge. A relação familiar também é afetada diretamente pela fadiga do corpo que se submete a ritmos de trabalho exaustivos.

Portanto, nota-se que o toyotismo inaugura uma fase em que os limites de apropriação são transpostos, transformando as relações do mundo do trabalho. Alves destaca que o sofrimento inerente à intensificação da rotina de trabalho desvela as mutações inerentes ao modelo toyotista de produção. Assim,

[...] a intensificação do ritmo de trabalho e da racionalização do trabalho estranhado que ocorre com o toyotismo (o que explicita o elemento de continuidade entre taylorismo – fordismo e toyotismo). Na verdade, sob o toyotismo, a politécnica se interverte em polivalência que se expressa pela intensificação das rotinas de trabalho. No local de trabalho toyotizado, o sofrimento tende a se alargar, deslocando-se para a mente e imprimindo seu estigma no corpo (deste modo, a “compressão psicocorporal” se interverte em compressão/esmagamento do corpo pela mente/cérebro, negação da efetividade humano-genérica pela alimentação/estranhamento em alto grau). Em vista disso, proliferam os surtos de estresse, LER (lesões por esforços repetitivos) e as novas doenças psicossomáticas. Além da intensificação do trabalho e do sofrimento psíquico, o toyotismo contém elementos de *dessocialização*, decorrente do contexto histórico e de desenvolvimento que ele tende a expressar no tocante ao movimento do capital. Ele é parte da barbárie social que representa o modo de produção capitalista nessa etapa de desenvolvimento (o desemprego e a precarização do estatuto salarial são exemplos desta *dessocialização*). Como mais um elo contraditório, a *dessocialização* tende a comprometer a disposição/subsunção de novo tipo mente-corpo que o toyotismo tente instaurar. Por isso, a flexibilização tende a aparecer como dilaceração e auto-flagelação inconsciente do corpo (ela é constatada, por exemplo, pelo imaginário sócio-reprodutivo das novas gerações de força de trabalho, das representações do corpo transgredido, dos *piercings* e das tatuagens que cativam os jovens, expressão do corpo ocupado, tentativa de dar novas significações a uma corporalidade impossível). (ALVES, 2008, p. 171, grifos do autor).

Alves (2008), ao lançar luz à “dilaceração e auto-fragelação inconsciente do corpo”, reflete um/a trabalhador/a eminentemente já nascido/a no período pós Reestruturação Produtiva e que hoje compõem o corpo laborativo de diferentes empresas, com um olhar direcionado pelo toyotismo.

Ao conversar com um ex-funcionário que trabalhava (foi demitido no final do ano de 2016) na área de funilaria o mesmo disse que já havia trabalhado doente.

Na minha área os carros saem amassados com pingos de soldas sem acabamento e temos que retrabalha-los antes da pintura... Eu só conseguia

limar o carro<sup>13</sup> com o braço direito... Quando machuquei o este braço tive que aprender com o braço esquerdo. Trabalhei com o braço esquerdo por um tempo até o outro melhorar, mais não falei nada pro supervisor. (José<sup>14</sup>, novembro de 2016).

Ao ser indagado sobre o porquê de não ter falado com seu supervisor, o mesmo respondeu: “Eu já tinha acostumado com aquela área, se eu falasse iriam me tirar de lá e mandar para um lugar pior. Ou eu teria que entrar de licença e poderiam me mandar embora depois que eu voltasse.” (José)

O mais interessante é que este funcionário tinha apenas 26 anos de idade. Não possuía filhos e morava com os pais. Este jovem trabalhador, com ensino médio completo, já nasceu em meio a um mercado formal de trabalho degradante.

Esta dilaceração inconsciente do corpo pelo toyotismo apropria-se dos indivíduos a tal ponto que a ressignificação das formas de agir dos mesmos, muito presente nos jovens, apresenta-se como uma forma a ser adequada para o mundo do trabalho, demonstrando que a estrutura ideológica construída para sustentar o toyotismo e que perpassa a família, a escola, os ambientes de lazer e mesmo o ambiente de fábrica forja indivíduos automutiladores. A construção social das mentes desses jovens operários passa ainda pela domesticação do corpo, para que uma simples ida ao banheiro para realização de necessidades fisiológicas seja planejada.

Os trabalhadores da MMCB devem, também, planejar suas necessidades fisiológicas ao ritmo da linha de produção. Para que o funcionário possa se deslocar do seu posto de trabalho até o banheiro, o mesmo deve “ou adianto o meu serviço, aí dá tempo de ir e voltar, ou deixo pra ir quando a esteira parar, geralmente vou no horário de almoço”. (Maria<sup>15</sup>).

Este é o cenário da vida de um trabalhador da MMCB, que por vezes dociliza a vida deste penalizando seu corpo em detrimento da garantida de continuar trabalhando. O que muitas vezes não se verifica tendo em vista os momentos de demissões periódicas, próprias de momentos de aprofundamento da crise permanente do capital.

Esta apropriação da forma de agir de uma sociedade define o grau de apropriação de uma determinada comunidade. Catalão-GO concentra uma rede de educação voltada para o setor automobilístico que ao formar o/a trabalhador/a do futuro o modela mentalmente para o devido fim, apregoando a necessidade de um indivíduo responsável, proativo, sem vícios,

---

<sup>13</sup> Parte do processo de retirada dos amassados da estampa do veículo.

<sup>14</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

<sup>15</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

altamente capacitado e que “entenda” a importância de possuir todas estas características frente a um mercado competitivo mundializado. Assim,

[...] o novo complexo de reestruturação produtiva do capital que ocorre sob o espírito do toyotismo, a nova “ideologia orgânica” da produção capitalista, implica não apenas inovações tecnológico-organizacionais, mas inovação sócio-metabólicas que ocorrem pela disseminação de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado e a constituição do precário mundo do trabalho. A reestruturação produtiva do capital atinge *não* apenas locais de trabalho, mas principalmente espaços de reprodução social. É por meio das novas práticas sócio-metabólicas que se constitui a subjetividade do trabalho vivo capaz de articular os novos consentimentos espúrios do trabalho. As novas práticas sócio-metabólicas da sociedade neoliberal tendem a constituir “subjetividades precárias” ou “subjetividades em desefetivação” atingindo pelo estresse. (ALVES, 2008, p. 172, grifos do autor).

Portanto, o movimento de reestruturação produtiva que se efetiva no toyotismo, em resposta a um momento de menor fluidez de capital, encontra na apropriação pelo medo da subjetividade do ser genérico que trabalha as condições de controle social necessárias à permanência do capitalismo como modelo econômico com potencialidade mesmo em se tratando dos/as trabalhadores/as de uma montadora do interior de um país de capitalismo hipertardio. Ao atingir os espaços de reprodução dos/as trabalhadores/as, através da apropriação do inconsciente do/a trabalhador/a, o capital atinge uma nova fronteira com grandes potencialidades. Potencialidades que garantiram até o momento a manutenção do modelo capitalista de produção.

#### **4.1.2 O Embrião da Necessidade à Apropriação da Subjetividade**

Alves (2006, p. 91) explica que: “O toyotismo se articula para a consecução de seus dispositivos organizacionais contingentes (just-in-time, kan-ban, CCQ, kaizen, etc), através da construção de uma subjetivação específica, própria de um precário mundo do trabalho.”

Nesta vertente, pontua-se que, apesar do Toyotismo inaugurar este novo nível de apropriação do indivíduo, a potencialidade desta apropriação não se faz sentir nos primeiros momentos de sua vigência. Sendo, portanto, passível de ser verificadas implicações novas, mais próprias desta transfiguração cotidianamente até os dias atuais.

Estas transfigurações dinâmicas na forma de apropriação do/a trabalhador/a impedem uma ação contundente tendo em vista que a apropriação do/a trabalhador/a nesta “nova” esfera, apesar de ser verificada em grande parte no conjunto de contradições internas e próprias do sistema capitalistas, inviabilizam uma compreensão totalizante, pois as leituras incompletas não subsidiam as ações contrárias a este movimento.

Assim, a captura da *subjetividade* operária transcende hoje os limites das fábricas, atingindo as famílias, as comunidades, a sociabilidade já pulverizada pelas estruturas produtoras de mercadorias que antecedem o toyotismo, emitindo sempre a atual forma de apropriação do trabalho e dos/as trabalhadores/as em níveis inelegíveis para as condições de análises atuais.

Este ponto se faz importante, pois esta análise que agora se materializa a respeito das formas de apropriação da classe trabalhadora se dá em resposta a um conjunto de fatores e formas que se apresentaram à sociedade a partir da década de 1970. Sendo, portanto, uma descrição de algo que já está em andamento, ou, no máximo, uma prospecção do que poderá ocorrer. O dinamismo do capital por sua vez impõe a cada momento novos arranjos, ou arranjos cada vez mais maduros do ponto de análise da apropriação da força de trabalho. Em outras palavras, as leituras políticas, econômicas, sociais dos momentos de aprofundamento nas crises periódicas do capital se dão em um momento posterior a sua efetivação

A *força* antagônica ao modelo capitalista em sua eterna fase adolescente<sup>16</sup> luta contra um *moinho de vento*<sup>17</sup> do passado, acreditando fielmente que ao derrotar este *dragão* os problemas sociais se esvanecem. Contudo, há uma incoerência temporal, pois a luta se dá para a classe trabalhadora em uma esfera temporal diferente da luta do capital, sendo, por isso, equivocada. A luta que se trava hoje, apenas de um lado, constitui-se atual. O capital, na maior parte das vezes, já se reinventou frente às lutas atuais da classe trabalhadora.

Harvey, em sua última obra, esclarece que a resposta a um momento de crise está sempre prenhe das contradições do próximo momento de menor fluidez de capital. Isso exemplifica esta análise, pois em meio à resposta do capital se apresenta uma nova causa do momento seguinte de menor fluidez, e mesmo assim as forças antagônicas ao modelo capitalista não avançam, da forma e na velocidade próxima às mutações presenciadas, nas últimas décadas, pelo sistema capitalista. A incapacidade da classe trabalhadora em dar resposta é que alimenta os ciclos do sistema capitalista.

Embora necessária, limitar-se-á esta análise ao contexto temporal de embate entre a classe trabalhadora e o capital, pontuando como necessária, mas incapaz, no atual momento, de responder de forma estrutural ao anseio da classe trabalhadora no caminho da superação do complexo estrutural sistema produtor de mercadoria capitalista.

---

<sup>16</sup> Entendendo aqui “a força antagônica eternamente adolescente” como sendo a imaturidade da organização da classe trabalhadora.

<sup>17</sup> Moinho de vento remonta uma leitura de Dom-quisote e os moinhos de vento.

Prepositivamente, acredita-se que vêm surgindo leituras bem próximas das necessidades da classe trabalhadora. Harvey, no ano de 2014, escreve um livro que vem nesta direção. “As 17 contradições e o fim do capitalismo” demonstra ao ver desta investigação um avanço nas leituras atuais de um sistema capitalista potencialmente limitado. Pontuando as fissuras do sistema capitalista, Harvey elucida elos de fragilidade atuais. Neste caminho, observar-se-á como propositura deste trabalho esta estratégia como potencialidade de sustentação dos embates entre a classe trabalhadora e o capital.

Para Antunes (1995, p. 34), “Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.”

Portanto, o toyotismo carregou o embrião da necessidade da apropriação da subjetividade do indivíduo que trabalha. Hoje este limite vem se verificando. Cabe às leituras posteriores identificar as fissuras desta apropriação, os elos frágeis, as contradições próprias do sistema capitalista e que carrega consigo, como Mészáros esclarece, os limites do capitalismo.

Assim, para o referido estudo, o embrião da apropriação da classe trabalhadora que atinge a subjetividade do/a trabalhador/a, da forma que se faz sentir na atualidade, nasce no período designado como Toyotismo. É com a emergência desta forma reestruturada de gerência das estruturas produtoras de mercadorias que se estabelece a apropriação da subjetividade do ser genérico que trabalha. Entendendo esta apropriação como sendo a forma adotada pelo sistema do capital na busca constante pela superação de sua crise estrutural, utilizando a força de trabalho irrestrita de cada trabalhador/a. A apropriação de uma classe trabalhadora enxuta, com potencialidade tecnológica/informacional, visa, no atual momento, superar as barreiras da fábrica, fazendo com que o/a trabalhador/a “doe”, mais do que em qualquer outro momento da história, sua vida ao mercado produtor de mercadorias.

#### **4.1.3 Apropriação da Subjetividade do Indivíduo que Trabalha**

Os que no regime burguês trabalham não lucram e os que lucram não trabalham (MARX; ENGELS, 1998)

As transformações espaciais, oriundas das tramas do capital e aceleradas a partir do movimento de Reestruturação Produtiva, trouxeram para a classe trabalhadora do Sudeste do Estado de Goiás novas relações através do trabalho. Intensificou-se a disputa entre capital e trabalho, transformando com esta todo o tecido social deste território.

Para Mendonça,

As transformações espaciais, decorrentes das mudanças aceleradas pela Reestruturação Produtiva do Capital, expressam uma agudização das contradições, redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. A estratégia do capital, que se efetiva em novas formas de controle social, devido às alterações no conteúdo das classes sociais, forjadas no enfrentamento do capital e do trabalho, implica em novas arrumações espaciais, produto-produtor da *contradição viva* e, portanto, também condição para emancipação social. (2004, p. 416, grifo do autor)

Esse processo de apropriação, a partir de um momento histórico específico como foi o da Reestruturação Produtiva, redefine todo o tecido social tendo em vista que as frações da sociedade possuem diferentes *sentidos para o trabalho* oriundos de um contexto de formação próprio de cada indivíduo.

A resistência da classe trabalhadora se revela através das contradições do capital, sentidas no decorrer das transformações espaciais do movimento de Reestruturação Produtiva. Caminhando nesta direção, observa-se que o enfrentamento da classe trabalhadora na atualidade se dá principalmente frente à necessidade de melhoria de salário, sem que haja um enfrentamento frente a questões importantes como o avanço do ambiente fabril para a vida do/a trabalhador/a.

Esta estrutura perpassa e ganha fôlego no aparato do Estado. Aqui, entende-se o Estado como apresentado no primeiro capítulo, o mesmo Estado que após a diminuição dos níveis de circulação de capital a partir de 2006 nos EUA interveio de forma a tentar garantir aos investidores taxas de lucros crescentes. Sendo, portanto, o complexo arranjo estrutural do capital que atinge, como muito bem coloca Alves,

[...] a objetividade e a subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados. O eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a ‘captura’ da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. É a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção. (2008, p. 120, grifo do autor)

Portanto, a Reestruturação Produtiva proporcionou como resultado a captura da subjetividade do indivíduo que trabalha. A análise desta captura deve ser entendida de forma a possibilitar a compreensão das várias formas de apropriação do ser genérico que trabalha. O/a

trabalhador/a do chão de fábrica, o/a engenheiro/a, o/a encarregado/a, o/a ponta de diamante<sup>18</sup>, o/a faxineiro/a terceirizado/a, a cozinheira, todos são afetados pelo medo de que estrutura empresarial (MMCB) migre para outro território.

Engloba o cotidiano do/a trabalhador/a, a sua vida fora do ambiente fabril. Todavia, esta relação que se estende para fora dos limites da fábrica se inicia dentro da mesma, na relação cotidiana do trabalho repetitivo. O/a trabalhador/a que passa vinte anos em um número reduzido de funções no chão da fábrica percebe que não conseguirá executar aquela atividade rotineira em nenhum outro lugar externo à estrutura na qual o mesmo se encontra. Da mesma forma que dificilmente conseguiria remuneração equivalente na execução desta função, que em nada se assemelha com uma profissão que poderá exercer fora do ambiente da linha de produção de uma montadora. Esta relação dentro do ambiente fabril é que possibilita a apropriação do indivíduo genérico que trabalha para além dos limites da fábrica.

Todo esse arranjo demonstra uma fase da apropriação dos/as trabalhadores/as da região do município de Catalão, pode-se citar, ainda, a dependência desta região à estrutura capitalista que atinge todas as esferas da vida dos/as trabalhadores/as da região para além do chão da fábrica. A pujança econômica promove o aumento no número de empresas satélites que compõem a rede de sustentação do complexo industrial da MMCB, bem como redes de hospitais, tendo em vista que os funcionários da MMCB possuem planos de saúde, de ensino particular nos mais diferentes níveis, sendo importante destacar a rede “S” de ensino profissionalizante, que vem para dar sustentação à qualidade da mão de obra.

O/a trabalhador/a se depara com um “mundo de oportunidades” em grande medida proveniente da instalação do complexo industrial ligado à MMCB. Mundo este que cerca a vida e o cotidiano do/as trabalhadores/as efetivados/as, dos/as trabalhadores/as não efetivados/as, mas que exerce a pressão necessária para colocar os/as efetivados/as na lógica de buscarem sempre a excelência no trabalho prestado, tendo eles/elas a convicção que os/as trabalhadores/as não efetivados/as (mercado industrial de reserva) poderão ser convocados/as a qualquer momento.

Neste caminho, Marx afirma que:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um

---

<sup>18</sup> Ponta de Diamante. Nome dado aos quatro líderes de cada área da montadora de veículos MMCB. São funcionários diretores da empresa que compõem a estrutura de gerenciamento. São os líderes imediatos de um grupo de trabalhadores. Remete-se ao símbolo da empresa.

exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 2001, p. 735).

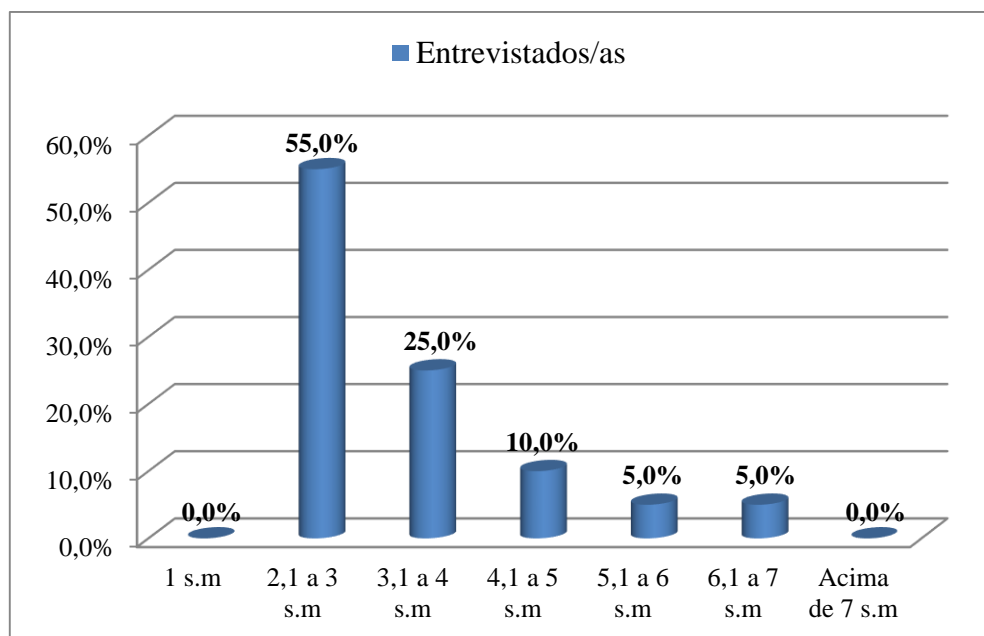
Essa apropriação transcende os limites físicos da fábrica, e também, e com maior intensidade, os limites imateriais da vida do/a trabalhador/a. Lazer, educação, esporte, desejos, obrigações, necessidades são alguns dos aspectos presentes nas entrevistas dos/as trabalhadores/as e que nos dão a real envergadura do capital frente ao trabalhador/a. Reorganização geográfica, consumo global e de massa, mundialização do capital e homogeneização social não mais conseguem responder aos anseios do sistema produtor de mercadorias. Remédios já utilizados pelo sistema do capital em outros períodos dificilmente surtem algum efeito positivo na estrutura de um momento posterior de menor fluidez de capital. O que se percebe, algumas vezes, são melhoras de curta duração, postergando a agonia de um sistema que não se sustenta de pé sem que se consiga identificar um remédio que cure a doença da limitação do movimento de expansão.

Hoje, observa-se a adoção da total desregulamentação do trabalho, apropriação total do/a trabalhador/a, contudo, como muito bem coloca Harvey (2011), esta solução paliativa se constitui na semente geradora do próximo momento de menor fluidez de capital. As limitações observadas atualmente serão temporariamente quebradas por este modelo que o mundo do trabalho começa a experimentar. Todavia, o/a trabalhador/a possui limitações próprias da condição humana. Estas limitações certamente serão verificadas pelo capital, quando o próximo potencial produtivo e de consumo se apresentar na forma de outro momento de menor fluidez de capital.

Hoje, observa-se a apropriação do/a trabalhado/ar enquanto indivíduo portador de potencialidades necessárias à reprodução capitalista. As características particulares, o tempo, os anseios, as vontades e os medos são apropriados em prol da necessária superação dos atuais índices de lucratividade dos capitalistas. Entretanto, esta apropriação, apesar de global, constante e progressiva, constitui-se hoje na fase atual do período de acumulação flexível do capital.

A apropriação do indivíduo genérico que trabalha se dá quando o/a trabalhador/a se submete a trabalhar com dor para não sofrer retaliações, se dá quando, em ambiente de lazer, o tema vai ao encontro das demandas das atividades laborais que desempenham.

Gráfico 4 - Rendimento mensal (Salário Bruto)



**Fonte:** questionário aplicado na pesquisa

Este gráfico demonstra os ganhos mensais dos/as trabalhadores/as entrevistados nesta pesquisa. Nota-se que 90% dos/as funcionários/as entrevistados/as recebem mais de 2,1 salários mínimos mensais. Isso mostra que a remuneração dos funcionários diretos da MMCB é superior à média nacional, que foi de R\$ 1.853 no ano de 2015 (IBGE/PNAD, 2016).

O rendimento dos trabalhadores/as possui papel central nesta pesquisa, tendo em vista que este se constitui na centelha geradora de todo o processo de apropriação da classe trabalhadora. É o salário que garante o poder de compra destes indivíduos, é o salário que estabelece aos trabalhadores/as com emprego um patamar superior em referência aos trabalhadores que nesta hora margeiam estes postos de trabalho. É a necessidade de se ter um salário que coloca o ser genérico que trabalha a mercê das vontades de um mercado insaciável. Apropriando através deste instrumento dos trabalhadores/as de forma nunca antes sentidas. Assim, apesar do salário baixo efetivado pela MMCB, os trabalhadores/as, em grande medida, vindos de várias partes do Brasil almeja o poder de compra dele proveniente.

#### 4.1.4 Apropriação da Subjetividade no Chão da Fábrica

O dia começa, bate-se o ponto entre as 7h e 7h30min. Os/as trabalhadores/as vão para o posto de trabalho correspondente a cada um. A esta altura a linha (esteira) já está em movimento. Ao chegar ao local de trabalho, já se apresentam as demandas estabelecidas pela imposição da esteira de Ford. Carro após carro vai passando. O ritmo aumenta e diminui sem a necessária compreensão dos operários, pois as tarefas, ora mais complexas ora de menor intensidade, fazem com que desconheçam o aumento gradativo da velocidade da linha de

produção. Os músculos se contraem e se alongam até a hora em que o intervalo do almoço chega, muitas vezes, sem que o operário tenha a clareza do tempo que passou. Muitos otimizam o tempo do intervalo do almoço fazendo a higienização das mãos, indo ao banheiro e até mesmo organizando seu lugar de descanso antes do intervalo do almoço, conciliando a velocidade da esteira com essa organização.

O intervalo para o almoço é diferente para trabalhadores de diferentes setores, seguindo sempre o ritmo da linha de produção. Os que se localizam no início da linha de montagem, onde se encontram a solda e funilaria almoçam primeiro. Enquanto na linha de montagem se verifica um vazio, os demais setores seguem-no indo setor por setor almoçar.

Quando passam os sessenta minutos do intervalo do primeiro setor os demais continuam indo para o restaurante, estrategicamente localizado na planta da empresa, enquanto os primeiros já retornaram e já começaram a preencher o vazio na linha de montagem. Todavia, para os funcionários de áreas finais do processo produtivo, os carros que os mesmos irão trabalhar já se encontram em movimento indo para a sua respectiva área, obrigando-os a estarem presentes ao término de sua uma hora de almoço.

Pode-se então apresentar mais um ponto de apropriação do ser genérico que trabalha pelo modelo produtor de mercadorias: a esteira domestica as vontades. O/a trabalhador/a almoça quando a produção permite, nem um minuto antes nem um minuto depois.

Ele/a almoça rapidamente buscando conciliar em sua uma hora de intervalo o almoço e o descanso. O almoço é balanceado, pois, através de empresa terceirizada, são contratados nutricionistas que atestam a qualidade garantindo um cardápio repleto de legumes e verduras. Muitas queixas se apresentaram com relação à comida que é um fato muito discutido no chão da fábrica entre os funcionários. Segundo esses, “o pessoal que faz a comida coloca salitre<sup>19</sup> no feijão”... “para que ele cozinhe mais rápido”... (Ricardo<sup>20</sup>)o que também aumenta a sensação de saciedade, mas deixa o estômago mais lento na digestão. A comida da empresa é diferente da comida de casa, onde os gostos e desejos são atendido, às vezes, com comidas que compõem a cultura de cada um, diferente da comida da empresa que só tem como intuito nutrir o/a trabalhador/a com os nutrientes necessários para que o corpo continue produzindo.

Após o almoço, parte dos funcionários procura lugares para descansar, alguns jogam baralhos, outros fazem ligações e há aqueles que precisam sair da empresa para resolverem assuntos externos. O que é permitido, desde que o retorno seja no prazo do intervalo do almoço.

---

<sup>19</sup> Nitrato de potássio (KNO<sub>3</sub>).

<sup>20</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

Todavia, o maior número de trabalhadores/as busca se deitar em pedaços de papelões retirados das caixas de insumos. Alguns já deixaram tudo organizado mesmo antes de irem para o almoço, claro, sem a consciência dos supervisores que zelam pela limpeza da empresa. Neste momento observa-se uma estratégia do corpo diante da programação do trabalho: uma rápida fuga do mundo do trabalho, uma pausa para o corpo cansado, um cochilo onde se sonha com outro lugar. A falta de condições mínimas para o descanso do/a trabalhador/a revela que esta não é prioridade, exigindo estratégias daqueles que necessitam de repouso por alguns minutos.

A linha indica, rapidamente, a hora do regresso. Mais uma vez carros se avolumam na linha, tendo todos que serem trabalhados no ritmo maquinalmente descompassado pelo corpo fadigado. Para os/as trabalhadores/as que almoçaram primeiro a fome chega bem antes do término da jornada de trabalho. Os que conseguiram esconder da vigilância impiedosa dos supervisores um dos dois pães do café da manhã encontram um alívio, os que não conseguiram ou aqueles cujos organismos já se “adaptaram” aguardam o término da jornada, às 17h08min. Enfim, a saída está próxima. Não há um lanche servido nos intervalos entre o almoço, nem na parte da manhã e nem da tarde. O ritmo intenso de trabalho não é recompensado com um reforço na alimentação, o que contribui para deixar o corpo ainda mais fadigado.

Ao se aproximar o horário de saída, o trabalhador passa a conciliar o trabalho da linha de montagem, que na maior parte das vezes se intensificou no decorrer da jornada diária, com a limpeza e organização de sua área de trabalho. Tudo isso frente ao acúmulo do cansaço de um dia inteiro de trabalho. Às 17h08min os trabalhadores começam a registrar o dia de trabalho em um relógio biométrico eletrônico (Ponto eletrônico).

Aos que vão para o trabalho de veículo próprio resta sair e buscar o caminho de suas casas ou de atividades corriqueiras de pais e mães de família. Aos que necessitam ou optam pelo transporte “disponibilizado” aos funcionários cabe esperar pela saída de todos os funcionários da empresa, para aí sim se deslocarem para pontos próximos de suas residências.

O tumulto na saída é grande. Na portaria principal aglomeram-se milhares de trabalhadores. Uniformes os mais diversos, pois em meio aos/as trabalhadores/as diretos/as também há inúmeros trabalhadores/as de empresas terceiras, bem como de diferentes setores, como por exemplo o pessoal que usa a camisa branca. Geralmente funcionários do RH ou do alto escalão da empresa. Em meio à multidão fica ainda mais evidente a divisão da classe trabalhadora pela cor de seu uniforme.

Todavia, para a maioria dos/as operários/as inicia a jornada externa à fábrica, mas que dará o respaldo necessário à sua permanência nesse ambiente fatigante, tanto para o corpo quanto para a mente. Parte destes/as funcionários/as são de municípios vizinhos, a estes resta

ainda uma jornada de regresso a seus municípios, para só então desempenharem atividades do cotidiano familiar, mas que assegurarão o retorno, no dia seguinte, à fábrica.

Há um outro grupo de trabalhadores/as para os quais a jornada se prolonga, estes se lançam em uma jornada de estudos no município de Uberlândia MG, cerca de 110 km de Catalão GO. A eles, ao saírem da fábrica resta, aguardar na portaria da empresa o transporte que os levará aos seus respectivos locais de estudo, sem nem mesmo ir até em casa para um banho ou uma refeição.

Não mais o/a trabalhador/a busca uma formação em filosofia, artes, música, mas sim, uma formação continuada em engenharia de produção, cursos técnicos e outros que atendam às necessidades da empresa e não necessariamente às dele. Realidade de muitos/as trabalhadores/as encontrados/as hoje no chão das montadoras de veículos instaladas em qualquer parte do mundo e que se poderá identificar através das entrevistas contidas nesse capítulo.

Para um dos entrevistados que percorre esta jornada de estudos o dia começa às 5h30min, toma banho e vai para o ponto de ônibus, às 6h45min já está no restaurante da empresa tomando café da manhã. Almoça às 11h45min, e, caso tenha alguma atividade da faculdade, adianta. O seu supervisor conseguiu que ele saísse do seu local de trabalho 15 minutos mais cedo para tomar banho, na própria empresa, e se arrumar para ir para a. Após bater o ponto às 17h18min ele vai para a portaria da MMCB para aguardar o ônibus. Às 17h20min o ônibus passa, e por volta das 19h chega a Uberlândia, onde permanece até às 22h40min. Chegando a sua casa às 1h30min janta e dorme, sem convívio familiar, sem descanso, sem lazer.

É necessário enfatizar que inúmeras atividades do dia a dia deste/a trabalhador/a devem ser desempenhadas por outras pessoas, seja esposa/marido ou por algum membro da família ou mesmo por um amigo. Sem este auxílio a jornada não conseguiria ser efetivada. Ou seja, pessoas do convívio destes/as trabalhadores/as exercem a função de reprodutores da jornada de trabalho deste/a funcionário/a direto, seja lavando seu uniforme, fazendo sua comida ou cuidando de atividades que garantirão sua presença no ambiente da fábrica no dia seguinte, aumentando a rede de sustentação do trabalho fabril.

Nesse sentido, todo o meio em que este/a trabalhador/a está inserido exerce papel importante na garantia de continuidade desta estrutura capitalista em Catalão (GO). Este meio deve ser compreendido, também, como uma superação dos limites impostos ao/a trabalhador/a no chão da fábrica, agora no ambiente social.

O espaço da fábrica carrega a materialização do trabalho, o acúmulo de conhecimento materializado nos meios de produção de um tempo histórico que precede o momento atual, mas

que servem como instrumentos para a superação de períodos de aprofundamento da crise estrutural do capital. Esta forma de trabalho materializado constitui-se, hoje, na estrutura organizacional necessária à fossilização da força de trabalho, viabilizando uma divisão interna ao espaço de fábrica

Existe uma divisão no lócus onde o trabalho se realiza, também entre quem define o que deve ser executado, quando deve ser executado, quem executa no momento preestabelecido mediado pelo resultado do trabalho oriundo de um tempo histórico diferente. Existe uma divisão padronizada, modelos uniformes são empregados aos/as trabalhadores/as com característica físicas e mentais diferentes, formações distintas; trabalhadores/as com compreensões diversas são colocados um ao lado do outro para executarem uma atividade repetida. É sabido que a capacidade vem sendo apropriada no que tange à multifuncionalidade. Contudo, a mesma não é levada em consideração para a massa trabalhadora, principalmente no que se refere à diversidade de ações de cada trabalhador/a.

A multifuncionalidade dentro do espaço da fábrica é compreendida como uma flexibilidade do/a trabalhador/a em executar inúmeras tarefas. Todavia, o mesmo trabalhador/a que hoje pode exercer inúmeras atividades carece de tempos distintos. O tempo gasto por um/a funcionário/a para executar uma tarefa não é o mesmo para outro/a trabalhador/a. Esta diferença não é levada em consideração pelos “donos do cronômetro”, acarretando fadigas a trabalhadores/as que não possuem as características físicas ou mentais para determinadas atividades.

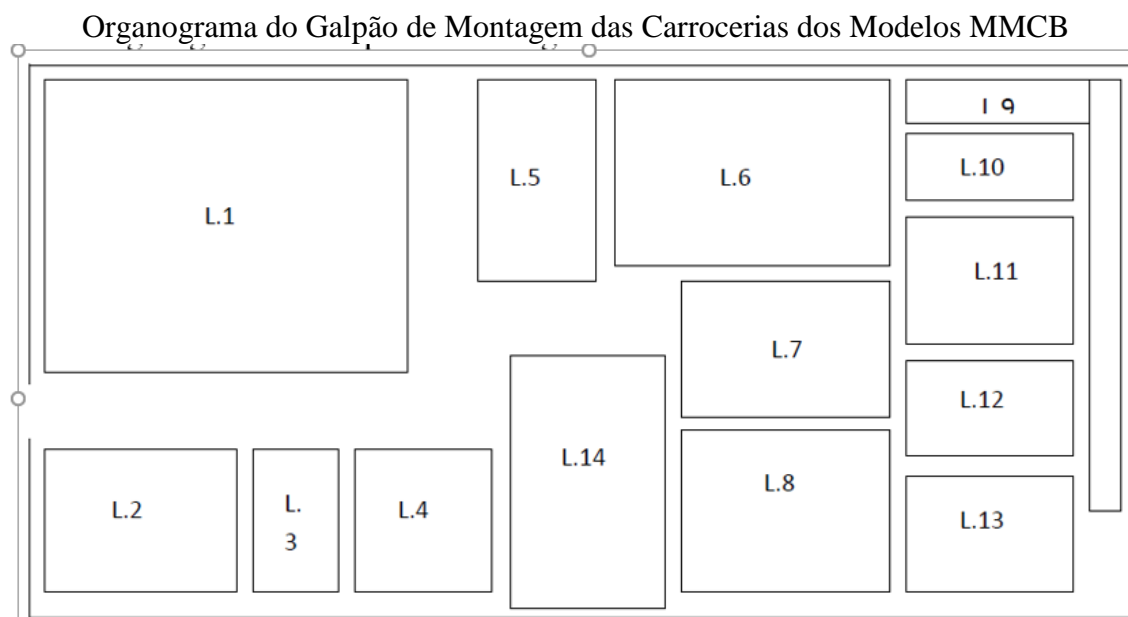
Essa divisão, a título de exemplo, inviabiliza trabalhadores/as com maiores dificuldades para exercerem determinadas funções a continuarem seus estudos, tendo em vista que a fadiga provocada por uma atividade padronizada, que o mesmo não se sente em condições de executar, cansa o corpo afetando-o para atividades fora ao ambiente da fábrica.

O mesmo trabalhador Ribamar, matriculado em um curso de Engenharia de Produção no Município de Uberlândia (MG), declara que quando é deslocado para uma atividade que não é acostumado o mesmo não consegue, na maioria dos dias, ir para a faculdade após o trabalho: “Quando o Lindolfo falta, o encarregado me coloca no lugar dele para montar portas, nestes dias eu não consigo ir pra faculdade. Só quando tem prova, aí tenho que ir.(...) Noutros dias, me colocam para qualidade, quando isso acontece nem durmo no ônibus.” (Ribamar, novembro de 2016).

Assim, o que se observa, além da divisão entre quem pensa e quem executa, nos dias atuais de flexibilização é a apropriação dos indivíduos causada por este modelo. Esta divisão se torna visível quando observadas as aferições cotidianas no espaço da fábrica. O engenheiro

de produção chega a determinado posto de trabalho com um cronômetro – velho e “bom” cronômetro de Taylor – aferindo o tempo de execução de todo o retrabalho das peças posteriormente alinhadas na esteira, tendo como base, unicamente, uma determinada peça analisada, quando na realidade as peças são resultado do trabalho de indivíduos que estão em processo de transformação. O estado de seu corpo, de sua consciência exerce reflexos no resultado de trabalho, possibilitando que as peças seguintes possam chegar ao posto de trabalho aferido com múltiplas imperfeições, obrigando o/a trabalhador/a deste posto a buscar soluções não mensuradas pelo engenheiro aferidor do tempo.

Para a proposta de compreender o resultado da atual divisão do trabalho, buscar-se-á identificar no contexto da MMCB esta divisão, contribuindo, assim, para a visualização de um dos inúmeros setores desta empresa.



**Fonte:** Santana, 2014, p. 36.

Este organograma descreve de forma simplificada a divisão física dos trabalhadores do setor de montagem da carroceria dos modelos Mitsubishi L200 Triton GL 2.4; Mitsubishi Pajero TR4; Mitsubishi Pajero Dakar; Mitsubishi L200, no ano de 2012, da empresa MMCB situada na cidade de Catalão – GO.

O mesmo visa contribuir com a compreensão da divisão física, bem como proporcionar ao leitor uma aproximação do cenário diário dos trabalhadores desta empresa. Neste sentido, compreende-se a letra (L) como sendo a linha de montagem e o número que se segue como sendo a divisão entre as linhas deste galpão denominado aqui como sendo G.1, por ser o primeiro contato dos trabalhadores com as peças pré-fabricadas em diferentes países.

L.1, Linha denominada de logística, a mesma é a responsável pelo recebimento das peças, divisão e encaminhamento destas para as linhas de montagens específicas; esta é considerada uma das principais linhas, pois ela supre de matéria prima todas as demais.

L.2, Linha denominada de serralheria: é a responsável pela fabricação de ferramentas, Gigue7, e demais meios necessários para o contínuo fluxo e produção.

L.3, Linha de retrabalho das portas e laterais com inconformidade no processo: esta responde pela parte de acabamento de algumas peças que saíram da primeira montagem com inconformidade.

L.4, Almoxarifado: responsável por fornecer materiais de limpeza, EPIs, produtos os mais diversos necessários ao processo produtivo.

L.5, Linha de montagem das portas e para-lamas do automóvel.

L.6, Linha de montagem L200 Triton.

L.7, Linha de montagem da carroceria do modelo Pajero Dakar.

L.8, Linha de montagem da carroceria do modelo Pajero TR4.

L.9, Esteira, linha por onde encaminham as carrocerias dos modelos do fim da montagem ou da solda até a primeira pintura. É, nesta linha, onde se colocam as portas, os para-lamas, bem como ocorre o acabamento (funilaria) de toda a carroceria antes da primeira pintura. Cabe destacar que os funcionários não têm o controle da velocidade desta esteira, sendo obrigados a acompanhar o acelerado ritmo da mesma. Caso ocorra algum problema que, a interrompe por alguns instantes, a mesma é programada para uma velocidade superior no retorno das atividades, visando a recuperação do tempo perdido no período em que a mesma ficou parada.

L.10, Linha de montagem das portas e para-lamas: esta montagem se dá em movimento, obrigando o trabalhador a uma ergometria intensa.

L.11, Linha responsável pela montagem (solda) das caçambas dos modelos de camionetes.

L.12, Linha responsável pelo acabamento das caçambas, antes da montagem.

L.13, Linha responsável pela entrega das carrocerias dos modelos a primeira pintura - a mesma também responde por pequenos ajustes (pontos de inconformidades) que tenham ocorrido durante todo o processo.

L.14, Este setor da empresa, também denominado aqui de linha de montagem (L.14) 7 Suporte das peças no momento de montagem das partes integrantes da carroceria. 37 refere-se ao departamento de Recursos Humanos (RH) de parte da empresa. Nota-se, por meio deste que, nem mesmo setores “superiores” da divisão atual do trabalho saem da lógica estruturante da atual divisão do trabalho. (SANTANA, 2014, p. 35-36, grifo do autor)

Esta “adequação” dos indivíduos no chão da fábrica compreende uma forma de apropriação da subjetividade do/a trabalhador/a proveniente de uma ação objetiva. A necessidade do modelo mundializado não leva em consideração as diferenças dos/as trabalhadores/as.

Esta divisão do trabalho apropria-se de uma função cognitiva do/a trabalhador/a. Estes modelos definidos por uns e executados por outros não conseguem dar conta da diversidade própria do ser humano, assim, os seres genéricos que trabalham devem possuir a capacidade de se modificarem para atender às necessidades dos produtos uniformizados.

No cotidiano, o/a trabalhador/a da MMCB carrega consigo a responsabilidade de produzir em meio às imposições do mercado, que negligencia a diversidade humana, também a responsabilidade de atender a um mercado exigente e instável. Em meio ao contexto global o/a trabalhador/a compreende que qualquer evento econômico que cause algum mal-estar na economia, em qualquer canto do globo, certamente o afetará. A estabilidade no emprego está umbilicalmente ligada ao cenário econômico mundial.

O/a trabalhador/a passa a compreender essa ligação devido a eventos anteriores. Como, por exemplo, a tsunami que atingiu o Japão em 2008, os/as funcionários/as receberam férias coletivas, pois inúmeras peças, necessárias ao andamento da montagem de veículos, vinham da área afetada. Outro fator decorre da crise dos EUA, iniciada em 2006, e que diminuiu nos anos seguintes a produção de veículos, e que somou forças com fatores internos conduzindo o Brasil ao atual momento de recessão.

Todos estes fatores, próprios do movimento de Reestruturação Produtiva, intensificam a relação de produção, ultrapassando a barreira humana de desgaste físico, mesmo em um tempo reduzido de produção. O que se defende é que, com o modelo Japonês, as relações externas à fábrica ganham contornos ampliados de apropriação, provocando transformações em um formato, sendo esta apropriação efetivada no ambiente externo à fábrica através da apropriação do tempo despendido pelo trabalhador para garantir a reprodução, bem como garantir a melhoria do processo produtivo, seja através da sua capacitação, seja por intermédio do conhecimento adquirido no próprio chão da fábrica, mas que obtém formas no ambiente externo.

#### **4.1.5 Apropriação da Subjetividade no Ambiente de Reprodução**

Em entrevistas os/as trabalhadores/as da MMCB relataram inúmeras passagens do seu cotidiano que demonstram a relação entre atividade laboral e vida fora da fábrica, como o fato de serem bem tratados ao entrarem em lojas do comércio local trajando uniforme, este simples fato retrata, de um lado, a importância da atividade laboral tendo em vista que, apesar de não possuírem estabilidade no emprego, o mesmo, ainda que de maneira insuficiente, proporciona um determinado grau de consumo, de outro, faz com que o trabalhador tema pela eventual perda de seu emprego, pois junto com este certamente perderá também o padrão de vida proporcionado pelo seu vínculo empregatício, pois o trabalhador possui facilidade em adquirir produtos e serviços de instituições de crédito (bancos), tem acesso a instituições privadas de ensino, pode frequentar restaurantes periodicamente. Tudo isso elucidam o alcance do aparato ideológico econômico ao cotidiano do/a trabalhador/a.

O medo quase que unânime entre os/as entrevistados/as de perderem seus empregos se aparelhou com o receio de não conseguirem manter o padrão de vida atual. Como no caso do Antenor<sup>21</sup>,

Pode se dizer que é a incerteza de estar trabalhando hoje e amanhã ou depois não estar mais, devido o grande número de demissões. Acho que desde que a crise chegou ao Brasil está assim. Em todo o lugar tá ruim de serviço. Catalão sempre foi bom, agora tem um monte de gente procurando emprego. (Antenor, novembro de 2016).

Para o referido trabalhador o quadro econômico de menor circulação de capital afetou o Brasil, e conseqüentemente a empresa onde o mesmo trabalha, gerando incerteza para os/as trabalhadores/as. Este medo de perder o emprego em um momento de dificuldades conduz os/as trabalhadores/as a se comprometerem com a empresa em busca da manutenção de seu trabalho, e, conseqüentemente, do padrão de vida atual.

Destaca-se ainda que, como muito bem analisado pelo entrevistado, a crise provoca momentos de maior insegurança, todavia, é necessário enfatizar que a crise do capital é constante, daí ser este um dos pilares desta investigação, pois, ao passo que a crise gera a instabilidade mencionada pelo trabalhador, a mesma se faz presente, oscilando apenas de intensidade no curso de todo o sistema denominado capitalista. Assim, o medo do/a trabalhador/a de perder seu emprego é constante. Este medo faz com que o/a trabalhador/a acompanhe os noticiários carregados de números, gráficos e tabelas que subsidiam/reforçam o medo de perder o emprego ao se identificar como trabalhador/a de um sistema interligado mundialmente. Neste contexto, o/a trabalhador/a aceita aumentar sua jornada de trabalho, o ritmo do trabalho, concorda com a diminuição do seu salário. Tudo isto demonstra o quanto o/a trabalhador/a se submete às instabilidades do mercado econômico através de seu posto de trabalho no chão da montadora MMCB sediada no município de Catalão – GO. Mas também os/as trabalhadores/as de Bangladesh, ou mesmo os da Suíça.

Esta insegurança afeta a vida do/a trabalhador/a. O/a trabalhador/a que já se desgastava de forma extenuante em uma jornada de trabalho “normal” com intensidade “normal” agora se vê frente a um desgaste físico e psicológico maior. Físico pelo fato do ritmo da jornada ter se intensificado e mental, tendo em vista que a preocupação com a possibilidade da demissão agudiza as relações de trabalho.

Este quadro reflete bem a forma como as crises cíclicas atingem a vida do/a trabalhador/a periodicamente. Daí um dos pressupostos apresentados nos capítulos anteriores

---

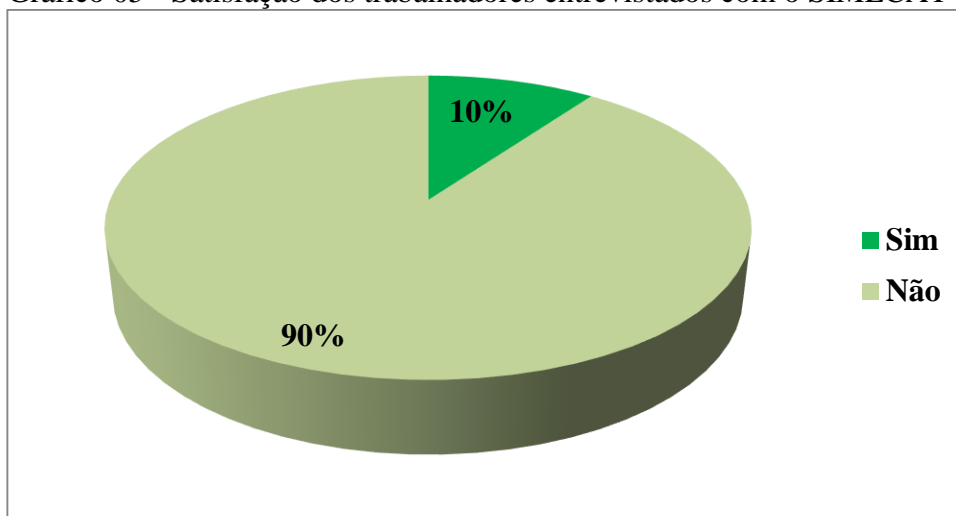
<sup>21</sup> Nome fictício do entrevistado adotado objetivando resguardar os sujeitos desta pesquisa.

de que o movimento de apropriação da subjetividade do/a trabalhador/a se intensificou após o movimento de Reestruturação Produtiva. O movimento de mundialização de capital possibilitou que os resultados destes momentos de menor fluidez de capital afetassem todo o mundo com distinção apenas no que se refere à intensidade.

Esta distinção, realizada pelo poder de consumo de cada indivíduo mundialmente relacionado pelo câmbio, transforma, de forma inconsciente, as relações sociais. O trabalhador agora, inserido em um modelo de moradia viabilizado pelo mercado de financiamento imobiliário por exemplo, assume um padrão de vida estipulado pela empresa, tendo acesso a um contexto em que orbita a empresa.

No que se refere à organização sindical representativa desta categoria o que se nota é outra forma ou um desdobramento da opressão dos/as trabalhadores/as próprios das estruturas capitalistas. Como pode ser observado cerca de 90% dos/as trabalhadores/as pesquisados indicam que o sindicato não consegue manter uma relação de satisfação com os/as trabalhadores/as.

Gráfico 05 - Satisfação dos trabalhadores entrevistados com o SIMECAT



Fonte: Pesquisa de Campo, jan. 2016  
Autor: SANTANA, E. B.

Foram realizadas 20 entrevistas com trabalhadores/as de diferentes áreas, 90% dos entrevistados se mostraram insatisfeitos com a representação sindical, 9 trabalhadores (45%) disseram que os esforços com relação às questões político-partidárias vêm afetando de alguma forma a representação do sindicato, e por isso o mesmo não está como era. Outros relataram que o sindicato não mantém o diálogo com os/as trabalhadores/as, como é o caso do Ricardo: “O sindicato só vem aqui pra porta fala fala fala e vão embora. Negocia com a empresa, nós só ficamos sabendo quando eles voltam e é isso. Não chama reunião com os trabalhadores para escutar o que achamos.” (Ricardo, novembro de 2016)

Hoje o sindicato dos metalúrgicos de Catalão – ligado a Força Sindical - está se fortalecendo na política local, como relatam os/as trabalhadores/as entrevistados, atingindo nas eleições de 2016 o número de três vereadores eleitos na região Sudeste do Estado de Goiás. O vice-presidente do SIMECAT ocupou entre os anos de 2012 a 2016 o posto de vice-prefeito do município de Catalão e foi eleito vereador pela segunda vez em 2016. Contudo, parte dos/as trabalhadores/as entrevistados defende que esta inserção trouxe perdas para o movimento sindical.

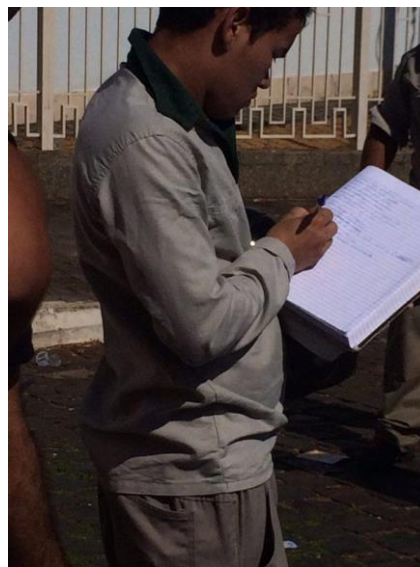
Houve, entre 30% dos entrevistados, uma relativa preocupação com a inserção política por parte de integrantes da diretoria do SIMECAT e afirmam que os interesses do sindicato mudaram.

Outro ponto relatado se refere à falta de diálogo dos dirigentes sindicais com a massa de trabalhadores/as. O sindicato hoje exerce, de certa forma, um papel importante na sujeição dos/as trabalhadores/as à lógica da fábrica. No momento em que a organização sindical se afasta dos/as trabalhadores/as não consegue absorver as demandas sensíveis, deixando, assim, de lutar por melhorias que vão ao encontro das necessidades, em constante transformação, dos/as trabalhadores/as. Neste momento de distanciamento, verifica-se a luta pelo que é possível, geralmente ditado pela lei da oferta e da procura. Um sindicato que, através de Acordo de Demissão Voluntária (ADV), PL (Participação nos Lucros), Convenção Coletiva vem se perpetuando à frente da organização operária.

Para ilustrar a relação atual dos trabalhadores com seus dirigentes sindicais, lançou-se mão do fato ocorrido em meados de 2016. Em uma manifestação promovida pelo SIMECAT, em que os/as trabalhadores/as iriam percorrer a BR-050 no perímetro urbano do município reivindicando a permanência do Tribunal de Justiça do Trabalho de Catalão (GO), foi obrigatória para os/as trabalhadores/as a assinatura de um caderno, onde, segundo os/as próprios/as trabalhadores/as, justificariam sua presença na manifestação para não sofrerem corte de ponto, como se pode ver nas imagens.

Esse episódio ilustra os posicionamentos dos/as trabalhadores/as que relatavam que o sindicato não dialoga com os/as trabalhadores/as. Esta postura, própria da organização empresarial, desvela a relação entre trabalhadores e sindicato.

Figuras 2, 3 e 4 – Manifestação Sindical (Assinatura de caderno de ponto)



Fonte: Pesquisa de Campo, jan. 2016  
Autor: SANTANA, E. B.

Nota-se, através da postura da organização sindical, um distanciamento, um descrédito nas relações entre trabalhadores/as e sindicato. Mesmo o sindicato, contando hoje, segundo o secretário geral Thiago Candido com 1086 funcionários filiados ao sindicato, cerca de 61% do total de 1780 funcionários diretos da Estrutura MMCB. Esta atuação, por sua vez, desdobra-se na insegurança dos/as trabalhadores/as frente a todos os momentos em que é necessária a atuação progressista dos líderes sindicais, sobretudo nos momentos em que a menor circulação de capital se desdobra em demissões em larga escala, principal medo dos funcionários da empresa.

Esses momentos de demissão em massa, potencializa a insegurança dos/as trabalhadores/as que se tornam vulneráveis em uma estrutura mundializada.. Do ponto de vista da seguridade do trabalho, este fator, visceralmente ligado ao mercado produtor de mercadoria mundial, potencializa a sujeição do trabalhador a empresa. Sendo, portanto, um elo importante que desnuda a ligação entre a crise do capital mundial com funcionários de diferentes partes do

mundo. O elo de fechamento deste estudo que, iniciou buscando, através da crise constante do capital explicar a apropriação da subjetividade do trabalhador da MNCB. Neste sentido, observa-se, justamente o movimento circular da estrutura que tem o trabalhador como mola de absolvição dos momentos de menos circulação de capital. É o trabalhador, segundo o prisma do capital, o responsável pela superação desses momentos, tendo no Estado o aparelho opressor mediante políticas de reformas ou intervenção no mercado.

#### **4.2 Os Novos Desafios no Horizonte da Classe Trabalhadora Brasileira.**

Os/as trabalhadores/as de Catalão GO refletem, em certa medida, os/as trabalhadores/as de diferentes partes do mundo, assim como a apropriação da classe trabalhadora chinesa reflete a apropriação dos/as trabalhadores/as brasileiros. Neste caminho, este trabalho está alicerçado na crise permanente do capital e nos momentos dentro desta crise de menor fluidez desse capital. Assim, ao se optar por um ponto comum e mundial de partida as diferenças não poderiam se modificar.

Todavia, em meio à referida caminhada, lacunas foram sendo elucidadas. A maior delas se revela frente à classe trabalhadora sem emprego. O papel desta diante de um cenário fluido, em crise e precário torna o *exército industrial de reserva* contemporâneo a principal falha do sistema produtor de mercadoria, em certo sentido, atingindo a gênese do sistema: o movimento. Trabalhador/a sem emprego e sem perspectiva se constitui em uma estrutura estática. Um câncer para um sistema que se alicerça no movimento.

Assim, como muito bem aponta Harvey, as respostas a este momento de menos fluidez de capital está prenhe das contradições que alicerçam o próximo. Um movimento dialético permanente que tem no/a trabalhador/a a potência viva de superação, mas que nele também se encontram os limites dos momentos seguintes de menor fluidez. Por assim ser, a classe trabalhadora deve, para que o sistema se mantenha de pé, ser atacada continuamente, sempre, sem momentos de descanso. É o que se verifica, hoje, no Brasil. Um ataque incessante à classe trabalhadora. Uma reforma que abrange toda a vida do/a trabalhador/a vem sendo, neste momento, consolidada no Planalto brasileiro. O projeto apresentado pelo Presidente Michel Temer promoverá, dentre outras implicações à classe trabalhadora, a possibilidade do trabalhador celebrar acordos junto aos donos dos meios de produção, acordos esses sem a intermediação de uma estrutura representativa; esse fato juntamente com a desobrigação do trabalhador de pagar a contribuição sindical causará, provavelmente, o desmonte da classe trabalhadora.

Além dos fatos apresentados, essa proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal, caso aprovada, possibilitará que o/a trabalhador/a se insira no mercado de trabalho aos 14 anos, podendo trabalhar até 12 horas diárias e sendo possível a aposentadoria após 40 anos de contribuição. Essa proposta retrata que, em um momento de menor circulação de capital, a classe trabalhadora seja chamada ao sacrifício de normalização do cenário econômico. Mudanças estruturais que revelam uma nova fase no que se refere à apropriação do trabalho pelo capital e que, seguramente, não se tem clareza dos desdobramentos futuros desta efetivação. Daí a certeza da adolescência das forças antagônicas ao modelo capitalista de produção conduzida por um sindicato docilizado.

No que tange à efetivação e desenvolvimento do sindicato no município de Catalão (GO), observa-se, como já mencionado, uma aproximação com a política partidária, um movimento comum no Brasil a partir da década de 1970, podendo ser claramente evidenciada pela criação do Partido dos Trabalhadores (PT) pelos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esta inversão das atribuições dos sindicalistas no cenário municipal afeta a postura dos mesmos frente às negociações da categoria, tendo em vista que a MMCB se constitui como na principal financiadora das campanhas eleitorais para o executivo do município de Catalão/GO. Todo esse cenário, demonstra ações sendo adotadas, sem que o trabalhador tenha clareza das mesmas, causando uma fragmentação das ações políticas sindicais.

Ikuta (2002), afirma que:

A gênese desta fragmentação pode ser entendida nos processos de alienação e estranhamento do ser social. Isto é, alienado do processo social de produção e submetido a uma existência inautêntica e estranhada o ser social fica impedido de viver a integridade da existência social. A alienação e o estranhamento, as fetichizações e reificações do ser social dissimulam as contradições sociais, dissolvem a luta de classe e isto se faz perceber nas práticas organizativas, nos movimentos sociais e nos associativos ou comunitários. (IKUTA, 2002, p. 118).

Com a gênese no “processo de alienação” fortalecida pelo afastamento da organização sindical, observamos um fracionamento da classe trabalhadora de forma a possibilitar a fragilidade da luta operária.

Este movimento transfigura as ações políticas de trabalhadores/as advindos/as da terra, de movimentos de re-existência, colocando-os entregues ao capital internacional materializado nestas estruturas territorializadas na região Sudeste do Estado de Goiás. O engessamento das

ações políticas dos sindicatos em prol da inserção política e partidária se constitui em uma das múltiplas formas que diluem as ações políticas dessas históricas organizações sociais

Portanto, observa-se o estreitamento da estrutura representativa dos/as trabalhadores/as com a forma histórica de personificação do capital, desdobramento sentido pelos/as trabalhadores/as de forma progressiva. Leis são propostas e aprovadas com o consentimento de dirigentes sindicais em todas as esferas políticas e partidárias do Estado – O Projeto de Reforma da Previdência teve, no ano de 2016, segundo a TV Senado, o sindicalista Paulinho da FORÇA como seu principal defensor.

Apresenta-se, assim, o contexto dos novos desafios no horizonte da classe trabalhadora brasileira. Um cenário de instabilidade que vai muito além da efetivação da flexibilização. Um momento em que o Estado atua insignificamente e quando o faz não garante um posicionamento razoável. Atua sim na manutenção das estruturas precarizadoras da classe trabalhadora, tendo em seu corpo dirigentes sindicais eleitos por estes/as trabalhadores/as.

### **O Trabalho da Disputa: Alguns Apontamentos**

Ao se debruçar sobre a realidade dos/as trabalhadores/as da montadora *Mitsubishi Motors Company* do Brasil, da cidade de Catalão (GO), foi possível à pesquisa elucidar inúmeras facetas que emanam da relação capital x trabalho. A disputa, velada na maior parte do tempo, emerge para nossos olhos à luz da desigualdade proveniente desta estrutura imposta aos/as trabalhadores/as. As transformações, as reestruturações, o movimento impresso pelo capital que os/as trabalhadores/as compulsoriamente são conduzidos a acompanhar mascaram a realidade desta relação.

Notoriamente, o universo da relação capital x trabalho que se propôs discutir nesta pesquisa deve ser aprofundado, pois este movimento nutrirá a classe trabalhadora de elementos necessários ao embate. Esta pesquisa caminhou na direção de elucidar fissuras na estrutura que precariza o/a trabalhador/a, acreditando que estes elos de fragilidade devem ser tensionados na busca por superar a atual forma desigual em que se estrutura o cenário social.

Importante esclarecer que ao estabelecer metodologicamente este ponto de partida buscou-se em escritos referentes ao mesmo, compreender todo o universo de transformações inerentes às relações de trabalho após o movimento de Reestruturação Produtiva, sobretudo no que se refere às montadoras de automóveis a partir desse movimento. Este estabelecimento definiu, por sua vez, alguns pontos importantes e que foi trabalhado no primeiro capítulo, que de certa forma embasa todo o trabalho. Desta feita, pressupostos como a progressividade das transformações que são verificadas até os dias atuais nos ambientes fabris que possuem formas

materializadas de outros momentos históricos e de seus respectivos sistemas produtores de mercadorias, e a fluidez do capital como balança de análise dos momentos de aprofundamento da crise estrutural e permanente do capital, subsidiaram toda a pesquisa. Alicerçado por estes princípios identificou-se o método dialético como o caminho de investigação.

Os contextos nacional, estadual e municipal são colocados para o debate, tendo em vista o papel do Estado na concepção do movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização do capital. Este movimento proporciona a regiões de *capitalismo periférico* as transformações/adequações necessárias à sustentação de estruturas de capital avançado dos mais variados segmentos. Essa metamorfose proveniente da Reestruturação Produtiva Progressiva estende-se a países e a regiões diversas. No Brasil, este movimento é sentido no formato de uma onda descentralizadora de estruturas efetivadas no litoral do país para o centro e de incorporação de estruturas estrangeiras ao território nacional. Todas, sem distinção, afetadas e transfiguradas pelo modelo japonês de produção de mercadorias.

Assim, os/as trabalhadores/as de Catalão (GO), e de várias partes do Brasil, e até de outros países, viram-se em meio à lógica global do capital já no final do século XX, no Sudeste do Estado de Goiás. Todavia, essas transformações não se ativeram à esfera espacial. Houve, para os/as trabalhadores/as, mudanças que afetaram profundamente a vida social. O aparato técnico-científico-informacional atuou de forma a garantir estas transformações.

Nesse sentido, caminhou-se sob o terreno da investigação objetivando esclarecer esta apropriação da subjetividade do/a trabalhador/a como algo imprescindível à manutenção do capitalismo como sistema vigente ainda no século XXI. Lacunas foram sentidas no caminhar desta pesquisa, e certamente servirão de combustível para novas empreitadas de investigação, dentre estas lacunas, observa-se o momento de menos circulação de capital pelo qual passa o Brasil e os desdobramentos deste momento para a classe trabalhadora. Hoje, mais de treze milhões de trabalhadores/as se encontram fora ou na periferia<sup>22</sup> do mercado de trabalho. Este número reflete, dentre tantos outros fatores, a fragilidade do sistema global de circulação de mercadorias, que, ao sentir um momento, mesmo pontual, de menos circulação retrai-se de forma a atingir bruscamente o corpo laboral brasileiro. As ondas migratórias, sentidas após o movimento de Reestruturação Produtiva, invertem-se frente ao período atual.

As contradições estão postas, o embate necessário deve ser efetivado e as pesquisas intensificadas, afinal, o dinamismo escalar estabelecido pelo capital assola a vida do/a

---

<sup>22</sup> Compreende-se como periferia trabalhadores informais que atuam de forma desregulamentada para os padrões do Ministério do Trabalho.

trabalhador/a. Este é o cenário diário da vida do/a trabalhador/a brasileiro. Cabe a todos que se preocupam com esta realidade pautada na desigualdade de classes se posicionarem mesmo frente à complexa trama imposta pelo capital ao tecido social do início do Século XXI.

Necessário se faz apontar, que frente a proposta de investigação sobre a apropriação da subjetividade do trabalhador/a pelo capital, apenas aranhamos a ferida. Temos a clareza de que, contribuímos, da mesma forma que temos a clareza de que muitos outros esforços devem serem despendidos nesta direção. Observamos, ao apagar das luzes, que a profundidade do objetivo proposto não foi contemplado na sua plenitude. Esse fato, apenas servirá para que continuemos, sem sombra de dúvida, lançando luz a referida temática. Todavia, polemizaremos a questão objetivando o aprofundamento por outros pesquisadores.

É com o objetivo de continuar caminhando sob o terreno da investigação, que apresentamos este estudo, para toda a comunidade, sobretudo para os trabalhadores/as dos empreendimentos automobilísticos, sujeitos combustível desta pesquisa. Obrigado, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram direta e indireta com este trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALVES A. G. **A Grande Depressão**. São Paulo (SP). Universidade Paulista, 2011.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo (SP): Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da globalização**. Londrina: Praxis, 2001.

ANFAVEA. **Anuário da indústria automobilística brasileira 2010**. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. Campinas: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo (SP): Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo (SP): Boitempo, 2006.

BATISTA DE DEUS, João. **A urbanização em Goiás**: o caso de Catalão. 1996. 142 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo (SP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo (SP), 1996.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo (SP): Boitempo, 1998.

BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo (SP), n. 15, p. 55-64. 2002.

\_\_\_\_\_. **Do fordismo à acumulação flexível**: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital. 2000, 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (SP). São Paulo (SP), 2000.

CARLOS, R. B. JULIANO, S. M. F. TONELLI V. FLORIANO. J. M. (Organizadores). **Crise Financeira Mundial**: impactos sociais e no mercado de trabalho / Brasília: ANFIP, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo (SP): Xamã, 1996.

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006.

DIÁRIO DE CATALÃO. **DIMIC**: Governo investe mais de R\$ 1 milhão em infraestrutura. 30 dez. 2010b. p. A2.

DIÁRIO DE CATALÃO. **Classificados e editais**. 24 dez. 2010a. p. A6.

DOURADO W. S. **A Grande Depressão: crise de 1929**.

DURAO, Vera Saavedra; GÓES, Francisco. **Anglo American tem grandes desafios em projetos no Brasil**. Disponível em: < <http://www.portosenavios.com.br>>. Acesso em 25 dez. 2010.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. São Paulo (SP): Escala. 201(Coleção grandes obras do pensamento universal). s/d.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo (SP): Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 2010. Disponível em: <[www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)>. Acessado em: 10 jan. 2010.

ESTEVAM, Luis Antonio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 1997. 180 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 1997.

FERREIRA, Sônia. Até 2015, Mitsubishi investirá R\$ 800 milhões em Catalão. **O Popular**, Goiânia, p. 19, 18 mar. 2010.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo (SP): Coletivo Editorial, 2008.

GRACIOLLI, Edilson José. **Privatização da CSN**. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2007. GOIÁS (Estado). Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Secretaria de Planejamento. **Perfil dos municípios goianos**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>>. Acesso em: 01 jan. de 2011a.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Fazenda. **Os maiores contribuintes do ICMS**. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br>>. Acesso em: 01 jan. de 2011b.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de implantação de indústria montadora de veículos Mitsubishi**. Goiânia/GO, 06/06/1997.

GOIASINDUSTRIAL. **Conheça nossos distritos industriais**. Disponível em: <[www.goiasindustrial.com.br](http://www.goiasindustrial.com.br)>. Acessado em: 31 dez. 2011.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Tradução A. R.Viana e S. G. de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; RIBEIRO, Rosana. A nova fronteira industrial do Sudeste de Goiás. **Revista MultCiência**, Campinas, n. 08, 2006. Disponível em: <[http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos\\_06/rede\\_2.pdf](http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_06/rede_2.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3 ed. São Paulo (SP): Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

Harvey, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. 5ª. Ed. – S. Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. 5 ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2008. 202

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acessado em: 01 jan. 2010.

JOHN DEERE. **Localização da unidade de Catalão (GO)**. Disponível em: <<http://www.deere.com.br>>. Acessado em: 05 jan. 2011.

KINDLEBERGER, Charles Poor. **Manias, Pânico e Crashes**: um histórico das crises financeiras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 (tradução da edição original americana de 1996 - *Manias, Panics, and Crashes: a history of financial crises*).

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAGUNA, Eduardo. **Vale conclui compra da Fosfértil e ativos de fertilizantes da Bunge**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios>>. Acessado em: 25 dez. 2010.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo (SP): Editora Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitana. In: ENCONTRO DOS GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA. VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998b, p. 1 – 10.

LIMA, Valdivino Borges. **Os caminhos da urbanização/mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970 a 2000)**. 2003. 122 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

LOPES, Telma. Mitsubishi pára por um dia. **Diário de Catalão**, Catalão, 04 abr. 2006. p. 07.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, elementos para uma análise metodológica. São Paulo (SP): EDUC, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução R. Sant'Anna. 27 ed. v. 1. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MENDES, Leonardo de Oliveira. **Expansão do capital, territorialidade do trabalho e as respostas do SENAI em Catalão (GO) no século XXI**: uma contribuição a Geografia do Trabalho. 2007. 133 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2007.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues et al. **Diagnóstico e monitoramento socioambiental da cidade de Catalão (GO) e do entorno**. 2005. 431 f. Relatório de Pesquisa – Universidade Federal de Goiás, Curso de Geografia. Catalão, 2005.

MITSUBISHI pára por um dia. **Jornal Diário de Catalão**, Catalão, 04 abr. 2006. p. 07.

MITSUBIHI. **O Projeto Anhanguera**. Disponível em: <<http://www.mitsubishimotors.com.br>>. Acesso em: 09 jan. 2010.

MITSUBIHI. **Mitveículos**. Disponível em: <<http://www.mitsubishimotors.com.br>>. Acesso em: 01 jan. 2011. 203

MONTEIRO, Lúcia. Trabalhadores param fábrica da Mitsubishi. **O Popular**, Goiânia. 25 abr. 2006. p. 14.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira. **A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro**. Niterói, NERET/NEGT/GECCEL – UFF. 07-28, 2003.

\_\_\_\_\_. **O movimento operário e a questão cidade campo no Brasil**: estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis: Vozes, 1985. 195 p.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. V. 1, n. 3, 2o sem/1996.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Tradução W. C. Brant. São Paulo (SP): Brasiliense, 1989.

PASQUARELLI, Deise Bastos. Aeroporto de Catalão perto de receber voos regulares. **Diário de Catalão**, Catalão, 15 dez. 2010. p. A2.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5, 2009, Santa Maria. **Anais...** Porto de Galinhas: UFSM, 2009. 13 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução M. C. França. São Paulo (SP): Ática, 1993. 269 p.

RAIS/MTE. **Programa de disseminação de estatísticas do trabalho**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>. Acessado em: jan. 2011.

SANTANA, Alex Tristão de. **A fragmentação territorial do capital e do trabalho na empresa Mitsubishi Motors em Catalão (GO)**. 2008. 67 f. Monografia (bacharelado) – Universidade Federal de Goiás, Curso de Geografia. Catalão, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo (SP): Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo (SP): Hucitec, 1997. 308 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo (SP): Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Cristina Socorro da. **Nióbio**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/assets/galeriadocumento/balancomineral2001/niobio.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SILVA, Magda Valéria da. **A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA EM CATALÃO/GOIÁS**: da rede ao circuito espacial da produção da MMC Automotores do Brasil S.A. 2010. 450 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SILVA, Cleide. **Mitsubishi amplia produção no Brasil**. Disponível em: <[http://economia.estadao.com.br/noticias/not\\_9395.htm](http://economia.estadao.com.br/noticias/not_9395.htm)>. Acesso em: 26 mar. 2010. 204

SILVA, Ronaldo da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão**: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90. 2002. 198 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugênia de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisas, monografias, dissertações e teses. 4. ed. Uberlândia (MG): Edufu, 2004. 157 p.

SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista**: Reestruturação produtiva e parcerias. Brasília, DF. Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998. 356 p.

SPERS, R. G. Focus group em pesquisa qualitativa: fundamentos e reflexões. **Administração OnLine (São Paulo (SP))**, v. 2, p. 1-15, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. 15 ed. São Paulo (SP): Contexto, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. 500 f. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2009.

\_\_\_\_\_. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura geográfica. **Revista Pegada**. Presidente Prudente (SP), v. 3, 20 p. out. 2002a.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), v. 3, Número Especial, p. 4-26, ago. 2002b.

TRABALHADORES param fábrica da Mitsubishi. **Jornal O Popular**, Goiânia. 25 abr. 2006. Economia, p. 14.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo (SP): Atlas, 2009.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: \_\_\_\_\_. **Tratado da metodologia: pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

ULHOA, Gabby. Mitsubishi apresenta o Projeto Anhanguera II. **Diário de Catalão**, Catalão, 29 abr. 2011 p. A3.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo (SP): Atlas, 2005.

WIKIPÉDIA. **5S**. Disponível em <<http://www.wikipédia.org>>. Acessado em: Jan. de 2011.